



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO
SOCIAL

RENATA MARIA PAIVA DA COSTA

O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA
DOS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)

FORTALEZA – CEARÁ
2017

RENATA MARIA PAIVA DA COSTA

O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA
DOS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Área de concentração: Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Duarte Cavaiganac.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Costa, Renata Maria Paiva da .

O serviço social no contexto da educação: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) [recurso eletrônico] / Renata Maria Paiva da Costa. - 2017.

1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 186 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Serviço Social.

Orientação: Prof.ª Dra. Mônica Duarte Cavaiganac.

1. Serviço Social. 2. Trabalho. 3. Assistência estudantil. I. Título.

RENATA MARIA PAIVA DA COSTA

O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA
DOS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)

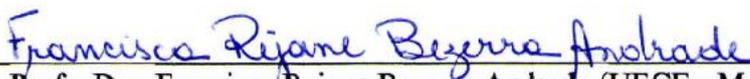
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre. Área de concentração: Serviço Social.

Aprovada em: 26 / 04 / 2017.

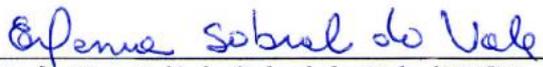
BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Mônica Duarte Cavaignac (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade (UECE - Membro)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Dra. Erlênia Sobral do Vale (UECE - Membro)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Às pessoas mais importantes da minha vida: meus pais, Maria José e José Elder, pelo amor incondicional e pelo incentivo diário.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas bênçãos diárias que me concede.

À Prof.^a Dr.^a Mônica Duarte Cavaignac pela contundente orientação e pela efetiva colaboração na construção desta dissertação. Agradeço imensamente a sua disposição para dividir comigo as dúvidas e preocupações presentes nessa caminhada desafiadora que é o mestrado.

À Prof.^a Dr.^a Francisca Rejane Bezerra Andrade por compor a banca examinadora e por ser uma das pessoas que sempre incentivaram o meu crescimento intelectual. Obrigada pela doçura, inteligência e competência emprestada a nós no dia-a-dia de compartilhamento dos saberes.

À Prof.^a Dr.^a Erlênia Sobral do Vale por fazer parte da banca examinadora e por ser um exemplo de profissional comprometida e dotada de um admirável conhecimento. Obrigada pelo grande aprendizado me proporcionou no estágio à docência.

Ao corpo docente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) por todos os momentos de aprendizado, essenciais à compreensão do objeto de pesquisa e à construção do conhecimento.

Aos membros Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPE) por todos os encontros que proporcionaram risos, afetos, ricos debates e trocas de aprendizados.

À turma 2015 do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) pela amizade que foi se construindo e se tornando cada vez mais sólida. Foram momentos intensos de alegria e de crescimento intelectual. Obrigada pelo pouco de cada um de vocês que hoje permanece em mim: a meiguice da Camila, a simpatia da Flávia, a tranquilidade da Verônica, o humor do David, a inteligência da Richelly, a militância da Jana, a alegria da Raylka, a competência da Yashimin, a concentração da Pâmela, a sinceridade da Valdênia (Val) e a cumplicidade da Jéssyca. Agradeço em especial à Val e à Jessyca pela amizade e pelo amor que construímos nesses dois anos e que levaremos para o resto de nossas vidas.

Às e aos colegas Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) por se disponibilizarem prontamente e por contribuírem para a realização desta pesquisa.

À Érika Fabíola, colega de trabalho e amiga pessoal, por dividir comigo momentos de alegria e de preocupações, por dizer palavras de conforto, por ser prestativa, pelo seu companheirismo, pela sua amizade e carinho constantes.

À Patrícia Freitas pela ajuda e pelo incentivo a entrar no mestrado. Obrigada por me fazer acreditar que esse sonho seria possível de realizar.

Às minhas amigas Rose Trajano e Adriana Silva pelo amor fraterno que compartilhamos.

À minha sobrinha e afilhada Ana Clara pelo amor e pelas alegrias proporcionadas no dia a dia.

Às amigas e aos amigos por compreenderem minhas faltas e por me apoiarem e incentivaram a persistir nessa caminhada rumo à conclusão do mestrado.

Enfim, são poucas as palavras que tenho para expressar o meu muito obrigada a todas e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Cada coisa tem sua hora e cada hora o seu cuidado”.

(Raquel de Queiroz)

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma discussão acerca dos desafios postos ao trabalho dos assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Tem como objetivo elucidar os elementos que limitam o exercício profissional dessa categoria, os quais dificultam a efetivação da política de assistência estudantil no âmbito institucional. Assim, para a realização deste estudo, opta-se pela pesquisa qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e documental aprofundada e na pesquisa de campo, cujos sujeitos são os assistentes sociais do IFCE. Para tanto, utiliza-se as técnicas do questionário, entrevista e observação participante. A perspectiva teórica está fundamentada no método dialético marxista, considerado o ideal para esta investigação. O estudo apresenta uma discussão densa sobre as categorias Serviço Social, trabalho e assistência estudantil, relacionando-as ao contexto sócio-histórico contemporâneo, de modo a dar suporte ao entendimento ampliado ao objeto abordado. Por fim, a pesquisa mostra que os desafios são muitos, mas que é possível articular o seu enfrentamento por meio de uma ação coletiva da categoria de assistentes sociais, com vistas a minimizar os impedimentos à atuação profissional, a vislumbrar a importância do seu trabalho para viabilizar o acesso dos indivíduos à educação e a contribuir para a efetivação dessa política como um direito universal.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho. Assistência estudantil.

ABSTRACT

This dissertation presents a discussion about the challenges faced by social workers in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE). It aims to elucidate the elements that limit the professional exercise of social workers, which make it difficult to implement the student assistance policy in the institutional sphere. Thus, for the accomplishment of this study, we opt for the qualitative research, that based on the deep bibliographical and documental research and the field research, whose subjects are the social workers of the IFCE. For that, the techniques of the questionnaire, interview, and participant observation are used. The theoretical perspective is based on the Marxist dialectical method, that is ideal for this investigation. The study presents a dense discussion about the categories Social Work, work and student assistance, relating them to the contemporary socio-historical context, in order to understand the object approached. Finally, it shows that the challenges are many, but that it is possible to face the difficulties through a collective action of the social workers' category. This action aims to minimize impediments to the professional activity and to glimpse the importance of their work to enable the Access to education. Also, it contributes to the realization of this policy as a universal right.

Keywords: Social Work. Job. Student assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
CCQ	Círculos de Controle de Qualidade
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COE	Coordenadoria de Orientação Educacional
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CTP	Coordenadoria Técnico Pedagógica
DAE	Diretoria de Assuntos Estudantis
DDE	Departamento de Desenvolvimento do Ensino
EAD	Educação à Distância
EC	Emenda Constitucional
ETFCE	Escola Técnica Federal do Ceará
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ONG	Organizações Não-Governamentais
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa de Inclusão de Jovens
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAE	Regulamento de Auxílios Estudantis
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEBRAE	Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social em Transportes
SETEC	Secretaria de Educação Tecnológica
SISAE	Sistema Informatizado de Assistência Estudantil
TAE	Técnico Administrativo em Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM O OBJETO DA PESQUISA.....	16
1.2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	22
2	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DA ABERTURA À EXPANSÃO DE UM MERCADO DE TRABALHO PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS.....	30
2.1	A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	31
2.2	O SERVIÇO SOCIAL NA CONTRAMÃO DAS REFORMAS DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....	49
2.2.1	Considerações acerca da reforma do Estado brasileiro e a ameaça iminente aos direitos sociais.....	50
2.2.2	A educação brasileira no contexto da reforma neoliberal: fragmentação, precarização e descaracterização do direito.....	58
2.3	A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E A DEMANDA PELO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	65
3	REFLEXÕES ACERCA DO SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: TRABALHO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	75
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO	75
3.2	DEMANDAS POSTAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E O PROCESSO DE TRABALHO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO.....	87
3.3	CONDICIONANTES À MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO CENÁRIO NEOLIBERAL.....	99
4	OS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE).....	110

4.1	ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ELEMENTOS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO IFCE.....	110
4.2	ASPECTOS DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFCE.....	123
4.2.1	O perfil dos sujeitos da pesquisa: quem são os assistentes sociais que atuam no programa de assistência estudantil do IFCE?.....	125
4.2.2	Serviço Social e assistência estudantil no IFCE: história, estruturação e desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais na instituição.....	132
4.2.3	Demandas, atribuições e competências inerentes ao trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do IFCE.....	145
4.3	DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFCE.....	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
	REFERÊNCIAS.....	177
	APÊNDICES.....	183
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	184
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	186

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda os desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), identificando as atribuições, competências, particularidades e desafios da sua atuação profissional no campo da educação e, especialmente, da política de assistência estudantil. Considerando ser de extrema riqueza e importância a inserção do trabalho deste profissional na política de educação, tanto na educação profissional quanto na superior, observa-se que se faz necessário desenvolver estudos acerca do cotidiano laborativo no interior das instituições de ensino profissionalizante e superior. Ao adentrar nesse espaço sócio-ocupacional, é importante conhecer o cenário de atuação profissional, identificar as contradições nele existentes, e como tais contradições interferem direta e indiretamente no trabalho do assistente social. É preciso compreender como o contexto socioeconômico, a dinâmica institucional, a lógica da gestão e as características e demandas do público-alvo incidem no trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais.

Observa-se que o Serviço Social vem se apropriando de espaços antes ocupados eminentemente por outras categorias profissionais, como é o caso da política de educação. A partir da segunda metade da década de 2000, os assistentes sociais vêm marcando sua presença de forma mais contundente nessa política. Nesse sentido, abre-se um leque de possibilidades para a atuação de assistentes sociais num espaço rico de diversidades, de relações e de perspectivas de ruptura (ou não) com práticas que contribuem para a reprodução da lógica capitalista no âmbito das políticas sociais. Além disso, nesse campo de atuação, os assistentes sociais têm a possibilidade de perceber os reflexos da questão social no ambiente educacional e de intervir de maneira a minimizar os seus impactos sobre os educandos, contribuindo para que o processo de formação seja minimamente comprometido.

No Brasil, a inserção na área de educação parece nova para o Serviço Social, mas há muito faz parte do seu cotidiano, quando observadas ações de integração e enquadramento da classe trabalhadora ao sistema capitalista. Esse tipo de atuação teve origem na década de 1940, no decorrer da institucionalização da profissão, e sua intenção era adequar os comportamentos dos trabalhadores e de

suas famílias às necessidades da produção, num contexto de industrialização do País. Desse modo, no ambiente escolar os assistentes sociais eram requisitados para identificar problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a adaptação dos escolares ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar. Dessa forma, os assistentes sociais eram convocados a intervir em situações escolares consideradas como “desvio”, “defeito” ou “anormalidade” social. Os assistentes sociais eram chamados, ainda, a intervir na preparação social dos indivíduos para torná-los cidadãos produtivos e úteis ao capital, por meio do desenvolvimento de ações de viabilização de serviços e benefícios socioassistenciais. Assim, com vistas a subsidiar a formação de indivíduos aptos a contribuir com o processo de desenvolvimento econômico do País, o Serviço Social, no campo da educação, por muito tempo centrou sua atuação no enquadramento e “adestramento” dos trabalhadores aos objetivos do sistema produtivo.

Na contemporaneidade, o trabalho na educação requer do assistente social a clareza de que a política de educação deve estar afinada com a proposta de construção da autonomia e emancipação dos sujeitos, num processo de ruptura com práticas autoritárias e/ou clientelistas. Antes de tudo, entretanto, é preciso apreender a educação como um direito que a todos deve atender, como uma necessidade básica, da qual depende o desenvolvimento de vários âmbitos da vida do indivíduo.

Nesse sentido, o trabalho do assistente social na educação profissional e superior mostra-se um tanto contraditório, pois se colocam questões que atentam para o sentido e os objetivos da intervenção profissional desse ator social, principalmente nesse cenário em que se encontra enraizada a concepção de que a educação está para responder às demandas do capital por mão de obra qualificada. Portanto, faz-se necessário desenvolver pesquisas acerca do trabalho do assistente social no espaço sócio-ocupacional da educação, a fim de perceber como o contexto socioeconômico e político influencia a atuação profissional, e, ainda, com a finalidade de construir novas perspectivas para o trabalho no campo da educação.

1.1 APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM O OBJETO DA PESQUISA

Considerando que a inserção do assistente social na política de educação se mostra de grande importância para viabilizar o acesso dos indivíduos a esse

direito, pretende-se desenvolver um estudo sobre os desafios do trabalho deste profissional no espaço da educação profissional e superior. Tal interesse não se deu por acaso, mas se originou a partir da minha atuação numa instituição de educação desde o ano de 2009. Trata-se do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Nesta instituição o número de assistentes sociais contratadas obteve um expressivo aumento, passando de 7 (sete) para 43 (quarenta e três) profissionais nos últimos seis anos, distribuídos nos 30 (trinta) *campi* do IFCE. Contabiliza-se, portanto, uma média de 1,5 profissionais por *campus*, atuando nas equipes de assistência estudantil, abrangendo um número de aproximadamente 20.000 discentes do ensino profissionalizante e superior, matriculados nas modalidades presencial e educação à distância.

Refletindo sobre meu trabalho no âmbito da assistência estudantil no IFCE, percebo que inúmeras questões de ordem estrutural e político-ideológicas permeiam o ambiente institucional, de modo a comprometer, muitas vezes, o desenvolvimento de um trabalho que corresponda aos objetivos da assistência estudantil. Convocada para assumir o cargo de assistente social num dos *campi* do IFCE em 2009, iniciei minha experiência profissional na área da educação atuando diretamente na assistência estudantil, viabilizando o processo de concessão de auxílios pecuniários aos estudantes. Sem passar por prévia capacitação, iniciei meu trabalho com base nas atribuições elencadas no edital do concurso no qual concorri e obtive êxito, bem como nos parâmetros dispostos no código de ética da categoria de assistente social. Assim, observei que esse seria o primeiro desafio a ser enfrentado na minha atuação profissional no IFCE. Com o passar do tempo, outras questões começaram a me causar inquietação, como por exemplo: a deficiência nas condições éticas e técnicas para o desenvolvimento do trabalho; o quantitativo de recurso financeiro destinado às ações de assistência estudantil; o nível de importância que a instituição atribui a essas ações; a concepção equivocada que se tem do trabalho do assistente social. Tais questões me levaram a pensar sobre a qualidade do trabalho desenvolvido, sobre como o projeto ético-político profissional pode ser alcançado numa realidade institucional permeada de contradições. Destarte, observando os fatores mencionados, percebi que esse terreno é propício para o afastamento do propósito da atuação profissional de identificação com as demandas dos segmentos vulnerabilizados da sociedade e compromete a garantia dos direitos dos educandos. Minhas percepções, entretanto, são particulares,

portanto faz-se necessário conhecer as interpretações dos demais assistentes sociais que trabalham na assistência estudantil do IFCE acerca do trabalho desenvolvido, os desafios e os canais de enfrentamento das limitações impostas pela conjuntura econômica, social, política e institucional.

No Brasil, nos últimos anos, foram acrescidos investimentos na modalidade de educação profissional e tecnológica, oriundos principalmente da esfera federal. O Ministério da Educação afirma estar injetando recursos financeiros vultosos nessa expansão. Entre os anos de 2003 e 2010, existiam 354 unidades escolares da rede federal. No intervalo entre 2011 e 2014 foram acrescentadas mais 208 unidades, totalizando 562 escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica em todo o País¹, sendo essa rede composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, uma Universidade Tecnológica Federal e o Colégio Pedro II. É válido ressaltar que os IF surgem como fruto dos investimentos do governo em educação profissional, que inclui cursos de nível básico, técnico e tecnológico, mas a sua expansão, no momento presente, está associada à expansão da educação superior no Brasil, notadamente a partir dos investimentos do poder público na esfera federal.

Na atualidade, o País conta com 38 (trinta e oito) Institutos Federais presentes em todos os estados, ofertando cursos de qualificação profissional, ensino técnico de nível médio, cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, assim como cursos de pós-graduação. Trazendo esses dados para a realidade do estado do Ceará, identificam-se 30 (trinta) *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, que empregam 45 (quarenta e cinco) assistentes sociais com vínculo efetivo, dos quais 43 (quarenta e três)²

¹ Esses dados encontram-se dispostos no Portal do Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC), disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

² Dados atualizados em fevereiro de 2016. Fonte: Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) do IFCE.

trabalham diretamente com o programa de assistência estudantil³, e 2 (dois) trabalham com projetos de extensão institucionais⁴.

O aumento do número de unidades de ensino profissionalizante requer investimentos nas estruturas física e de pessoal, a fim de que o serviço ofertado seja de excelência, como é difundido nos discursos elaborados pelo governo. A discussão sobre tais investimentos, especialmente em recursos humanos, torna-se um tanto fragilizada quando se presencia um momento em que o Estado se rende aos apelos do capital, assumindo um caráter neoliberal, no qual observa-se a minimização cada vez maior das suas responsabilidades para com as políticas sociais. De fato, é inegável que o número de contratações via concurso público aumentou a partir da segunda metade dos anos 2000, contribuindo para a ampliação do campo de trabalho para os assistentes sociais nessas Instituições de Ensino Superior (IES), porém não se pode dizer que essas contratações acompanharam o ritmo da expansão da educação profissional e superior nos Institutos Federais.

A expansão do número de *campus* do IFCE em todas as regiões do estado do Ceará pode revelar em que direção aponta a proposta de investimento na política educacional do País, isto é, um investimento que caminha ao lado do objetivo de certificação em larga escala. Se a quantidade é equiparada à qualidade na formação, isso é um fato a ser analisado. Aqui, entretanto, há a pretensão de investigar onde se situa o Serviço Social no contexto da expansão da educação profissional e superior, e como o processo de precarização da política educacional incide na atuação dos assistentes sociais no IFCE. Observa-se que é necessário averiguar como se deu a inserção desses profissionais no referido campo sócio-ocupacional, considerando a celeridade do ritmo de contratações nesta primeira metade da década de 2010, e em que circunstâncias se edificou e se edifica o seu trabalho.

³ A Assistência Estudantil no IFCE é realizada de acordo com o decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cujas ações são desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

⁴ É relevante pontuar que, no IFCE, existem assistentes sociais atuando também no campo da extensão, desenvolvendo projeto de extensão institucional, entretanto, este trabalho prioriza a análise da atuação na assistência estudantil.

Compondo as equipes multiprofissionais do programa de assistência estudantil, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, nutricionistas, médicos, enfermeiros, dentistas e técnicos em assuntos educacionais têm a responsabilidade de atender ao público discente na sua integralidade, realizando ações que contribuam com a sua permanência e êxito no percurso formativo. Vivenciando o cotidiano deste trabalho, considera-se que seja importante conhecer o cenário de atuação profissional que se expande para o Serviço Social, identificando as contradições nele existentes, e como tais contradições interferem direta e indiretamente no trabalho desta categoria profissional, suas atribuições, competências e os desafios que lhe são postos.

O assistente social, inserido nas equipes de assistência estudantil, é convidado a trabalhar diretamente com os demandantes de ações que viabilizem o acesso, a permanência e o êxito no decorrer do percurso formativo, ou seja, os discentes. Sendo assim, esse trabalhador da assistência estudantil é chamado a desenvolver meios que evitem a evasão escolar e possibilitem aos estudantes a conclusão de sua formação acadêmica. Dentre esses meios encontram-se os benefícios socioassistenciais, traduzidos em auxílios pecuniários que são destinados a estudantes em situação de vulnerabilidade social, principalmente em decorrência da pobreza, que têm sua vida acadêmica ameaçada por falta de recursos financeiros.

Trabalhar com a concessão de auxílios e observar que a procura por eles é crescente, remete a uma reflexão acerca do sistema de produção em que se vive. No momento em que se presencia o aprofundamento das expressões da questão social, observa-se um processo de precarização das condições de vida e de trabalho, no qual os meios de sobrevivência se tornam cada vez mais parcos para grande parte da população. Identifica-se, ainda, um crescente movimento de negação de direitos, em que muitos indivíduos têm o acesso negado, restringido por políticas cada vez mais focalizadas e seletivas, típicas do neoliberalismo.

Nesse sentido, é relevante desenvolver uma investigação acerca da intervenção profissional do assistente social no IFCE, como instituição educacional que tem a marca histórica de propiciar a formação profissional da classe trabalhadora, preocupada em torná-la apta a responder às demandas do mercado de trabalho. Além disso, observa-se também que, num contexto de precarização das políticas sociais como um todo e, especificamente, a de educação, a intervenção

profissional dos assistentes sociais se vê subordinada a um processo em que o Estado se propõe a ser mínimo para o social. Dessa forma, tendo clareza das novas configurações das políticas sociais, acredita-se que seja necessário identificar em que direção aponta o trabalho dos assistentes sociais, se somente para a perpetuação da subordinação da classe trabalhadora ao capital ou para a perspectiva de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, fundamentada na liberdade e na democracia, conforme os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social (BRASIL, 2012).

Além disso, é essencial compreender qual o lugar que o assistente social ocupa no interior das equipes de assistência estudantil. Se na academia o debate sobre o papel do assistente social no mundo do trabalho indica que sua posição deve transpor a de mero executor de tarefas, é importante investigar se nessas equipes ele protagoniza outras ações além da execução de serviços socioassistenciais. Cabe apreender, também, como o trabalho do assistente social é percebido pela instituição, isto é, qual a concepção do significado do trabalho do assistente social na educação profissional e superior no âmbito do IFCE.

Diante da exposição desses motivos, nota-se que o campo da educação profissional e superior se apresenta rico de relações e significados para os assistentes sociais, sendo imprescindível conhecer os desafios que se colocam para esse profissional no desenvolvimento do seu trabalho, principalmente no que concerne à efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, tendo em vista ser este dotado de uma teleologia.

Dessa forma, o desenvolvimento desse estudo se mostra importante para caracterizar o trabalho do assistente social na educação profissional e superior no IFCE, as dificuldades e desafios, a fim de instigar processos de reflexão e construção de um trabalho que contribua para a superação da histórica subalternidade profissional e para afirmação do compromisso com a universalização dos direitos sociais.

Ademais, essa investigação pode fornecer subsídios para uma reflexão crítica sobre o exercício profissional no âmbito institucional, contribuindo para o fortalecimento de ações que viabilizem o desenvolvimento dos sujeitos nas suas diversas dimensões. Para além de um estudo descritivo dos desafios vivenciados pelos assistentes sociais no dia a dia do seu trabalho, essa investigação analisa também, como a categoria se articula para transpor os limites impostos pela

instituição e pela própria política de educação, considerando o contexto do neoliberalismo, a fim de dar respostas às demandas dos educandos e garantir os seus direitos.

Assim sendo, num momento em que se vivencia a expansão da educação profissional e superior no Brasil, e que a demanda por profissionais de Serviço Social para trabalhar nessa conjuntura é crescente, cabe perguntar: quais os desafios que se colocam para o trabalho do assistente social no IFCE? Que atribuições e competências lhes são requisitadas? Que demandas são identificadas nesse cenário de atuação? Como o projeto ético-político do Serviço Social se delinea nesse contexto? Quais as perspectivas para o trabalho do assistente social na educação no âmbito do IFCE? De que maneira o trabalho do assistente social é interpretado nesse campo? Como os assistentes sociais se articulam para delinear o enfrentamento dos limites impostos ao seu trabalho no contexto institucional? Tais questões são as que norteiam esta pesquisa.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Sabe-se que a pesquisa é atividade fundamental na busca do conhecimento. É através dela que há a possibilidade de ultrapassar a aparência dos fenômenos e atingir sua essência. A pesquisa possibilita a compreensão dos fenômenos da realidade, para além de como esta se apresenta na sua forma aparente. Desse modo, a realidade é o chão de onde partem os objetos a serem investigados, sendo ela o ponto de partida para a produção do conhecimento.

Segundo Araújo (2003, p. 265), “o real é complexo porque é resultado de múltiplas determinações, de muitas relações sociais, históricas, econômicas (de produção), políticas, culturais, ideológicas, etc.”. Assim, para a realização dessa pesquisa faz-se necessário traçar o percurso metodológico, sem o qual o caminhar da investigação é dificultado. A metodologia apresenta o caminho a ser traçado na investigação de um problema. Nela estão contidos o método de abordagem escolhido, a definição das etapas da pesquisa, o tipo de pesquisa a ser realizada e as técnicas e instrumentos indicados para a realização da investigação.

No processo de investigação, o método funciona como meio que organiza o pensamento e as ações, orientando-os para a consecução dos objetivos almejados. De acordo com Araújo (2003, p. 259), “o método é entendido como um

instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, como parte do real a ser investigado”. Observa-se, entretanto, que, por mais completo que seja o método de abordagem, este jamais poderá dar conta da realidade em sua totalidade. A realidade é dinâmica e muito mais profunda do que a capacidade do pesquisador de apreendê-la. Portanto, o conhecimento é sempre inacabado e se dá por meio de aproximações (MINAYO, 2014). À medida em que o pesquisador se aproxima do objeto investigado, também se distancia dele, devido ao incessante movimento de construção e reconstrução do real. Dessa forma, as verdades, as compreensões e explicações atribuídas a determinados fenômenos são sempre provisórias.

Para a realização desta investigação, considera-se mais apropriado o método dialético de Marx, cujo problema central de pesquisa é a sociedade burguesa e as relações a ela intrínsecas. A partir desse método é possível estabelecer uma investigação do movimento do real, apreender o objeto em sua totalidade, produzindo um tipo de conhecimento acerca das múltiplas relações constituídas no contexto da realidade. Uma espécie de conhecimento teórico que não se reduz à descrição e explicação de um fenômeno, mas um tipo de conhecimento que busca descobrir e interpretar os fenômenos para além de sua aparência, atingindo a sua essência. Nesse sentido, conforme observa Netto (2009), no método dialético, a teoria nada mais é do que o movimento real do objeto reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). Segundo este autor,

[...] para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e dinâmica) do objeto. Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto* (NETTO, 2009, p. 674, grifo do autor).

Portanto, é com base no método de Marx que se desenvolve esta pesquisa, compreendendo a realidade como síntese de múltiplas determinações, apreendendo o objeto em sua totalidade e tendo a compreensão de que ele não é estático, que possui movimento e história, e, ainda, estabelece mediações com outros fenômenos. Araújo (2003) ressalta, ainda, que um importante aspecto do método dialético é considerar que “[...] o real está em movimento, é contraditório e

possui historicidade, portanto, conhecê-lo significa um processo de sucessivas aproximações” (ARAÚJO, 2003, p. 269). É evidente que não se pode reduzir a explanação do método dialético em tão poucas linhas, porém o que se mostra aqui é a indicação do método de investigação escolhido para o estudo.

De acordo com Minayo (1994, p. 18), “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulada a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”. A metodologia de investigação de uma problemática identificada não se resume à indicação de técnicas e instrumentos a serem utilizados na pesquisa, mas também se refere à apropriação de teorias já formuladas acerca do objeto e à capacidade de elaboração e inventividade do sujeito conhecedor. Esse conjunto formado por teoria, técnicas, instrumentos e ação, articulados ao contexto social e histórico, expressam o núcleo da metodologia de pesquisa.

Na proposta aqui presente, o tipo de pesquisa escolhido é de natureza qualitativa, pois este

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

Através da pesquisa qualitativa é possível perceber o objeto para além do seu caráter quantificável, decompondo-o e recompondo-o por meio de uma análise aprofundada do “[...] mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22). Assim, a pesquisa qualitativa permite identificar elementos importantes nos discursos dos sujeitos envolvidos, nas suas relações, opiniões e interações vividas no cenário onde se inserem. Portanto, esse tipo de pesquisa é o escolhido para a realização do estudo porque

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2014, p. 57).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa é a que mais se adequa à consecução dos objetivos desta pesquisa, pois permite uma interpretação das

visões e elaborações dos sujeitos pesquisados acerca do objeto posto em ênfase: os desafios do trabalho do assistente social no IFCE. Assim, é por meio da análise dos discursos e compreensões dos sujeitos acerca do objeto que se sustenta este estudo.

Além disso, esta investigação não é restrita ao campo empírico, visto que está respaldada por uma pesquisa bibliográfica e documental prévia e concomitante ao trabalho de campo. Para tanto, são estudadas produções de autores (livros e artigos) que discorrem sobre o tema e as categorias definidas para esta pesquisa, quais sejam, trabalho, Serviço Social na educação e assistência estudantil. Com isso, é possível estabelecer um diálogo entre as diversas perspectivas teóricas acerca do tema, a fim de se ter fundamentos teóricos para explorar a temática e atingir os objetivos do estudo. Nesse caso, a pesquisa teórica é fundamental para contextualizar o objeto, conhecendo a cena social, econômica e política que o envolve. Realiza-se, também, uma pesquisa documental, abordando documentos institucionais e legislações, para conhecer como se processou a implantação e o desenvolvimento do Serviço Social no IFCE. Aliada a esses dois tipos de pesquisa (bibliográfica e documental), é realizada a pesquisa empírica, adentrando ao campo para estabelecer o contato com os sujeitos.

Identificados o método e o tipo de pesquisa a ser realizada, faz-se necessário apontar o seu universo. Para a realização deste estudo elegeu-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). O IFCE, entretanto, conta hoje com 30 (trinta) *campi* em todo o estado do Ceará, logo, observando a exequibilidade da pesquisa, foram escolhidos alguns *campi*, tentando contemplar as diversas regiões do estado. A fim de se obter um panorama do trabalho do assistente social na educação profissional e superior no IFCE, levando em consideração as conjunturas e peculiaridades regionais, foram eleitas as unidades do IFCE situadas em Fortaleza (*campus* Fortaleza e Reitoria), Maracanaú, Canindé, Sobral, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte, Aracati, Baturité e Crateús. Dessa forma, contemplam-se: a capital do Ceará e a região metropolitana, o sertão central, a região norte, a região jaguaribana, a região sul, o litoral e o sertão dos Inhamuns.

Como se pode deduzir do tema dessa proposta de investigação – os desafios do trabalho do assistente social no IFCE –, os sujeitos da pesquisa são os assistentes sociais do IFCE, ocupantes de cargos efetivos, que trabalham

diretamente com o Programa de Assistência Estudantil nos *campi*. Do total de 43 (quarenta e três) assistentes sociais que trabalham inseridos nas equipes de assistência estudantil, foram feitas abordagens com 11 (onze) deles, perfazendo um percentual de, aproximadamente, 26% desses profissionais. Além disso, constrói-se o perfil socioeconômico dos assistentes sociais do IFCE, por meio da aplicação de questionário socioeconômico com 100% da categoria.

O questionário, como técnica de pesquisa, segundo Minayo (2014), tem um caráter de complementaridade na abordagem qualitativa, como instrumento de captação de dados quantificáveis que se apresentam como elementos importantes para a caracterização da realidade investigada.

Na realização da pesquisa adota-se, ainda, as técnicas de entrevista semiestruturada e de observação participante. Com a primeira, estabelece-se um amplo campo de comunicação, em que os sujeitos têm a possibilidade de discorrer sobre o tema, sentindo-se livres para exporem seus pontos de vista. A entrevista, entretanto, não significa uma simples conversa despretensiosa e neutra, mas uma conversa com finalidade, com propósitos bem definidos (MINAYO, 1994, p. 57). Através da entrevista semiestruturada, com perguntas previamente formuladas, os participantes da pesquisa podem discorrer com fluência sobre suas experiências, fazendo uma reflexão sobre a realidade investigada (MINAYO, 2014), e com isso, contribuindo para corresponder aos objetivos da investigação.

Já a técnica da observação participante se apresenta como adequada para essa pesquisa, pois permite

[...] captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 1994, p. 59-60).

O fato de vivenciar um vínculo efetivo com a instituição onde o objeto é investigado possibilita a mim, como pesquisadora, o desenvolvimento da técnica da observação participante. Assim, ao me fazer presente no contexto do objeto pesquisado, observando as experiências dos sujeitos envolvidos na pesquisa, interagindo com estes, há a possibilidade de captar no movimento cotidiano as impressões e elementos não ditos nos discursos emitidos nas entrevistas.

A realização desta pesquisa seguiu as seguintes fases: primeiramente tem-se a fase exploratória, em que o objeto e objetivos foram delimitados, as

técnicas e instrumentos de coleta de dados foram definidos, o campo e os sujeitos foram demarcados e o marco teórico iniciou a ser construído, a partir da realização de uma pesquisa documental e bibliográfica disciplinada, crítica e ampla (MINAYO, 1994). Posteriormente, foi realizada a pesquisa de campo junto aos assistentes sociais do IFCE, por meio da aplicação de questionário socioeconômico com todos esses profissionais e a realização de entrevistas com 11 (onze) deles. A princípio estipulou-se fazer a entrevista com 12 (doze) assistentes sociais, entretanto, um dos interlocutores apresentou indisponibilidade para responder à entrevista⁵. Este fato, porém, não veio a prejudicar a investigação, pois no decorrer das abordagens, verificou-se que os discursos se assemelhavam, sem apontar novas questões acerca do objeto pesquisado, saturando-o. É válido ressaltar que não houve dificuldades em realizar as entrevistas, pois os interlocutores se disponibilizaram prontamente a atender o convite para contribuir com esta pesquisa. Após esse processo, iniciou-se a fase de análise dos dados coletados na pesquisa de campo, sempre tomando como referência os estudos e teorias elaborados por diversos autores, com a finalidade de dar respaldo teórico ao estudo. Dessa forma, a construção do texto da dissertação ocorreu de maneira gradual, conforme se processava a pesquisa, e apresenta uma estrutura formada por esta introdução, 3 (três) capítulos e as considerações finais.

No capítulo 2 aborda-se a inserção do Serviço Social na área da educação, esta constituindo-se como um espaço sócio-ocupacional da profissão, que se encontra em processo de consolidação. O capítulo apresenta, ainda, uma discussão acerca dos diversos espaços sócio-ocupacionais do assistente social desde a sua institucionalização, abordando as áreas de atuação nas políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos governamentais, nas empresas, nas organizações do “terceiro setor” e nas organizações da classe trabalhadora. O capítulo inicia, ainda, uma reflexão acerca das reformas do Estado e da política de educação no cenário contemporâneo, e a inserção do Serviço Social nesse movimento. O texto traz, além disso, uma discussão sobre o processo de expansão da educação profissional e superior no Brasil, pontuando suas particularidades e contradições, bem como suas interferências para a ampliação da demanda pelo trabalho de assistentes sociais nas instituições educacionais.

⁵ A indisponibilidade de um dos interlocutores ocorreu pelo fato de o mesmo estar comprometido com as atividades do mestrado que cursa, não dispondo de tempo para contribuir com a pesquisa.

No capítulo 3, desenvolve-se uma discussão sobre o Serviço Social como trabalho, considerando os sentidos ontológico e sócio-histórico da categoria trabalho, com a finalidade de empreender à profissão o caráter de trabalho. Discorre-se sobre as demandas que são colocadas para a atuação profissional do assistente social na contemporaneidade, bem como traz uma discussão sobre o processo de trabalho na área da educação. Há, ainda, neste capítulo, o debate sobre os elementos dificultadores da materialização do projeto ético-político profissional do Serviço Social no contexto do neoliberalismo.

O capítulo 4 apresenta os resultados da pesquisa realizada com os assistentes sociais do IFCE acerca dos desafios do seu trabalho na instituição, especificamente, no programa de assistência estudantil. Antes disso, porém, explicita-se o contexto de desenvolvimento da educação profissional no Brasil, a fim de trazer elementos para compreender a constituição do IFCE. Este capítulo aborda, também, os aspectos do trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil da instituição, apresentando suas características mais detalhadamente. Dessa forma, apresenta o perfil dos sujeitos da pesquisa, a história e o desenvolvimento da atuação profissional dos assistentes sociais na instituição, bem como expõe as demandas, atribuições e competências inerentes ao seu trabalho. O capítulo se encerra com a explanação dos desafios e perspectivas para o trabalho dos assistentes sociais no IFCE.

Tendo a clareza de que o objeto de pesquisa é inesgotável e que sua compreensão se dá apenas de forma aproximada, apresenta-se, nas considerações finais, alguns apontamentos acerca do objeto investigado. A reflexão realizada em todo o percurso da investigação sobre os desafios do trabalho do assistente social no IFCE, mostra que tais desafios são diversos e estão associados à dinâmica societária erguida sob a ordem do capital, que privilegia os interesses das classes dominantes. Além disso, a pesquisa indica que os elementos limitantes ao exercício profissional na política de educação, tem a ver com a forma como as políticas sociais se estruturam no Brasil no contexto da reforma do Estado, em que há um processo severo de precarização e, desse modo, não correspondendo aos interesses da classe trabalhadora. O estudo mostra, ainda, que se faz necessário fortalecer o trabalho dos assistentes sociais no IFCE, mediante ações de mobilização da categoria para enfrentar os desafios postos no cotidiano de trabalho,

com vistas ao reconhecimento da importância da sua atuação para a efetivação da educação como um direito universal.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DA ABERTURA À EXPANSÃO DE UM MERCADO DE TRABALHO PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS

Para compreender a relação entre o Serviço Social e a educação, as possibilidades de atuação profissional e os desafios a serem enfrentados nesse espaço ocupacional, faz-se necessário resgatar o processo em que se deu a aproximação do Serviço Social com a política educacional no Brasil. Para tanto, é preciso se reportar ao período em que se inicia a atuação do Serviço Social no campo da educação, ainda no século XX, este que coincide com o da própria institucionalização da profissão, considerada, à época, como capaz de contribuir com a “formação” de ideologias e comportamentos favoráveis ao desenvolvimento econômico do País.

Principalmente no âmbito da educação de trabalhadores, os assistentes sociais são chamados à atuar de forma a contribuir para a integração desses sujeitos aos objetivos do sistema de produção em consolidação. É no campo da educação profissionalizante, portanto, que o Serviço Social tem uma forte expressão no início de sua atuação junto à educação, porém o seu trabalho expande-se para além daquela modalidade de ensino, inserindo-se, na contemporaneidade, também na educação de nível superior.

Dada a expansão da educação superior no Brasil nas últimas décadas, abre-se um amplo espaço para atuação do Serviço Social, notadamente nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, como as Universidades Federais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Assim, é no contexto de expansão da educação superior que o espaço sócio ocupacional para os assistentes sociais nessa política também começa a se expandir e a se consolidar na contemporaneidade.

Dessa forma, este capítulo apresenta a contextualização histórica da origem da atuação dos assistentes sociais na área da educação. Antes disso, porém, aborda a caracterização dos diversos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social no contexto nacional. Assim, faz-se uma apreciação sobre os espaços de atuação profissional em que se inserem os assistentes sociais, trazendo aspectos do trabalho dessa categoria nas instituições governamentais, nas empresas, nas organizações do “terceiro setor”, nos espaços de participação popular e de controle social das políticas públicas e nas organizações de trabalhadores. Posteriormente,

aprofunda-se na análise do campo da educação profissional e superior como espaço em processo de consolidação para o trabalho dos assistentes sociais. Apresenta, ainda, uma discussão acerca das reformas do Estado e da educação brasileira nos anos 1990 e 2000 e da expansão da educação superior, moldada nas intenções e metas da política neoliberal.

2.1 A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Abordar o tema da ampliação dos espaços sócio ocupacionais do assistente social requer uma apreciação sobre o processo de constituição do mercado de trabalho para essa categoria profissional. Nesse sentido, é preciso que se tenha ao lado da investigação, uma clara interpretação do terreno no qual se desenha a estrutura do Serviço Social no Brasil e o objetivo de seu trabalho.

Assim sendo, é no cenário de maturação do sistema capitalista no País que o Serviço Social começa a adentrar ao mercado de trabalho, este oriundo, principalmente, das respostas elaboradas pelo Estado à crescente desigualdade social provocada por aquele sistema de produção. É no contexto da industrialização, na década de 1940, da tentativa de implantação do modelo econômico capitalista no Brasil que se observa o crescimento das desigualdades sociais, a intensificação da exploração da força de trabalho e o agravamento da questão social, gestados no bojo dos antagonismos de classes existentes na sociedade.

As contradições inerentes ao capitalismo aprofundaram o abismo entre as classes sociais, gerando situações de exclusão e degradação da vida dos segmentos pauperizados da população, principalmente da classe trabalhadora. Isso fez com que eclodissem as pressões das classes subalternas por respostas do Estado para as suas necessidades emergentes. Dessa maneira, é no processo de apropriação das demandas sociais oriundas dos segmentos majoritários da sociedade que o Estado passa a articular respostas institucionalizadas à questão social, por meio das políticas sociais. Na conjuntura de ampliação das lutas sociais por melhores condições de vida da população, e de administração dessa demanda pelo governo, via políticas sociais, é que se origina um mercado de trabalho consistente para o assistente social. Faz-se necessário pontuar, ainda, que tais respostas emanadas pelo Estado não têm como objetivo apenas atender às

necessidades da população, mas também, preparar um cenário propício ao desenvolvimento da industrialização do País, colocando-o no círculo do sistema capitalista de produção.

Assim, é no bojo das políticas sociais constituídas a partir da década de 1940 que se estrutura um mercado de trabalho para o Serviço Social, através da criação das grandes instituições sociais, tais como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Sistema “S” e os institutos de previdência. No interior dessas instituições, os assistentes sociais organizam sua intervenção sobre a questão social, por meio da administração e prestação dos serviços e benefícios sociais. É preciso ter clareza, entretanto, que o tipo de atuação construída nessa época se aproxima mais dos objetivos de controle social, de contenção dos conflitos sociais e enquadramento da classe trabalhadora, do que da noção de direitos. Dessa forma,

As instituições sociais e assistenciais [...] convertem-se em instrumento de controle social e político dos setores dominados e de manutenção do sistema de produção, tanto por seus efeitos econômicos, como pela absorção dos conflitos sociais e disciplinamento das relações sociais vigentes (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 248).

Nesse sentido, faz-se necessário ter em mente que, ao lado da constituição do mercado de trabalho para o Serviço Social, caminham as metas de acumulação e expansão da ordem capitalista. Ademais, é imprescindível ter clareza de que estas metas acompanham o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro e dos seus espaços de atuação profissional até a contemporaneidade, haja vista o contexto social, político e econômico no qual se inserem. É possível identificar, entretanto, alguns posicionamentos no interior da categoria profissional que convergem para a perspectiva de um projeto societário diferente do capitalista, mas que ainda não apresentam força para romper com os objetivos de acumulação e exploração da força de trabalho.

Se na década de 1940 presencia-se a gênese do mercado de trabalho para os assistentes sociais, será durante as duas décadas seguintes que esse mercado será consolidado. Observa-se que a expansão se dá conectada ao desenvolvimento da industrialização pesada no Brasil, quando os esforços do Estado passam a ser orientados para consolidar um modelo produtivo pautado nos grandes monopólios e na produção em série e em massa (“fordismo à brasileira”).

Desse modo, é no processo de apropriação e institucionalização das demandas sociais, principalmente pelo Estado, a fim de criar uma atmosfera propícia à consolidação do capitalismo, que o mercado de trabalho para o Serviço Social se amplia por meio das grandes instituições sociais. Tudo isso dentro do circuito dos interesses da classe dominante e sob a égide da autocracia burguesa (NETTO, 2015).

A consolidação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais não emerge apenas da reorganização do Estado, este tomado como o maior empregador desses trabalhadores até a contemporaneidade, mas também a partir da abertura de postos de trabalho nas médias e grandes empresas, em meados de 1960. Dentro delas, o assistente social é convocado para administrar os serviços e benefícios sociais complementares à reprodução dos trabalhadores e de suas famílias. Trata-se, então, de uma atuação que não desborda os limites da execução de ações de assistência social aos operários. Como observa Netto,

Cabe salientar que o espaço empresarial não se abre ao Serviço Social apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção (2015, p. 161).

Nas empresas, os assistentes sociais são chamados a intervir nas situações de conflitos gestados na relação capital/trabalho, de modo a mediar tensões existentes entre operários e empregadores. Nesse movimento, a intervenção profissional se coloca entre o atendimento das necessidades de reprodução dos trabalhadores e a exigência de dinamizar a produção industrial. Dessa maneira, muitas das ações desenvolvidas pelo Serviço Social têm cunho pedagógico, voltado para a educação moral dos empregados, para o enquadramento dos comportamentos desse público aos objetivos empresariais. Como observam Amaral e Cesar (2009, p. 414),

[...] a intervenção do assistente social na empresa era uma ação voltada tanto à preservação da força de trabalho dos empregados como à necessidade de mediar conflitos/comportamentos que surgiam na relação entre capital e trabalho. A requisição profissional, portanto, atenderia, contraditoriamente, tanto às necessidades do capital – contratante dos serviços profissionais – como às do trabalho, pela via de uma intervenção voltada a considerar as necessidades básicas dos trabalhadores.

Ademais, o espaço da empresa amplia o campo de atuação do assistente social para além da mediação daquela relação anteriormente apontada. Dada a ampliação da pauperização, provocada principalmente pelo fluxo migratório da população para as grandes cidades, em que as condições de sobrevivência dos indivíduos se apresentam precárias, emerge a filantropia empresarial⁶ como campo de absorção da mão de obra do assistente social para intervir sobre as expressões da questão social que se aprofundam no processo de “modernização conservadora” (NETTO, 2015). Presencia-se, então, dentro das empresas capitalistas, seja nas ações no âmbito das relações de trabalho ou no campo da filantropia empresarial, a abertura de um mercado de trabalho para os assistentes sociais na década de 1960 que foi se consolidando até atingir os anos 1980 com uma presença significativa desses profissionais na área de empresa⁷.

A presença do assistente social no espaço sócio ocupacional da empresa tornar-se-á maciça na década de 1980, mantendo-se expressiva até a contemporaneidade. Porém, a atuação profissional não fica imune às transformações na esfera da produção e do trabalho vivenciadas a partir dos anos 1970, quando da crise de acumulação capitalista. A partir deste momento, o capital reorganiza o padrão de produção e de acumulação, introduzindo novas formas de exploração da força de trabalho, criando novos padrões de consumo, determinando o tipo de intervenção estatal nas políticas econômica e social, tudo isso de maneira a redimensionar o sistema produtivo capitalista para superar a crise e aumentar os lucros.

⁶ É importante destacar que o trabalho do assistente social na área da filantropia, não se restringe à filantropia empresarial. Os assistentes sociais também estão presentes nas instituições filantrópicas ligadas ao Estado, à entidades religiosas e organizações não governamentais. O que se pretende apontar, no texto acima, é que, no âmbito da empresa, abre-se, também, outro campo de atuação do Serviço Social, por meio da filantropia empresarial, para além das ações de enquadramento da classe trabalhadora à produção.

⁷ É interessante enfatizar que, concomitante a esse período em que se observa a expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais, ocorre o processo de questionamento sobre a prática profissional, buscando sintonizá-la com perspectivas modernas. Nisso, percebe-se a tentativa de ruptura com o Serviço Social “tradicional” por meio da adoção de um arsenal de técnicas e de procedimentos burocráticos, mas que não ultrapassam uma visão acrítica da realidade e da própria profissão, em um dado momento. Mas que, em outro, tenta se aproximar de uma perspectiva analítica das contradições da sociedade capitalista, ancorada no marxismo, capaz de identificar e interpretar o objeto de intervenção do Serviço Social – a questão social – e de fundamentar um trabalho alinhado com a efetivação dos direitos, a minimização das desigualdades sociais e o compromisso com os segmentos vulnerabilizados da população. Esse movimento amplamente estudado no Serviço Social configura o denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, iniciado na década de 1960, sobre o qual Netto (2015) realiza uma densa explanação.

O ciclo da chamada “acumulação flexível”, que envolve a reestruturação produtiva e a reorganização político-econômica e ideológica do capital, começa a ser vivenciado no Brasil no final dos anos 1980, ganhando expressividade e apoio do Estado para sua solidificação a partir da década de 1990. De acordo com Antunes (2015, p. 126),

A necessidade de elevação da produtividade dos capitais em nosso país deu-se, desde fundamentalmente o início dos anos 1990, através da reorganização sociotécnica da produção, da redução do número de trabalhadores, da intensificação da jornada de trabalho dos empregados, do surgimento dos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, dentre outros elementos da lógica simbiótica do toyotismo flexibilizado (grifo do autor).

É em meio ao processo contraditório de modernização da produção, com a introdução de novas tecnologias ao processo produtivo, como a informática e a robótica, que se observam formas retrógradas de organização e exploração da força de trabalho. Nesse momento, a precarização das relações de trabalho se aprofunda, por meio das terceirizações, das subcontratações, da desregulamentação dos direitos trabalhistas e do rebaixamento salarial. Além disso, observa-se a reestruturação do ambiente organizacional da empresa de forma a intensificar a exploração do trabalho, seja por meio da extração da mais valia relativa, com a introdução de tecnologias para dinamizar a produção e novas formas de gestão da força de trabalho, seja pela extração da mais valia absoluta, com a extensão da jornada do trabalhador, que tem de “vestir a camisa” da empresa e se tornar um “colaborador”. A criação de um clima colaborativo dentro da empresa, com a disseminação da ideia de que o sucesso da organização refletirá no sucesso individual do trabalhador, é também essencial para ampliar a produção e, conseqüentemente, os lucros.

Nesse contexto de reordenamento da produção, o trabalho do assistente social dentro da empresa tem de responder a novas exigências. Esse profissional é chamado a atuar junto à gestão de recursos humanos, programas participativos, desenvolvimento de equipes, ambiência organizacional, qualidade de vida no trabalho, voluntariado, ação comunitária, certificação social e educação ambiental (AMARAL; CESAR, 2009). Assim sendo, a atuação profissional no interior da empresa, considerando as transformações ocasionadas pela reestruturação produtiva, tende a atender, sobremaneira, às metas de produção e lucratividade,

através da elaboração e desenvolvimento de estratégias de gestão da força de trabalho. Eis, então, o confronto entre o “moderno” e o conservador, pois, essencialmente, o trabalho do assistente social se volta ao controle e disciplinamento do trabalhador na empresa, tal qual ocorrera nos primeiros anos de sua atuação nesse campo. Amaral e Cesar (2009, p. 419) apontam que,

[...] o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas empresas mantém o seu caráter “educativo”, voltado para as mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, objetivando sua adequação ao processo de produção. Desse modo, o profissional continua sendo requisitado para responder às questões que interferem na produtividade – absenteísmo, insubordinação, acidentes, alcoolismo etc. –, a intervir sobre os aspectos da vida privada do trabalhador, que afetam seu desempenho – conflitos familiares, dificuldades financeiras, doenças etc. – e a executar serviços sociais asseguradores da manutenção da força de trabalho.

De outro modo, o assistente social é chamado a atuar para além dos muros da empresa, intervindo em ações sociais externas. A ideia de “responsabilidade social corporativa” ganha corpo nos anos 1990, a partir da qual as empresas passam a atender demandas das comunidades referentes à assistência social, alimentação, saúde, educação, preservação do meio ambiente, dentre outras. A realização dessas ações requer o trabalho do assistente social desde a elaboração à execução de projetos que visam intervir sobre àquelas demandas. Ao mesmo tempo, não se podem esquecer as vantagens que as empresas ganharam ao desenvolverem as referidas ações, pois elas receberam incentivos fiscais do Estado, além de adicionarem à sua imagem o caráter de “empresa cidadã” (AMARAL; CESAR, 2009).

Ressalte-se que o assistente social dentro da empresa não se mantém acrítico perante as transformações na esfera da produção nesse momento, bem como acerca das intenções do capital em perpetuar o seu domínio ideológico sobre a sociedade. Principalmente devido ao amplo debate desenvolvido no interior da categoria nos anos 1980 em torno do objeto do Serviço Social, dos objetivos do seu trabalho e do compromisso ético-político vislumbrado na consecução de uma nova ordem societária, fundada na igualdade e na justiça social. Desse modo, o trabalho na empresa não impede que o assistente social esteja atento às contradições engendradas no contexto da reestruturação produtiva e da “acumulação flexível”. Ademais, esse profissional não só está atento a esse processo, mas também sofre os impactos das novas relações trabalhistas. Isso porque o próprio trabalho do

assistente social na contemporaneidade “[...] é exercido sob condições que não fogem ao quadro mais geral da economia: muitos desses profissionais são terceirizados, fazem parte de cooperativas de trabalho, são contratados “por projetos” e não têm assegurada a proteção social pública” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 424).

Se o mercado de trabalho para o assistente social no âmbito da empresa amplia-se na década de 1980, é também neste período que se observam oportunidades de inserção do Serviço Social em outras esferas de atuação. Assim, nessa década o País vivencia um processo de contestação ao modelo “autocrático burguês” (NETTO, 2015) imposto pelos governos ditatoriais desde 1964. Expressando sinais de esgotamento, a ditadura militar não mais vislumbra meios de se sustentar, conduzindo-se o processo de transição para o regime democrático. Condução esta realizada “de cima”, de forma a manter o controle pelas elites e os interesses das classes dominantes, ao mesmo tempo em que mantém o distanciamento de um projeto de mudança afinado com a vontade popular.

No contexto da redemocratização do Brasil, o País vivencia uma situação de estagnação da economia, endividamento externo, agudização da pobreza, precarização dos serviços sociais públicos e retração dos direitos sociais. Aliada à conjuntura de mobilização social, dos movimentos políticos organizados pela sociedade, principalmente oriundos dos setores estudantis da universidade e da classe operária, a pressão por um Estado democrático e defensor de direitos humanos e sociais é cada vez mais incisiva. Nesse sentido, a combinação desses elementos prepara o terreno para a transição do regime ditatorial para o democrático, cuja expressão mais contundente se materializa na Constituição Federal de 1988.

Com a Carta Constitucional de 1988 gesta-se um quadro de ampliação de direitos, de universalização e descentralização das políticas sociais, de possibilidade de participação popular, de instauração da seguridade social e de afirmação da cidadania. De acordo com Yamamoto (2009, p. 358),

A primeira proposta que norteia os princípios da seguridade social na Carta Constitucional de 1988 aposta no avanço da democracia, fundada na participação e do controle popular; na universalização dos direitos e, em consequência da cobertura e do atendimento das políticas sociais; na garantia da gratuidade no acesso aos serviços; na integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da igualdade.

Diante desse cenário, abrem-se novas possibilidades de espaços de trabalho para o assistente social, seja nas políticas públicas, como nos espaços de participação popular e de controle social, nos conselhos de direitos e de políticas sociais. Assim como se observa a ampliação dos espaços sócio ocupacionais a partir da organização e estruturação da seguridade social brasileira. A partir de então,

O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas *funções e competências*. Os assistentes sociais estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e de planejamento, gestão e monitoramento, inscrito em equipes multiprofissionais* (IAMAMOTO, 2009, p. 367, grifo da autora).

Se a redemocratização do País influencia, de certo modo, a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais via ampliação das políticas públicas, o cenário político e econômico engendrado pelo conjunto das transformações advindas da reorganização do capital não é nada propício à consolidação de tais políticas públicas e dos direitos sociais universais. Esse fato, portanto, termina impactando nos espaços ocupacionais para os profissionais de Serviço Social, especialmente na esfera governamental, tradicionalmente a maior empregadora de assistentes sociais.

A partir dos anos 1990, a proposta política neoliberal reveste o Estado de um conteúdo de desresponsabilização perante as expressões da questão social. A intervenção estatal nesse âmbito se torna mínima, voltando-se para situações de vulnerabilidade extrema, por meio de políticas compensatórias que não ultrapassam ações de cunho focalista, seletivo e pontual, tendentes à restrição e redução de direitos. É o que Behring (2008) identifica como “contrarreforma”⁸ do Estado, quando este minimiza suas ações relativas às demandas sociais, em favor do mercado. Dessa maneira, “no âmbito estatal, o retraimento das funções do Estado e a redução dos gastos sociais vêm contribuindo para o processo de desresponsabilização em relação às políticas sociais universais e o conseqüente retrocesso na consolidação e expansão dos direitos sociais” (RAICHELIS, 2009, p. 382).

⁸ Este tema será melhor desenvolvido no tópico 2.2.1 deste trabalho.

Diante disso, o trabalho do assistente social nos órgãos governamentais se torna um tanto complexo, pois observa-se o aumento da demanda da população por serviços sociais e o baixo investimento do governo para dar respostas a tais demandas. Assim, o assistente social se vê limitado por políticas superficiais e paliativas, que pouco contribuem para minimizar a problemática da população severamente atingida pela questão social. Isso provoca, no profissional, uma sensação de impotência e uma impressão de que o produto seu trabalho é dotado de um conteúdo vazio. A fragmentação das políticas sociais e a fragilização do campo de atuação nessa esfera gera, também, o problema da precarização nas relações de trabalho entre assistentes sociais e seus empregadores, pois

intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2009, p. 383).

Destarte, a experiência de fragilização das relações de trabalho então vividas pelos assistentes sociais não difere da situação imposta ao conjunto da classe trabalhadora, visto que sua atuação profissional é, na maioria das vezes, viabilizada por um contrato com o órgão empregador. É importante destacar esse fato, a fim de situar o trabalho do assistente social no bojo das transformações no padrão de produção e acumulação capitalista, cujos impactos negativos também incidem sobre a categoria.

O processo de reorganização do capital redimensiona as relações de trabalho, de maneira a torná-las cada vez mais precárias, aprofundando a exploração da força de trabalho, assim como requer a estruturação de um Estado de caráter neoliberal no Brasil, cujas funções se colocam subordinadas às exigências do mercado. Com o afastamento do Estado no cumprimento de suas responsabilidades perante a questão social, observa-se o desmantelamento do sistema de proteção social conquistado com a Carta de 1988.

A partir de 1990 e seguindo nos anos 2000, a seguridade social vê suas bases em ruínas, simultaneamente à estruturação de outro tipo de sistema, em que a proteção e os direitos sociais ou se tornam mercadorias, ou se convertem em responsabilidades da própria sociedade pela propagação do discurso da solidariedade e do voluntariado.

A partir desse contexto, pode-se observar duas vertentes. Na primeira, os direitos sociais – saúde, educação, habitação, previdência, entre outros – são transmutados em bens de consumo, os quais se tornam responsabilidade do indivíduo. A não aquisição de tais bens revela a incapacidade do sujeito individual de prover suas necessidades básicas. Já a segunda vertente refere-se à transferência da responsabilidade dos governos para a sociedade – por meio de associações, fundações e organizações não-governamentais, entidades filantrópicas, instituições sem fins lucrativos, isto é, o chamado “terceiro setor”⁹ – sobre a garantia dos direitos. Assim sendo, nessa segunda vertente também se abre o mercado de trabalho para os assistentes sociais na contemporaneidade, porém sem grande expressividade.

As ações desenvolvidas pelo “terceiro setor” acabam por constituir um processo de refilantropização da questão social no contexto do neoliberalismo. Conforme ressalta Alencar (2009, p. 455), esse movimento potencializa

[...] o retorno de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no verdadeiro processo de refilantropização da questão social, sob os pressupostos da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas, sem contar a tendência de fragmentação dos direitos sociais.

Nesse sentido, assistentes sociais são chamados a atuar nas instituições que compõem o terceiro setor, desenvolvendo ações referentes à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de projetos sociais. Os programas desenvolvidos, sobretudo nas fundações empresariais, as quais visam ganhos com os incentivos fiscais e as estratégias de fortalecimento dos seus produtos e de suas imagens, voltam-se principalmente para as áreas de cultura, lazer, esporte, educação, família, capacitação profissional e meio ambiente. Desse modo, nesses espaços de trabalho o assistente social é reconhecido

⁹ Montaño (2010) elabora uma reflexão acerca da concepção de “terceiro setor”, situando a categoria no movimento e nas transformações do capital. Diferentemente de concepções que tendem a considerar o “terceiro setor” separado do Estado (que seria o “primeiro setor”) e do mercado (identificado como o “segundo setor”), o autor considera que não há como compreendê-lo como um fenômeno desarticulado do conjunto das transformações societárias. Portanto, “[...] o que é chamado de “terceiro setor”, numa *perspectiva crítica e de totalidade*, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da autoajuda e da ajuda mútua*” (MONTAÑO, 2010, p. 186) (grifo do autor).

[...] como portador de um conhecimento específico e de um instrumental de trabalho capaz de propiciar a leitura da realidade e a elaboração de propostas de ação. Assim, o assistente social é visto como capacitado para identificar as demandas internas e externas, efetuar a análise das mesmas, sugerir, planejar, executar ações e avaliar os seus resultados (AMARAL; CESAR, 2009, p. 442).

É válido destacar que o campo de trabalho aberto pela implantação de programas e projetos sociais nas instituições não governamentais revela a competência do assistente social para atuar no planejamento e gestão daquelas ações, superando o caráter meramente executivo impregnado na intervenção profissional por muito tempo – fato que também ocorre no trabalho desenvolvido nas políticas públicas. Por outro lado, esse canal de atuação acaba por inserir o assistente social na corrente de precarização das relações empregatícias, dos contratos de trabalho flexíveis, da rotatividade de empregos, da multiplicidade de vínculos e de salários rebaixados.

Um olhar mais aproximado dos programas efetivados nas organizações do “terceiro setor”, no entanto, também revela um tipo de intervenção sobre a questão social que não transpõe a execução de ações paliativas, pontuais e seletivas. Dessa forma, o enfrentamento da questão social não ultrapassa a superficialidade, passando a se caracterizar como mera administração da pobreza, comprometendo o caráter de universalidade dos direitos sociais. Além disso, compromete a interpretação da questão social como produto dos antagonismos de classes e das contradições inerentes à ordem societária capitalista.

É possível observar, ainda, a inserção do trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora, o qual se apresenta sob duas formas: a primeira remete à atuação profissional realizada nas entidades de organização autônoma da classe trabalhadora, como empregadora de assistentes sociais; já a segunda alinha-se ao trabalho que o assistente social desenvolve junto a essas instituições, a partir de outros órgãos (CARDOSO; LOPES, 2009). A demanda pelo trabalho desse profissional nas organizações de trabalhadores tivera incidência na década de 1980, mas, a partir dos anos 1990, a presença do assistente social nesse espaço não é consolidada, até mesmo pelo fato de se presenciar, nesse momento de transformações no modelo de produção capitalista, o enfraquecimento das bases de organização do conjunto dos trabalhadores.

A aproximação do Serviço Social junto às organizações da classe trabalhadora reflete o redimensionamento da atuação profissional nos anos 1980, em que a profissão tenta desvincular-se das práticas meramente integrativas e de ajustamento às condições impostas pelo sistema de produção vigente, para vincular-se aos interesses dos trabalhadores, de modo a contribuir com a superação da subalternidade (CARDOSO; LOPES, 2009).

A intervenção do Serviço Social, nessa dimensão, caminha em direção ao fortalecimento da classe trabalhadora, com o intuito de instigar a apreensão crítica das contradições da sociedade capitalista e o engendramento de formas de resistência e enfrentamento de tais antagonismos. Essa nova proposta alinha-se com a perspectiva ético-política do Serviço Social construída a partir dos anos 1970, quando se estabeleceram amplos debates acerca do conteúdo e dos objetivos do trabalho do assistente social, e quando se firma o compromisso da categoria com as lutas sociais populares e os interesses das classes subalternas. Cardoso e Lopes (2009, p. 468) assinalam que

Nas décadas de 1970 e 1980, a perspectiva do trabalho profissional do assistente social nos espaços de formação e organização políticas da classe trabalhadora, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais populares (urbanos e rurais), entre outros, era de mobilização social e organização, de modo a contribuir para viabilizar projetos de interesse dessa classe, tais como: projetos de construção de novas relações hegemônicas na sociedade para superação da sua condição de subalternidade.

Já na década de 1990, numa conjuntura marcada pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, o que se presencia é a desmobilização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, em meio aos processos de fragmentação e/ou cooptação dessa classe. Assim, o trabalho do assistente social nessa instância de atuação não consegue consolidar-se, haja vista a perspectiva societária hegemônica. As possibilidades de atuação nas organizações de trabalhadores, entretanto, não se encontram totalmente fechadas ao Serviço Social, pois ainda vislumbra-se um trabalho direcionado à assessoria, capacitação e formação política dos trabalhadores, de maneira a viabilizar a participação efetiva destes no conjunto das relações sociais.

A demarcação dos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social, desde a sua origem até a contemporaneidade, torna-se relevante, pois, assim, é possível

fazer uma espécie de “raio-x” da heterogeneidade de demandas postas para o trabalho do assistente social no contexto do capitalismo. Desse modo, outra demanda colocada para o Serviço Social, a qual vem ganhando ênfase na cena contemporânea, concentra-se na área da educação. Como parte das respostas à questão social elaboradas pelo Estado, a política de educação no Brasil vem ampliando o espaço para a atuação de assistentes sociais, especialmente no contexto de expansão da educação profissional e superior. É relevante lembrar, entretanto, que esse espaço sócio ocupacional é ocupado pelo Serviço Social desde longa data.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que a presença do Serviço Social na área da educação se reporta à institucionalização da profissão na década de 1940, simultaneamente ao surgimento da demanda por uma educação escolar institucionalizada. No referido período a educação aparecera como uma das necessidades emanadas tanto pela população, como pelo sistema de produção industrial em estruturação, para qual o Estado teve de dar uma resposta materializada através das políticas sociais. Faz-se necessário enfatizar, no entanto, que a demanda por uma política de educação no País deveu-se mais à necessidade de formar uma mão de obra capacitada para responder às exigências da produção capitalista em ascensão, do que à efetivação da educação como um direito universal. Desse modo, pode-se dizer que a constituição da educação escolarizada no Brasil esteve a serviço do capital, no intuito de fornecer um mínimo de conhecimento aos trabalhadores para responder às necessidades do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação ampla, complexa, intelectual, capaz de dotar o indivíduo de um potencial reflexivo e crítico sobre a vida como um todo.

Logo da sua institucionalização, a educação pública enfrentava problemas referentes ao analfabetismo, evasão escolar, repetência e outros relacionados às condições de vida dos alunos (BARBOSA, 2015), sobre os quais era preciso algum tipo de intervenção especializada. Assim, os alunos que expressavam esses tipos de problemas eram identificados como “crianças-problema”, em geral pobres, tidas como “anormais”, “desajustadas”, cujo desajustamento seria oriundo das vivências da família, seus valores e comportamentos (BICCAS; FREITAS, 2009 *apud* BARBOSA, 2015). Dessa forma, foi a partir da identificação dessa problemática no âmbito da educação escolar que o Serviço Social foi chamado a elaborar sua intervenção. Segundo Pinheiro (1985, p. 44 *apud* BARBOSA, 2015, p. 108),

[...] na educação escolar o assistente social tinha o papel de estabelecer e fortalecer as relações entre escolas, pais e comunidade, integrando as crianças que possuíam dificuldades à vida escolar, ou seja, integrar a família à lógica da escola, que por sua vez é dinamizada pelos interesses da classe dominante. [...] ao fazer essa articulação entre a escola e o lar, o Serviço Social tinha a oportunidade de observar as deficiências das crianças e da sua família, deficiências de caráter, personalidade e moral, as quais se apresentavam como problemáticas no espaço escolar. Ao evidenciar essas deficiências, a escola tinha a condição de modificá-las para facilitar o tratamento educativo de ajustamento social.

Observa-se que a linha de atuação do assistente social na educação nos anos 1940 não diferia da sua forma “tradicional”, através da qual eram enfrentadas as diversas expressões da questão social. Não existia, ainda, interpretação crítica da sociedade erguida pelo capital, em que não se reconhecia que muitos dos problemas detectados na escola eram reflexos das contradições e dos antagonismos de classes. Dessa maneira, as causas da problemática identificada no âmbito escolar seriam originárias dos comportamentos desenvolvidos pelos indivíduos, suas famílias e comunidade, segundo a concepção “tradicional”. Portanto, o trabalho do assistente social se assentava sobre a base da educação moral e comportamental, incidindo sobre o caráter das pessoas, de forma a moldar comportamentos compatíveis e propulsores do processo de desenvolvimento econômico do País. Assim sendo, as concepções de “desajustamento”, “deficiências”, “tratamento”, “enquadramento” e “integração” estavam embutidas no discurso e na atuação do Serviço Social na época. Como assinala Barbosa, “na educação escolar, o Serviço Social atuou junto à família-escola-comunidade no intuito de identificar os “males-sociais” apresentados pela família e pelos alunos, proporcionando um tratamento adequado para os desajustamentos sociais” (2015, p. 111).

Nesse mesmo período pode-se observar as primeiras manifestações do Serviço Social na educação profissional no Brasil, a partir da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI). O SENAI tinha por objetivo organizar e administrar escolas de aprendizagem para industriários, fornecendo qualificação para a força de trabalho. Nessa instituição o Serviço Social é chamado para prestar serviços assistenciais junto às atividades de capacitação profissional de jovens e adultos. Sua intervenção é atrelada a um duplo objetivo: organizar ações para a reprodução da força de trabalho, por meio da prestação de serviços assistenciais (médico-dentária, alimentação, habitação,

nutrição) e educação social e moral (senso de responsabilidade, de cooperação, desejo de melhorar); e, agir ideologicamente sobre a força de trabalho, com fins de ajustamento à ordem capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996). A intervenção do Serviço Social se afina com a intenção de contribuir para o preparo de indivíduos social e moralmente para atender às necessidades do modo de produção capitalista. Dessa forma, investe em uma educação para o ajustamento e adaptação do trabalhador à ordem do sistema vigente¹⁰.

O trabalho do assistente social na esfera da educação também pode ser visto nas ações de Desenvolvimento de Comunidade. O teor da intervenção profissional não se afasta daquele disseminado no interior das escolas, pois os assistentes sociais tinham por tarefa fazer com que os indivíduos, suas famílias e a comunidade compreendessem os problemas referentes ao meio em que viviam. Com isso, poderiam usufruir seus direitos e cumprir seus deveres, adequando seus comportamentos, contribuindo para o progresso e o desenvolvimento da comunidade e do País. Novamente a questão social é tomada acriticamente, e o seu trato incide numa reforma moral dos indivíduos e no enquadramento dos comportamentos de grupos e da comunidade.

No período da ditadura militar, pós-1964, a atuação do Serviço Social na educação – designada como Serviço Social Escolar – volta-se para a efetivação da assistência ao estudante, que foi implementada por diferentes órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Ministério da Saúde, destacando-se: a Fundação do Material Escolar – FENAME, que envolvia o Programa do Livro Didático; o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, e o Instituto Nacional de Assistência ao Estudante – INAE (BARBOSA, 2015). Por meio desses órgãos, pretende-se fornecer o mínimo de condições aos estudantes, a fim de que estes possam permanecer na escola, evitando a evasão, e melhorar o seu aprendizado, minimizando o nível de repetência. Nesse sentido, as ações de assistência ao estudante englobam a oferta de subsídios para o transporte, aquisição de material

¹⁰ O Serviço Social “[...] Atuando através de um núcleo montado em cada escola, coordenará os encaminhamentos a entidades externas para regularização da “vida civil e profissional”; o *tratamento social* dos alunos, seja em grupo (jornadas sociais, orientação familiar e sindical, cinema, teatro, etc.), seja individual (readaptação profissional e higiene mental); recreação extraclasse; encaminhamentos ao equipamento social da instituição para atendimentos médico-dentários e alimentação supletiva; organização de “caixas sociais” e de “associações de alunos”” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 270).

escolar, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário ao público escolar “carente”. O tipo de assistência fornecida, segundo Barbosa (2015, p. 120),

[...] respondia, fundamentalmente, às necessidades de desenvolvimento do país, isto é, visava proporcionar condições sociais e nutricionais para os indivíduos se manterem na escola. Assim, combatendo o analfabetismo, a evasão e a repetência, formava quadros de indivíduos aptos para o mercado de trabalho.

Além da viabilização do acesso aos serviços sociais contidos na assistência ao estudante, os assistentes sociais também foram convocados a prestar orientação educacional aos discentes, a partir da promulgação da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que tornou esse serviço obrigatório nas escolas (BARBOSA, 2015). Percebe-se que o trabalho do assistente social tinha foco no indivíduo e na seletividade, direcionando-se ao aluno “carente” que apresentava algum tipo de dificuldade, seja objetiva (condições materiais) e/ou subjetiva (caráter). Ademais, observa-se que não se fazia uma análise de que os problemas apresentados pelos estudantes no âmbito institucional configuravam-se como expressões das péssimas condições de vida que suas famílias vivenciavam, gestadas na sociedade de classes.

Ao longo dos anos, pode-se observar que o trabalho do assistente social na educação pouco superou práticas integrativas e de cunho pedagógico (no sentido corretivo). Além disso, não se vislumbrava uma diferenciação na intervenção profissional na educação geral e na educação profissional, pois os objetivos do trabalho eram comuns, isto é, proporcionar a adequação dos indivíduos ao desenvolvimento do País. Principalmente na educação profissional, a meta era formar pessoas técnica e moralmente aptas para o trabalho. Logo, o trabalho do Serviço Social voltava-se para a garantia das condições de permanência dos alunos nas escolas, tendo em vista o desenvolvimento daquelas aptidões.

Importa destacar que a ideia de educação profissional esteve pautada, desde o seu início, a um tipo de educação voltada para a formação de trabalhadores, sendo, diversas vezes, pensada de forma separada de uma formação integral do indivíduo. No sentido de capacitar trabalhadores, as intervenções desenvolvidas por diferentes profissionais, dentre eles o assistente social, orientavam-se para a formação de um indivíduo adequado às exigências do mercado de trabalho, seja no âmbito instrumental, seja no ideológico. Dessa forma,

o trabalho do assistente social na educação não se afastou da proposta de viabilizar as condições de permanência dos alunos na escola, a fim de que pudessem concluir o seu percurso formativo. O “êxito” na formação profissional representava a possibilidade de entrada de trabalhadores habilitados no mercado de trabalho com volume e celeridade.

Dessa maneira, o trabalho desenvolvido por assistentes sociais na educação profissional e, hoje, também na superior, se localizou, e ainda se localiza, em grande parte, dentro do círculo da assistência estudantil, semelhante ao descrito anteriormente. As ações que visam propiciar a permanência dos estudantes nas instituições escolares, prevenir a evasão escolar e conter o baixo rendimento dos alunos ainda são as mais demandadas na contemporaneidade. Seja na educação profissional, seja na educação superior, o discurso pautado nas metas de “democratização”, “universalização”, do acesso e da permanência impregnam as formas de atuar no cenário da educação, entretanto, esse discurso se mostra incompatível com as ações fragmentadas estabelecidas pela proposta de reforma da política educacional nos últimos anos.

Consolidando-se como espaço ocupacional do assistente social no final do século XX e início do XXI, o trabalho efetuado por esse ator na área da educação adquire centralidade, provocando reflexões acerca da atuação profissional, de maneira a repensar a reprodução de ações integrativas e de adequação à lógica do mercado. Desse modo, debates em torno da atuação profissional do assistente social na educação tem adquirido ênfase a partir dos anos 2000, especialmente pelo fato de se presenciar, nesse momento, a expansão das instituições educacionais, sobretudo da esfera federal, e dos programas de assistência estudantil que demandam o trabalho de assistentes sociais.

Destarte, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a partir de 2001, vem discutindo e elaborando documentos que visam subsidiar a atuação de assistentes sociais na área da educação. Tais documentos têm como objetivos intensificar a luta pela educação como direito social e como prática emancipatória, e contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social (CFESS).

Da constituição do Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação em 2001 pelo CFESS, evoluindo para um Grupo de Trabalho Serviço Social na

Educação com efetiva atuação em 2008, foram realizadas discussões, elaborados documentos e organizados encontros que, de fato, contribuíram para o amadurecimento e consolidação do Serviço Social na educação. É válido ressaltar, ainda, que outros movimentos, além dos organizados pelo CFESS, também contribuíram para o fortalecimento da inserção do Serviço Social na educação, como por exemplo, o desenvolvimento e participação em encontros regionais de Serviço Social na educação, encontros de assistência estudantil e os encontros nacionais de educação. Tais eventos contribuem para o debate sobre a educação nacional e o posicionamento da categoria de assistentes sociais na defesa da política de educação como um direito social.

Ao colocar em pauta o trabalho do assistente social nessa área, as considerações construídas nos espaços de discussão mostram “[...] a amplitude de possibilidades de atuação deste profissional no campo da educação, o qual deve exercer sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva, numa perspectiva de totalidade” (CFESS, [2012?]). Assim sendo, alinhar a atuação profissional na perspectiva de totalidade requer uma leitura crítica da realidade, identificando a conjuntura societária em andamento, suas contradições e seus objetivos. Além disso, a aproximação com o projeto ético-político do Serviço Social vislumbra a consecução de um trabalho que ultrapassa ações fragmentadas, centradas na viabilização do acesso e permanência dos indivíduos no espaço escolar, com vistas a alcançar a efetivação da educação como um direito social universal.

As reflexões desenvolvidas no decorrer dos anos 2000, presentes ainda na segunda década do século XXI, caminham para a definição de uma atuação no campo da educação atendida com a proposta de autonomia profissional, de superação da posição do assistente social como executor terminal de programas, projetos e políticas públicas, ou como “solucionador” de problemas no âmbito institucional. Ademais, a atmosfera de debates tende a contribuir para consolidação daquele profissional como mediador na construção e materialização dos direitos sociais, comprometido com a constituição de um novo projeto societário. Dessa maneira, as possibilidades de atuação profissional na área da educação se ampliam e se complexificam. É preciso perceber que,

[...] o trabalho do assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, [2012?]).

Atuar tendo por norte essas novas proposituras remete a duas observações: a primeira é a de que a educação se solidificou como espaço ocupacional do assistente social; e a segunda é a de que o trabalho a ser realizado encontra obstáculos a serem transpostos, organizados no conjunto das reformas instituídas pelo Estado para a Política de Educação no Brasil, as quais respondem mais às exigências dos organismos multilaterais do que aos anseios dos indivíduos por uma educação pública, de qualidade, efetivada como direito social universal.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTRAMÃO DAS REFORMAS DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

O reconhecimento da educação como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, bem como a identificação dos desafios que são postos para a atuação profissional nesse campo, requer dos assistentes sociais uma compreensão ampliada dos processos de reforma voltados para a política de educação brasileira. Tal entendimento, entretanto, não pode estar desvinculado do contexto maior da reforma do Estado no Brasil, fundamentada nas exigências do capitalismo contemporâneo. Sendo assim, eis a preocupação em abordar, com um pouco mais de profundidade, os processos de reforma do Estado engendrados a partir do final da década de 1980. Para tanto, faz-se referência à análise crítica e detalhada elaborada por Behring (2008) sobre a caracterização da reforma do Estado brasileiro, para qual a autora lança uma nova conotação, indicando a constituição do que ela denomina de “contrarreforma” do Estado.

Referente às mudanças engendradas na política de educação, principalmente a partir do contexto da década de 1990, faz-se necessário compreender que as reais intenções presentes no conteúdo das reformas se afinam com os objetivos de expansão do capital. Dessa maneira, através do estabelecimento de um diálogo entre estudiosos da educação, observa-se que a

política educacional no País se volta, cada vez mais, aos interesses mercantis, chegando a assumir a forma de item de consumo, em vez de direito social.

2.2.1 Considerações acerca da reforma do Estado brasileiro e a ameaça iminente aos direitos sociais

A elaboração de uma análise da conjuntura social, econômica e política do Brasil na década de 1990, exige fazer uma conexão com os acontecimentos ocorridos no âmbito do capitalismo mundial. Assim sendo, faz-se necessário lançar mão de uma interpretação da realidade brasileira, tendo por fundamento o pacote de medidas de ajuste anunciadas principalmente a partir de 1994 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Medidas essas que foram justificadas pelo então governo, como sendo auxiliares ao processo de desenvolvimento do País. Dessa forma, o ponto de partida da análise se localiza no contexto de transformação capitalista iniciado em 1970. Nesse período, a estagnação da economia, com a diminuição do consumo e com a queda na taxa de lucros, incita a elaboração de propostas de transformação no sistema de produção, a fim de reaver a obtenção de superlucros. Assim, para superar a crise, o sistema tem que reorganizar suas bases, combinando mudanças na produção, nas relações de trabalho e no modelo de regulação social do Estado. De acordo com Frigotto (2007, p. 1.143),

A história recente do capitalismo mundial e do Brasil tem mostrado que é possível crescer muito – mediante um desenvolvimento desigual e combinado –, aumentando a concentração de renda e capital sem gerar um número significativo de empregos e que os mesmos engendram efetivo valor agregado aos trabalhadores. Neste contexto, sustentabilidade significa políticas de ajuste fiscal, privatizações, flexibilização e perda de direitos dos trabalhadores.

Observa-se, então, a adoção de estratégias para minimizar os custos da produção, seja através da introdução de novas tecnologias poupadoras de trabalho vivo, seja por meio da deterioração das relações trabalhistas. Tudo isso com o objetivo de alcançar a máxima produtividade com o mínimo de custo e com a superexploração da força de trabalho, tendo a mediação do Estado para tomar medidas que garantam a subsistência do sistema nessa sua nova fase. Ora, considerando o Brasil como um País de economia dependente, a estruturação desse novo modelo já no início dos anos 1990, no governo de Collor de Melo, sendo

intensificado nos governos de FHC, ocasiona sérias consequências para os trabalhadores. Da mesma forma, reforça a manutenção da dominação burguesa, num processo que aprofunda, ainda mais, o abismo entre ricos e pobres.

A constituição do Estado neoliberal brasileiro vem confirmar a heteronomia¹¹ do País em relação aos países centrais, sucumbindo aos seus ditames para permanecer no circuito do capitalismo mundial, mesmo que de forma subordinada. Na esfera da produção, o Estado chancela as intenções de desregulamentação das relações de trabalho, dando o aval necessário para a implementação de formas precárias de contratação de trabalhadores, como o trabalho em tempo parcial, as terceirizações e os trabalhos com prazo determinado. Tais formas de contratação fragilizam as relações de trabalho e põem em xeque os direitos trabalhistas. Em consequência disso, o complexo de proteção social ao trabalhador vai se reduzindo cada vez mais, sem contar com aqueles trabalhadores que se encontram em situação de completa desproteção social, por vivenciarem uma condição de desemprego e/ou de trabalhos informais.

A expulsão de trabalhadores do mercado de trabalho formal e a dificuldade de nova inserção, provoca o crescimento do trabalho informal, do trabalho em domicílio, que não ofertam qualquer espécie de cobertura previdenciária, a não ser que os próprios indivíduos paguem por ela. Além disso, observa-se um processo de fragmentação da classe trabalhadora e de sua capacidade de mobilização para lutar por melhores salários e condições de trabalho. Isto porque, ou os trabalhadores se encontram pulverizados, ou vivenciam um tamanho clima de insegurança, que a sua principal preocupação é conseguir manter-se num mercado que não oferta estabilidade.

Tais transformações no mundo do trabalho são sustentadas pelo Estado brasileiro, cada vez mais tendente ao neoliberalismo, que fornece o arcabouço jurídico para legitimar as medidas impetradas pelas organizações empresariais e internacionais. Dessa forma, a reestruturação produtiva

vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais, em

¹¹ Termo utilizado por Netto (2015) para designar o padrão de desenvolvimento dependente do Brasil em relação aos países de capitalismo central, identificado pelo autor como fenômeno que se expressa desde a década de 1960. Refere-se ao processo de subordinação/sujeição do País às determinações do esquema de acumulação estruturado no contexto internacional do sistema capitalista, de modo a reforçar o domínio dos monopólios imperialistas.

deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência” (BEHRING, 2008, p. 37).

É nesse sentido que Behring (2008) aponta a reforma do Estado brasileiro como sendo uma verdadeira “contrarreforma”, pois se trata de um movimento regressivo, no qual se verifica a perda de conquistas dos trabalhadores e de outros movimentos sociais alcançadas no processo de redemocratização do País, expressas na Constituição Federal de 1988. Ademais, tal reforma vem a asseverar o caráter dependente do Estado em relação às orientações dos organismos internacionais. Os governos, entretanto, justificam a necessidade de reformas como sendo condição sem a qual não seria possível o crescimento do País. Assim, como numa espécie de “aparente esquizofrenia” (BEHRING, 2008), numa concepção afastada da realidade, fragmentada, sem dimensão da totalidade, os governantes cogitam combinar redução dos gastos públicos com desenvolvimento econômico e social. Trata-se de uma falsa ideia, conscientemente arquitetada para respaldar as medidas austeras a serem implementadas pelo Estado neoliberal. Como indicam Cavaignac e Sousa (2016, p. 167),

Ajustando-se à nova ordem capitalista mundial e às suas políticas macroeconômicas – liberalização comercial, desregulamentação do mercado, abertura ao capital estrangeiro, privatização e focalização das políticas sociais – o Estado passa a viabilizar as condições de valorização e rentabilidade do capital transnacional, em detrimento do atendimento às necessidades sociais e nacionais, promovendo, com isto, o agravamento do desemprego e da desigualdade social.

Num contexto de aviltamento das condições de trabalho, de destituição de direitos e esfacelamento da proteção social, a realidade de empobrecimento da população brasileira se assevera. Dessa maneira, a demanda por investimento público em políticas sociais, com vistas a minimizar a vulnerabilidade de grande parte dos indivíduos no País, é cada vez mais emergente. Diante da perspectiva neoliberal, entretanto, o déficit público se mostra como um dos entraves ao crescimento do País, portanto impõe-se a necessidade de redução dos gastos do Estado, que irá incidir veementemente sobre as políticas sociais. Assim,

as consequências do ajuste neoliberal para a política social, por sua vez, são enormes, não só porque o aumento do desemprego leva ao empobrecimento e ao aumento generalizado da demanda por serviços sociais públicos, mas porque se cortam gastos, flexibilizam-se direitos e se

propõe, implícita ou explicitamente, a privatização de serviços, promovendo uma verdadeira antinomia entre política econômica e política social [...]” (BEHRING, 2008, p. 161).

A administração da crise do Estado segue, então, a lógica da crise fiscal e da redução do déficit público. É sobre esse aspecto que o governo de FHC, a partir de 1995, elabora o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), encabeçado por Bresser Pereira, então ministro da Reforma do Estado. Nele há a intenção de promover a abertura da economia de modo a responder às exigências do processo de mundialização do capital, e de conter os gastos do Estado com serviços (leia-se direitos) que poderiam ser transferidos para o mercado. Eis aí o núcleo da proposta. O Estado vai se desvencilhando do papel de executor e assume o de gerenciador da economia e da política. Destarte,

A “reforma” deverá seguir por alguns caminhos: ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações –, acompanhadas de um política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência (BEHRING, 2008, p. 178).

É possível identificar, no conteúdo da reforma, a intenção de transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado, como por exemplo, educação, saúde, cultura e pesquisa. Esse movimento se traduz no processo de descentralização, em que as atividades típicas do Estado são transferidas para o setor público não estatal. Ou, ainda, pode ser caracterizado como “publicização”, em que há a produção de serviços competitivos ou não-exclusivos do Estado, financiados e controlados por outros entes na sua execução (BEHRING, 2008). Processo este, que tende a inviabilizar o acesso da maioria dos indivíduos aos serviços sociais, seja pela via do mercado (da compra do serviço), seja pelos critérios restritos de acesso gratuito, como por exemplo, serviços cujo acesso exige um recorte de renda mínima familiar.

Dessa maneira, a tônica do PDRE se dá no ajuste do Estado aos ditames da política neoliberal, cujos efeitos negativos incidem principalmente sobre as políticas e programas sociais, que experimentam a crescente redução de investimentos. É evidente, entretanto, que a adoção de medidas de ajuste refletem uma exigência do pacto neoliberal, como forma de o Estado se manter no círculo do capitalismo. Nesse sentido, é nos governos de FHC que se observa a efetivação do

projeto neoliberal no Brasil, mais veemente no seu segundo mandato, a partir de 1999. De acordo com Behring (2008, p. 204),

As tendências em curso neste segundo mandato dão sequência à orientação anterior: uma submissão total das políticas sociais à orientação macroeconômica do ajuste. Diante desse quadro, vê-se que diminuiu, na verdade, o custo do Estado em políticas públicas fundamentais [...] Outro aspecto de destaque na “reforma” do Estado é o Programa de Publicização, que se expressa na criação de agências executivas e das organizações sociais, e mais recentemente na regulamentação do Terceiro Setor – um aspecto que não está citado no Plano, mas se desdobra dele, para a execução de políticas públicas [...] A essa nova arquitetura institucional na área social se combina ainda o serviço voluntário, o qual desprofissionaliza a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade.

A fim de responder às demandas do mercado, o governo tende a reconfigurar sua intervenção nas políticas sociais, de modo a reduzir sua responsabilidade na prestação dos serviços sociais públicos. O Brasil acompanha essa tendência de cunho neoliberal, quando começa a se organizar um Estado que diminui os investimentos nas políticas sociais, contrariando os ganhos obtidos com a Constituição de 1988. Nessa nova configuração do Estado mínimo, os serviços sociais (educação, saúde, habitação, previdência social, etc.) são transpostos do rol de responsabilidades do Estado e passam a compor uma lista de bens mercantilizáveis. Para o Estado resta a tarefa de fornecer a proteção social mínima para a parcela mais vulnerável da população, alijada do mercado de trabalho e sem possibilidades de prover a sua sobrevivência. Nesse sentido, desqualificam-se os serviços prestados à população, num movimento de crescente negação dos direitos sociais. Não obstante, presencia-se a estruturação de uma concepção pautada na responsabilização do indivíduo pela aquisição da sua proteção social, por meio da compra de serviços que, em teoria, deveriam ser garantidos pelo Estado como direitos sociais. Nesse sentido, o próprio sujeito é transformado em garantidor de todas as suas necessidades, dentro de um mercado que oferece um grande conjunto de oportunidades, bastando para aquele sujeito apenas o esforço e a capacidade de adaptar-se às mudanças societárias.

A partir desses aspectos, observa-se que o Estado vai se afastando cada vez mais das suas responsabilidades para com as políticas públicas, transferindo suas tarefas para outros sujeitos sociais. É sobre as políticas sociais, então, que a “contrarreforma” do Estado brasileiro expõe a sua face mais perversa, tornando-as mais fragmentadas e fragilizadas no atendimento às necessidades oriundas da

questão social e vivenciadas pela maior parcela da população. Ao mesmo tempo, tem-se a precarização das relações de trabalho, por meio da flexibilização da legislação trabalhista e de ameaças às conquistas obtidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943 e na Constituição Federal de 1988.

A condição da política social no neoliberalismo é permeada pelo tensionamento dos padrões universalistas e redistributivos, com reais tendências à redução de direitos, justificada pela crise fiscal do Estado. Nessa realidade, as políticas sociais assumem uma nova configuração e se transformam em meras ações pontuais e compensatórias, as quais não produzem efeitos sobre a minimização da questão social acirrada pela crise. Segundo Behring (2008), para a efetivação das políticas sociais no contexto neoliberal, prevalece a lógica do trinômio privatização, focalização e descentralização, esta última compreendida como “[...] mero repasse de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, que configuram o setor público não estatal [...]” (BEHRING, 2008, p. 248). Do mesmo modo, ações redistributivas e preventivas dão lugar a ações paliativas e fragmentadas, que pouco irão efetivar mudanças na realidade de empobrecimento generalizado dos indivíduos pertencentes às classes subalternas.

Nesse contexto, os direitos sociais (saúde, educação, previdência social, cultura etc.) são postos em “prateleiras”, cujo acesso, agora, dá-se pela via do mercado. Eis que surge a figura do “cidadão consumidor”, ou seja, aquele indivíduo que tem o usufruto dos direitos viabilizado pela sua compra. A partir dessa ideia, emerge, também, a responsabilização do próprio indivíduo quanto ao acesso aos direitos, pois a sua aquisição se processa através do esforço próprio, da superação de limitações vividas no cotidiano. Do contrário, a não aquisição revela a incapacidade e o pouco esforço dos indivíduos em suprir as suas necessidades e as de suas famílias. Assim sendo, no projeto neoliberal assumido no País, o conteúdo das políticas sociais ganha o caráter fragmentado, seletivo, compensatório e focalista, em que as demandas dos sujeitos não são compreendidas em sua totalidade, e cujas ações são voltadas para os comprovada e extremamente pobres, como se pode notar nos programas de transferência de renda.

Percebe-se que o acesso universal à saúde e à educação, por exemplo, é ameaçado pelo processo de privatização dos serviços. Na saúde, o serviço ofertado para a maioria pobre é precário, enquanto serviços de alta complexidade ficam

reservados para aquela minoria com maior poder aquisitivo. Do mesmo modo ocorre na educação, em que a prestação de um serviço de mais qualidade (e, às vezes, nem tanta) fica a cargo de instituições de educação privadas, enquanto nas públicas é ofertado um serviço pobre. Tratando-se, ademais, de previdência social, observa-se o apelo à aquisição de planos de previdência privados, ao mesmo tempo em que se efetivam reformas na previdência que vêm a apenar o trabalhador, como por exemplo, a implementação do fator previdenciário e o tempo mínimo de contribuição.

Se, na década de 1990, presencia-se o desmonte do Estado brasileiro; nos anos 2000, observa-se um cenário de continuidade. O combate ao modelo neoliberal se mostra enfraquecido, apesar da substancial mudança de governo no ano de 2003, quando Lula assume a presidência do País, trazendo na sua proposta de governo, um projeto que aparenta se aproximar dos anseios dos trabalhadores. As medidas adotadas pelo novo governo, no entanto, pouco se desalinham às intenções neoliberais, já consolidadas no País por meio da empreitada realizada pelos governos anteriores.

A possibilidade de se propagarem mudanças no Estado brasileiro a partir da conjuntura política que começa a se delinear gera um clima de esperança na população por melhores condições de vida, tendo em vista a identidade do novo governo com a causa dos trabalhadores. A potencialidade de ruptura com o projeto que privilegia os interesses das elites, entretanto, vê-se ameaçada diante da forte pressão dos organismos internacionais pela manutenção do ajuste do Estado. Nesse sentido, a proposta de se efetivarem reformas não foi descartada, sendo o campo das políticas sociais, mais uma vez, o mais atingido.

A partir desse momento são observados avanços em algumas áreas de atuação do governo, como por exemplo, no âmbito da assistência social, com a elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, a qual veio a constituir um sistema de proteção social básica e especial para indivíduos severamente atingidos pela questão social. Outros exemplos podem ser apontados como a ampliação de programas habitacionais voltados para a população de baixa renda e ações direcionadas para a minimização da extrema pobreza. Por outro lado, percebe-se uma realidade de continuidade de ações pontuais, paliativas e compensatórias, expressas na ampliação dos programas de transferência de renda, incapazes de efetivar mudanças na vida das pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Nesse contexto, podem-se observar, ainda, constantes ameaças ao sistema de proteção aos trabalhadores, com as propostas de reforma da previdência social. Além disso, ampliam-se os incentivos à iniciativa privada, inclusive nos setores que seriam de responsabilidade do Estado, como a saúde e a educação, com a disseminação de planos de saúde suplementares e a expansão de instituições privadas de ensino. Assim, a ideologia do regime neoliberal vai se solidificando e permeando a forma de governar dos chefes de Estado nos anos 2000 – Lula (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016) – revelando a difícil tarefa de conter o avanço do neoliberalismo. Uma árdua tarefa, principalmente numa conjuntura de crise econômica (de cunho global) que compromete o desenvolvimento do País, e crise política, em que o governo, a cada dia, perde o apoio da base política necessária para governar. Desse modo, oportuniza-se a investida de práticas antidemocráticas e ilegítimas, capitaneadas por representantes das elites política e econômica brasileiras¹². Fato este que marca o processo de “entrega” total do País ao pacto neoliberal, com graves consequências para o desenvolvimento das políticas sociais e com grandes retrocessos nos direitos ora conquistados.

Cabe aqui, estabelecer uma discussão acerca do neodesenvolvimentismo como sendo um modelo que vem se estruturando no Brasil e se apresenta como uma política alternativa ao neoliberalismo. Segundo Alves (2016, p. 114),

O neodesenvolvimentismo é, pois, outra visão de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema-mundo do capital, baseado na criação de um patamar de acumulação de valor por meio da ação do Estado capaz de instituir, por um lado, as condições macroeconômicas para o crescimento da economia capitalista e, de outra parte, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais distributivas focadas no subproletariado.

¹² Destaca-se aqui o contexto político vivenciado no País em 2016, em que estudiosos desse campo indicam a estruturação de um golpe de Estado. “Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas foi golpe de Estado” (LÖWY, 2106, p. 64). Para Carvalho (2016, p. 1) “[...] um Golpe de Estado, montado em um intrincado xadrez de crise, de terrorismo midiático e de esgotamento de modelo, de “política de negócios”, de alianças [...] Nesse contexto, trata-se de um golpe de Estado jurídico-parlamentar-midiático”. “Um golpe sem tanques, como convém aos novos tempos. Tramado nos carpetes do Parlamento, apoiado pela maior parte da imprensa e chancelado pelo Judiciário”, como aponta Boulos e Guimarães (2016, p. 139). Estes, dentre outros autores, identificam a existência de um golpe contra a democracia brasileira, contra os direitos sociais, civis e trabalhistas, com vistas a um retrocesso no sistema de proteção dos segmentos pauperizados da população, através do desmonte das políticas sociais. Tudo isso com a intenção de barrar investigações de crimes de corrupção no Parlamento, bem como com o objetivo de firmar o compromisso do governo com a agenda neoliberal, tendo o apoio da elite capitalista financeira, industrial e agrícola brasileira.

Tal modelo emerge num cenário de desgaste da política neoliberal e apresenta a necessidade de realização de ajustes nas políticas econômicas, com o objetivo de fortalecer a presença do Estado, visando criar condições favoráveis ao investimento capitalista (MACÁRIO; JÚNIOR; SILVA, 2016). Com isso, a intervenção estatal se dá no âmbito de engendrar um cenário propício ao crescimento econômico, combinando investimentos em infraestrutura para atrair capital nacional e internacional, com ações que visam redução das desigualdades sociais por meio de políticas públicas. Na verdade, este tipo de intervenção se revela mais no fortalecimento do mercado capitalista e na mera administração da pobreza, do que na estruturação de um desenvolvimento econômico com equidade social. Assim, é evidente, como se pode notar, que o modelo neodesenvolvimentista não rompe com as metas neoliberais; ademais, ele se apresenta como um tipo de intervenção do Estado dentro dos limites impostos pela lógica neoliberal. Nesse contexto, as políticas públicas e os direitos sociais continuam a sofrer um processo de diluição, ao mesmo tempo em que torna a questão social cada vez mais densa.

Salienta-se que os prejuízos para as políticas sociais vem sendo observados, como apontado acima, desde a década de 1990 e vem alcançando maior gravidade ao longo do tempo. Partindo-se para a política de educação, campo de concentração desta pesquisa, percebe-se que ela acompanha os pressupostos das transformações econômicas, políticas e sociais inerentes ao contexto neoliberal, experimentando um processo de degradação e retrocesso contínuo.

2.2.2 A educação brasileira no contexto da reforma neoliberal: fragmentação, precarização e descaracterização do direito

É relevante abrir espaço para elaboração de uma reflexão acerca da relação entre a educação e as transformações ocorridas na contemporaneidade, as quais envolvem não somente a esfera do trabalho, da economia e da política, mas também da cultura, do ser humano como indivíduo e coletividade, de comportamentos e de formas de pensar e compreender a sociedade. Como observa Ianni (2005, p. 29), no cenário das transformações sociais de caráter mundial,

[...] modificam-se as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais; os territórios e as fronteiras adquirem outros significados; as condições da soberania nacional estão ameaçadas e as possibilidades de construção de

hegemonias alternativas tornam-se não só diferentes, mas também difíceis; a mídia impressa e eletrônica adquire importância excepcional na política e na cultura em geral, desde a informação ao entretenimento, desde a educação à religião, desde as questões étnicas e de gênero às ecológicas. De par em par com a dinamização das forças produtivas, em escala mundial, modificam-se instituições e valores, práticas e ideais. Ocorrem modificações importantes no tecido da sociedade, compreendendo as condições de vida e trabalho, produção e reprodução: no campo e na cidade, agricultura e indústria, escola e família, igreja e partido. Há formas de sociabilidade e jogos de forças sociais que envelhecem ou fenecem, ao mesmo tempo, outras aparecem, predominam, generalizam-se. A dinâmica das atividades econômicas, políticas e culturais ou sociais, em sentido amplo, adquire ritmos e versatilidade excepcionais, dada a intensa e generalizada incorporação de tecnologias eletrônicas. Aos poucos, ou de repente, as coisas, as gentes e as ideias revelam-se migrantes, volantes, desterritorializadas, ubíquas”.

Realmente, esse “caldeirão” de mudanças na sociabilidade traz inúmeros ingredientes que interferem em todos os âmbitos da vida, e é preciso ter a clareza de que, no sistema do capital, tais mudanças vêm para reafirmar e resguardar a sua hegemonia. Nesse sentido, entende-se que a educação também se submete às demandas de expansão do capitalismo, de maneira a formar, capacitar, qualificar os indivíduos para serem úteis ao sistema produtivo e aptos às constantes mudanças nos processos de trabalho. Eis então o princípio da contradição, pois, na contemporaneidade, o desenvolvimento tecnológico e os avanços no conhecimento científico, que deveriam propiciar o desenvolvimento da educação, de modo a estimular as potencialidades práticas e intelectuais dos indivíduos, ao contrário, colocam-na sob a determinação das condições de funcionamento do mercado capitalista (SAVIANI, 2005).

Como numa espécie de mecanismo de adestramento dos seres, a educação é posta a serviço do mercado, com a finalidade de formar indivíduos com funcionalidade para a produção. Assim, na transição do século XX para o XXI, a educação assume o papel de potencializar a economia, através do desenvolvimento de saberes úteis à produção capitalista. Dessa maneira,

os dispêndios com educação passaram a ser considerados desejáveis, não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos, e transformam-se num investimento de retorno ainda mais compensador do que outros tipos de investimento ligados à produção material. A educação passou, pois, a ser concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas de consumo (SAVIANI, 2005, p. 22).

Nesse sentido, a educação é entendida como mais uma estratégia de avanço do capital, cujo conteúdo sucumbe à lógica utilitarista voltada para profissionalização dos trabalhadores, em detrimento do desenvolvimento de um processo de formação integral dos indivíduos. Esse teor dado à educação corresponde às orientações dos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), os quais preconizam um caráter economicista, privatista e tecnocrático ao sistema de ensino, chegando a suscitar o abandono dos valores e ideais humanísticos de cultura universal e do pensamento crítico (IANNI, 2005). De acordo com essa visão, o sistema educacional deve comungar com os ideais pragmáticos, instrumentais e mercantis. Assim, conforme Ianni (2005, p. 33),

tudo o que diz respeito à educação passa a ser considerado uma esfera altamente lucrativa de aplicação do capital; o que passa a influenciar decisivamente os fins e os meios envolvidos; de tal modo que a instituição de ensino, não só privada como também pública, passa a ser organizada e administrada segundo a lógica da empresa, corporação ou conglomerado.

Percebe-se que, cada vez mais, a educação é posta a serviço das necessidades de expansão do capital, em que tanto a sua estrutura organizacional quanto a curricular são adequadas à disseminação de saberes instrumentais. Portanto, a educação prevista para atender aos objetivos contemporâneos importa a formação de trabalhadores com habilidades técnicas e intelectuais¹³ para desempenhar tarefas mais complexas no mercado de trabalho. Observa-se, então, a demanda por uma espécie de educação que acompanhe as transformações ocorridas na esfera do trabalho, as quais remetem a formação de trabalhadores com capacidade para realizar tarefas múltiplas e mais complexas. Ao contrário do que se observava no período fordista/taylorista, em que os trabalhadores desempenhavam tarefas simples, fragmentadas e repetitivas, que exigiam pouca capacidade de articulação do pensamento com a atividade prática. Destarte, em tempos de reestruturação produtiva, com intensos avanços tecnológicos, a importância do papel da educação está na necessidade de formar trabalhadores com habilidades para interagir com a máquina informatizada e, ao mesmo tempo, na busca da produção de conhecimentos como forma de manter as economias em plena

¹³ As habilidades intelectuais dizem respeito à capacidade de combinar conhecimentos utilitaristas à atividade prática, porém não conotam o desenvolvimento das capacidades de análise e crítica da realidade e do processo de trabalho (IANNI, 2005).

competitividade no mercado globalizado. Está posto, então, o papel econômico da educação.

No contexto do capitalismo maduro, a tônica da educação se concentra na capacitação de trabalhadores para a vida produtiva, de maneira a dotá-los de habilidades a serem absorvidas (exploradas) no mercado de trabalho. Tal ideia remete à educação a tarefa de investimento em capital humano individual, a fim de que os indivíduos tenham a possibilidade de adquirir um conjunto de saberes e competências de modo a desenvolver seu potencial de empregabilidade. Aproximando-se um pouco mais dessa concepção, no entanto, percebe-se que

um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado... Simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos (GENTILI, 2005, p. 54).

Nesse cenário, as políticas educacionais desenvolvidas nos países de economia dependente, como o Brasil, irão corresponder às expectativas das transformações econômicas e políticas. A partir desse movimento, começam a se desencadear reformas na educação, as quais, de um lado, fragmentam o conteúdo do conhecimento a ser disseminado e, de outro, tendem a precarizar e limitar a forma de oferta da educação aos sujeitos sociais.

Na década de 1990, no Brasil, a proposta educacional se alinha ao que estudiosos da área da educação denominam de pedagogia das competências. Isto é, à educação é dada a tarefa de desenvolver competências nos seres para se adaptarem às novas exigências impostas pelo mercado de trabalho. Tais competências não se referem somente à assimilação de novos conhecimentos, mas também remetem a formação de “[...] trabalhadores e pessoas com comportamentos flexíveis, de modo que se adaptem, com rapidez e eficiência, a situações novas, bem como a criarem respostas para situações imprevistas” (KUENZER, 2005, p. 87). Dessa forma, segundo Kuenzer (2005), a pedagogia das competências coaduna com o processo de valorização do capital, potencializando a subordinação dos indivíduos à produção, através da formação de trabalhadores polivalentes e com capacidade para se adaptar às novas exigências do mercado¹⁴. Da mesma maneira,

¹⁴ É válido ressaltar que esse é um ponto de vista acerca da pedagogia das competências, o que não quer dizer que não existam opiniões que concordem com tal concepção de educação.

gesta o desenvolvimento de sujeitos com pouca ou nenhuma capacidade de reflexão. Conforme a autora, o trabalho pedagógico no capitalismo opera no desenvolvimento de subjetividades propícias à manutenção do sistema, tendo por finalidade o disciplinamento para a vida social e produtiva. Ademais, nesse tipo de sociabilidade, é improvável que a educação atinja os objetivos de desenvolvimento do ser humano na sua integralidade, das suas capacidades cognitiva, cultural, política e ética.

Na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais do IFCE, observa-se que a concepção de educação que norteia o trabalho desses profissionais na instituição diverge da proposta educacional restrita aos moldes do capitalismo. Assim, esses profissionais expressam uma concepção de educação que está para além da formação de indivíduos com habilidades, técnicas e competências para atender às exigências do mercado de trabalho, ou seja, uma educação que também agregue os conhecimentos da área das ciências humanas, da arte e da cultura. Desse modo, a categoria compreende a educação a partir de uma perspectiva ampla, direcionada para a formação dos sujeitos na sua integralidade, em que possam desenvolver sua capacidade de reflexão e de crítica acerca da realidade, com vistas a contribuir para se efetivar uma transformação social. Além disso, os assistentes sociais consideram a educação como um instrumento que contribui para a constituição de indivíduos autônomos, com perfil questionador e participativo; isto é, uma educação que propicie aos seres o exercício da democracia. Segundo os profissionais entrevistados,

A perspectiva de educação é aquela perspectiva de educação integral, completa, libertadora, que permita uma formação cidadã, que a pessoa seja capaz tanto de refletir sobre a realidade como também transformar a realidade, seja um protagonista mesmo da sua história, que agregue pessoas nessa luta (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Eu acredito numa educação que forme sujeitos pensantes, que forme cidadãos. Eu não acredito numa educação só que transmita conteúdo, eu acho que educação ela vai para além dos muros da escola, para além dos muros da universidade. [...] Então eu acredito numa educação que trabalhe a conscientização, que trabalhe a participação, que enfoque e fortaleça essa participação, o protagonismo, o empoderamento. [...] A minha perspectiva é que essa educação profissional e superior, ela aliasse cada vez mais o saber técnico e tecnológico ao saber propedêutico, ao saber da área de humanas, à valorização da sensibilidade, à valorização da arte, da cultura (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Eu procuro nortear o meu trabalho numa concepção de educação que seja transformadora, que não seja aquela educação tecnicista, que não seja aquela educação de manutenção dos valores, dos padrões que são impostos por essa sociedade, que se entende por ser desigual, uma sociedade que não promove justiça social. Então acredito que a concepção que norteia o meu trabalho é de uma educação que transforme essa realidade, que ajude a transformar, não necessariamente que vá transformar sozinha, mas que ajude a transformar, que prepare os sujeitos para a transformação dessa realidade (ASSISTENTE SOCIAL 05).

A educação a ser ofertada no País, entretanto, se apresenta fragmentada, em que o conhecimento das práticas, das técnicas, o saber instrumental tende a se processar de forma dicotomizada da educação geral. Nesse sentido, a política educacional vem reproduzindo historicamente o dualismo no processo de ensino, em que, para a classe trabalhadora é destinada a educação que visa à qualificação para o trabalho e, para a elite, é destinado o conhecimento científico mais elaborado, complexo, abrangendo uma educação intelectual e humanística propícia à formação do humano na sua omnilateralidade. Em tal concepção é claramente observado o recorte de classe que envolve a forma como a educação é estruturada no País. Embora haja o discurso de que a educação deve contemplar uma formação integral dos indivíduos, considerando as diversas dimensões do humano, observa-se que, na prática, a formação é fragmentada. Isso é o que se pode notar a partir da fala do interlocutor abaixo:

Eu entendo a educação mesmo nessa formação mais crítica e, de fato, na educação profissional e educação superior oferecida nos institutos federais, eu não vejo essa perspectiva de formação do ser humano na sua totalidade, um ser humano crítico, que consiga perceber as mais variadas formas de relações sociais que ele pode ter no seu meio, e a partir daí ter o entendimento de onde ele tá inserido, que sistema ele tá inserido, como ele está vivendo e qual o papel dele nesse sistema. Essa educação profissional e essa educação superior no IFCE não consegue alcançar isso aí (ASSISTENTE SOCIAL 09).

As reformas na educação no Brasil vem seguindo fielmente a proposta neoliberal. No que remete à oferta do serviço, percebe-se que o Estado vem se desresponsabilizando pela promoção da educação, transferindo essa função para a sociedade e, principalmente, para o mercado. Na primeira década do século XXI observa-se a expansão de instituições privadas de educação, as quais ganham evidência diante da falência do sistema público de ensino brasileiro e, também, ganham o apoio do Estado como uma espécie de “patrocinador” desse crescimento, ao expandir os programas de financiamento estudantil. Está posta, então, a

transferência da educação das mãos do Estado para o mercado, gestando a sua descaracterização como um direito, passando a ser tratada como um bem de consumo. Ainda que o Estado esboce uma preocupação com a educação, esta se mostra alinhada às orientações neoliberais de geração de estatísticas e cumprimento de metas recomendadas pelos organismos multilaterais. Destarte, os investimentos dos governos na política de educação brasileira são incapazes de provocar transformações que gestem um efeito qualitativo na sua oferta. Ademais, o que se percebe é um acirrado processo de precarização, intensificado por medidas que visam estagnar os recursos destinados à educação. Medidas estas que são verdadeiras ameaças ao direito à educação, que apontam retrocessos e perdas de difícil superação. Dessa forma, um olhar mais atento sobre tal questão, permite compreender que uma das intenções gestadas no modelo neoliberal, é fragilizar cada vez mais o sistema público de educação, ao ponto de ser vislumbrada a sua privatização como única solução para o problema.

De fato, a subsunção aos ditames neoliberais faz da educação um direito difícil de ser efetivado no País. Dessa maneira, a perspectiva é a de que a educação se torne, na contemporaneidade, um item de consumo acessível à parcela da população que dispõe de recursos financeiros para adquiri-la. De outro modo, a tendência para a educação pública brasileira, é a de se estabelecer uma realidade de precarização, com retrocessos nos investimentos e com a perda da qualidade do serviço ofertado. Diante desse fato, conforme indica esta pesquisa, os assistentes sociais do IFCE esboçam preocupação acerca dos rumos que a educação vem tomando no Brasil, cuja tendência é a privatização, a precarização na formação profissional, a submissão às exigências dos organismos internacionais e aos interesses capitalistas de acumulação de riqueza, a ênfase numa formação para o mercado de trabalho e não numa formação crítica. São aspectos que os sujeitos da pesquisa consideram estar provocando a fragilização da educação e a sua descaracterização como um direito.

As reflexões feitas até aqui apontam que as reformas de cunho neoliberal processadas pelos governos brasileiros a partir de 1990 tendem a dismantlar os direitos sociais constituídos ao longo dos tempos no País, dentre estes o direito à educação. Eis que nesse movimento o Serviço Social se vê imerso num cenário contraditório, em que a realidade de degradação da política educacional entra em choque com o projeto ético político da profissão, o qual é voltado para a defesa e a

ampliação dos direitos sociais. Nesse sentido, o Serviço Social se encontra na contramão do processo de esfacelamento e negação dos direitos, num movimento de avanços e recuos, de exaustão e de resistência, mas com a clareza do seu papel social em meio a malha tecida no contexto do capitalismo.

2.3 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E A DEMANDA PELO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A área da educação se apresenta como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social desde as “protoformas” da profissão, como visto anteriormente, a qual expressou em sua atuação, algumas vezes, a consecução de metas e a consolidação da ideologia do sistema de produção capitalista e, em outras, constituiu um projeto comprometido com a ampliação do acesso ao direito à educação pelas classes subalternas. Assim sendo, esse espaço de trabalho do assistente social vem ganhando corpo principalmente nos anos 2000, em meio às medidas adotadas na reforma da educação brasileira, iniciada ainda nos anos 1990. Reforma essa que propiciou a ampliação do campo de atuação do assistente social na educação profissional e superior em decorrência da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Portanto, faz-se necessário entender como se processa a expansão da educação profissional e superior no Brasil.

Num primeiro momento, necessita-se entender que a expansão da educação profissional e superior está imersa no conjunto das transformações sociais concebidas no modo de produção capitalista, na maneira como o Estado se adapta às exigências oriundas dessas transformações – através de reformas – e na maneira como os direitos sociais são concebidos nessa sociabilidade. Ora, o que se pretende dizer aqui, é que as reformas impetradas na política educacional no País, principalmente a partir de 1990, não estão desalinhadas dos objetivos de ampliação da riqueza e concentração de lucro, impressos no contexto geral das transformações do sistema capitalista. Assim sendo, é preciso compreender que a expansão da educação profissional e superior está vinculada a um contexto maior, o qual prevê mudanças na forma de produzir, de administrar, de pensar e de se expressar na

sociedade. Uma conjuntura tal que reorganiza o modelo produtivo, o qual, por sua vez, reelabora o modo de regulação da economia, da política e das relações sociais, no sentido de atender às demandas do sistema hegemônico, em detrimento do atendimento das necessidades da população.

Nesse contexto, é dada à educação uma tarefa hercúlea: a de preparar profissionais aptos para atender às exigências do mercado de trabalho em tempo rápido e em grande quantidade. Além disso, coloca-se para a educação a responsabilidade de propiciar o desenvolvimento do País. Assim, é no interior do processo de reorganização do modo de produção, o qual exige um novo perfil de trabalhador, com a capacidade de se adaptar às transformações no mundo do trabalho, que se insere a educação profissional e superior no Brasil a partir da década de 1990.

Considerando-se essa demanda posta para a educação, observa-se um intenso processo de precarização dos serviços ofertados. Contrariando o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988)¹⁵, os quais sustentam a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a educação no Brasil vem passando por um processo de privatização e “sucateamento” nas instituições públicas. Dessa maneira, percebe-se que o número de instituições de ensino privadas tem aumentado nos últimos anos, enquanto os estabelecimentos de ensino públicos vivenciam uma realidade de rebaixamento dos investimentos do governo. Este último aspecto, por sua vez, incide negativamente na qualidade do ensino prestado, nas estruturas físicas das unidades educacionais e na política de recursos humanos para os trabalhadores da educação¹⁶.

Como bem a ser mercantilizado, e não como direito a ser exercido, a educação assume a forma de mercadoria, cuja aquisição se dá por parte da

¹⁵ “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

¹⁶ A realidade de precarização da educação pública brasileira tende a se acirrar, tendo em vista a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 95 de 15 de dezembro de 2016. Nela fica instituído o novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 (vinte) exercícios financeiros, e estabelecerá limites para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Isso implica a redução dos investimentos em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino.

população jovem e adulta pertencente à classe trabalhadora, que vê, nesse movimento, a possibilidade de acesso à educação, já que o Estado não mais lhe proporciona essa garantia. Na contemporaneidade, o número de instituições de ensino privado no País cresce vertiginosamente, algumas até mesmo com parte de recursos oriundos de investidores estrangeiros. O pressuposto é o de que a educação é o meio pelo qual o País poderá superar o subdesenvolvimento. Portanto, é necessária a formação de mão de obra para que a nação possa se tornar desenvolvida.

Desse modo, por ser uma necessidade urgente, é preciso articular meios que propiciem a formação de profissionais de forma rápida, conforme a concepção mercadológica. Por isso, presencia-se a expansão de cursos de curta duração, focados no ensino de técnicas, baseados no conhecimento de práticas utilitaristas e no modelo de formação de competências. Principalmente no âmbito da educação profissional, a concepção do modelo de formação de competências, conforme assinala Ferreti (1997, p. 229), “surge como alternativa, no plano empresarial, para orientar a formação de recursos humanos compatível com a organização do trabalho que lhe convém”. Assim sendo, esse teor é verificado, fortemente, na concepção da política educacional, em que o investimento na formação de competências acompanha a lógica flexível do capitalismo. Os trabalhadores devem, então, estar aptos a dar respostas aos problemas emergentes e enfrentar imprevistos nas situações de trabalho, tendo em vista a maior produtividade com qualidade. Portanto, a tônica da reforma da educação profissional vivenciada da década de 1990, propugnada pelo governo FHC fundamenta-se no modelo de formação de competências e aquisição de habilidades técnicas, dicotomizada de uma formação integral do indivíduo. Tudo isso, visando a uma formação rápida e direcionada ao trabalho.

De acordo com a Lei 9.394/1996 e o Decreto 5.154/2004¹⁷, a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos de qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Segundo o Art. 2º do referido Decreto, a educação profissional terá como base as seguintes premissas:

¹⁷ A Lei 9.394/1996 trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o decreto 5.154/2004 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da LDB. Ambas legislações versam sobre a educação profissional, sua natureza e organização em todo o território nacional.

- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica;
- II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;
- III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e
- IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

Pode-se notar, a partir das legislações em vigor, que a educação profissional se aproxima da ideia de formação e capacitação de indivíduos para o trabalho. Os esforços nela embutidos pressupõe-se estarem voltados para responder às demandas do mercado de trabalho por profissionais aptos para desenvolverem funções técnicas. As aptidões e habilidades práticas são enfatizadas nessa modalidade de educação. Observa-se nas legislações a marca do atendimento à lógica do mercado de trabalho, com o qual a educação profissional deve estar afinada. O conjunto de leis e decretos exigem que ela – a educação profissional – deva ser organizada observando a estrutura sócio-ocupacional, submetendo-se às exigências do modo de produção vigente.

A educação profissional, ofertada em vários níveis, desde os cursos de formação inicial e continuada, os de nível técnico, até os de graduação e pós-graduação tecnológicos, é voltada para a qualificação dos indivíduos para a vida produtiva. Nota-se, então, a prevalência da disseminação de conhecimentos que atendam à lógica utilitarista. Assim, percebe-se que a proposta de reforma da educação profissional está vinculada ao processo de formação técnica de trabalhadores, separada de uma formação ampla, geral, integral, politécnica¹⁸ dotada de conhecimentos que proporcionem àqueles trabalhadores a capacidade de reflexão e análise da vida como um todo.

Considerando que a educação profissional se estabelece nos níveis de ensino básico e superior, faz-se necessário compreender de que maneira a reforma da educação incentivada pela proposta neoliberal incidiu no ensino superior brasileiro. Com o desenvolvimento do capitalismo no País, “[...] a expansão da educação superior passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja

¹⁸ Entende-se por educação politécnica aquela que integra a profissionalização do indivíduo aos princípios da ciência, do trabalho e da cultura, como condição de fortalecimento da cidadania e da democracia efetivas (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005).

para difusão da concepção de mundo burguês sob a imagem de uma “política inclusiva”” (LIMA, 2012, p. 6).

Na década de 1990, no governo FHC, a reforma da educação superior se dá, principalmente, em dois eixos: no aumento do número de instituições de ensino superior (IES) privadas e na privatização de IES públicas, através da venda de serviços educacionais. Tal prática é observada na oferta de cursos pagos, especialmente os de pós-graduação *latu sensu*; na formação de parcerias entre a universidade pública e empresas privadas; na venda de cursos de curta duração sob a máscara da política de extensão universitária; e na oferta de mestrados profissionalizantes (LIMA, 2012).

Avançando para os anos 2000, o processo de expansão da educação superior se intensifica, mantendo o caráter de privatização e mercantilização dos serviços educacionais, iniciado pelo governo FHC. Já no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva presencia-se a continuidade da expansão da educação superior, também por meio do financiamento público indireto para o setor privado através do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Pode-se observar, nesse processo, que a ênfase recai sobre o incentivo à educação privada, em detrimento da melhoria da qualidade das IES públicas. Dessa forma, presencia-se, nesse momento, o aumento do número de IES privadas no País, ofertando diversos cursos, dentre eles, os de graduação tecnológica, cuja duração tem em média de dois a três anos, fazendo com que o tempo de formação se reduza e o número de profissionais certificados cresça rapidamente. Aliado a isso, observa-se o aumento de cursos ofertados na modalidade à distância (EAD), os quais expressam grande quantidade de matrículas a cada ano.

Analisando esses fenômenos, é possível desenvolver uma breve reflexão acerca da qualidade dessas modalidades de educação ofertadas. Que tipo de formação profissional espera-se de cursos, cuja duração é reduzida e cujos conteúdos são “enxutos”, resumindo-se ao ensino de técnicas? Quais as implicações provocadas pela priorização das ações de ensino, em detrimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão? Que tipo de trabalhador está sendo formado? O que se pode perceber nesses fenômenos é que a educação está subsumida aos objetivos do sistema social vigente. Vivencia-se um tempo no qual a formação profissional se dá de forma “aligeirada”, com foco nas ações de ensino e

desprezando as ações de pesquisa e extensão. Observa-se a formação de um tipo de trabalhador com habilidades, técnicas e flexibilidade para atender às necessidades do mercado de trabalho, isto é, um trabalhador com competências desenvolvidas para se adaptar à produção. Simultaneamente, produz-se um profissional não atento a refletir sobre a realidade e a coletividade, não comprometido com um projeto de transformação social.

Nesse sentido, a expansão da educação superior brasileira aponta para o “aligeiramento” da formação e para a certificação em larga escala. Tal fato contribui para a disseminação da falsa ideia de democratização da educação, em que as oportunidades de acesso, a cada dia, estão sendo ampliadas. Um tipo de acesso viabilizado pelo mercado não pode se confundir com democratização.

Se o sistema do capital dita a forma como as políticas sociais devem se estruturar, o Estado aparece para ratificar o plano articulado por aquele sistema. Nos anos 2000, verifica-se que o Estado ainda se apresenta como principal articulador de todo o arcabouço jurídico que legitima a forma pela qual se dá a reformulação da educação superior, através de leis, medidas provisórias, projetos de leis e decretos, visto que essa prática advém desde o contexto da ditadura militar. Tratam-se de mecanismos que dão sustentação ao processo de expansão do ensino superior brasileiro, apesar dos equívocos cometidos e da forma desorganizada de estruturação. Nesse sentido, expansão se confunde com ampliação de vagas, o que não denota nem democratização, nem universalização, nem acesso qualificado, mas sim, significa um movimento de massificação da educação superior.

É nesse contexto que se dá a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), por meio do Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. Estes se organizam a partir da transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, constituindo-se em autarquias federais com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A partir de então, os CEFET se configuram como instituições de ensino superior, podendo ofertar também cursos de graduação, prioritariamente nas áreas de tecnologias. Desse modo, observa-se o adensamento de cursos superiores tecnológicos, de curta duração, focados na profissionalização dos indivíduos em determinados campos de atuação. Destarte, a criação dos CEFET cumpre com a meta de expansão da educação superior no País, por meio da ampliação da educação profissional e tecnológica em âmbito nacional.

Compondo o conjunto das legislações criadas na primeira década do século XXI acerca da reforma da educação superior no Brasil, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), aparece como proposta de investimento do governo na educação superior pública federal. Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI objetiva criar as condições para a ampliação do acesso e permanência de estudantes no ensino superior, com ênfase nos cursos de graduação, assim como melhorar as estruturas física e de recursos humanos nas instituições. O referido Programa apresenta como meta a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação, intervindo nas ações que visam reduzir a evasão escolar e o número de vagas ociosas, e investindo em ações de inclusão e assistência estudantil.

Acompanhando o movimento de expansão da educação superior, bem como do REUNI, já na segunda metade da década de 2000, o governo institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Presentes em todos os estados da federação, compostos por estruturas *multicampi*, os IF passam a ofertar cursos técnicos de nível médio, assim como de nível superior, envolvendo graduações tecnológicas e bacharelados, e pós-graduação *latu e strictu sensu*. Assim sendo, de acordo com sua Lei de criação, os IF são equiparados às universidades federais.

A criação dos IF ocasiona o incremento da educação profissional e superior no Brasil, potencializando a formação profissional de jovens e adultos por meio da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, de nível médio e de nível superior. Não abandonando a proposta de formar trabalhadores para a inserção produtiva imediata, a educação profissional, no âmbito dos IF, vislumbra aliar a instrumentalização para o trabalho à educação básica e ao ensino superior. Outra característica dessas unidades educacionais, segundo Silva (2012, p. 144),

[...] é oferecer um ensino que incorpore grupos historicamente alijados do acesso à educação e do acesso ao trabalho, estabelecendo um compromisso com uma pretensa educação inclusiva que favoreça o fortalecimento de arranjos produtivos locais e a decorrente melhoria de vida do trabalhador.

Em verdade, com a ampliação das unidades de ensino, a oferta de vagas na educação superior – incluindo a modalidade profissional – expande-se. Isso,

porém, não significa que a qualidade do serviço prestado tenha crescido na mesma proporção. Pelo contrário, o ritmo da expansão tem comprometido a oferta de um serviço educacional de qualidade. Nos IF, por exemplo, a expansão por meio da interiorização dos *campi*, deixa a desejar quando se fala na ausência de estrutura física (salas de aula, laboratórios, salas de estudo, bibliotecas, etc.) adequada para o desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, a realização de concursos públicos para provimento de vagas para servidores técnicos administrativos e docentes, apesar de ter se tornado mais frequente nos últimos anos, ainda é insuficiente para suprir a demanda por profissionais nas instituições, gerando, por vezes, a sobrecarga de trabalho nos servidores ativos.

Conforme o estudo realizado com os assistentes sociais que compõem as equipes de assistência estudantil do IFCE, o fenômeno da expansão dos IF expressa a maneira como se efetiva o processo de democratização da educação sob os moldes neoliberais, ou seja, a partir da ilusão de ampliação do acesso, apenas com a criação de vagas nas unidades de ensino sem, no entanto, ofertar as condições adequadas para o desenvolvimento das práticas educacionais. Assim, de acordo com a observação dos assistentes sociais, a expansão ocorre de maneira desorganizada, sem planejamento e sem considerar a participação efetiva da sociedade nesse processo. Segundo os mesmos,

As instituições públicas que tem crescido, por exemplo, os IF tem crescido, mas eu vejo que é uma expansão desordenada, que não tem um planejamento adequado, que não tem a participação da comunidade como deve ser, que não tem um orçamento adequado. Na nossa instituição, nós temos *campi* que são abertos em prédios provisórios, que tem um professor, que não tem profissionais para atuar, para desenvolver o trabalho. Então, acredito que vem sendo um processo contraditório e, infelizmente, vejo que na atual conjuntura, a tendência é cada vez mais difícil promover uma educação e qualidade, e que atinja as diversas camadas sociais, a classe trabalhadora e não só a classe média e a elite do nosso país (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Houve a expansão, mas sem uma qualidade de fato. Muitos *campi* sem professores, muitos *campi* sem os técnicos adequados para desenvolver os trabalhos, muitas vezes sem orçamento para funcionar. Então assim, a expansão ela não teve uma ligação com a qualidade, ela não teve uma ligação com a lógica de demanda da localidade, muito embora eles falem que tem, mas não tem. Muitas vezes eles fazem de acordo com o jogo de interesses políticos da região. Então, a meu ver, essa expansão dos IF foi desordenada e não foi casada com a concepção de qualidade de prestação de serviços e de condições adequadas para que essa expansão pudesse, de fato, ser sólida (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Por outro lado, esses profissionais reconhecem que, a partir do processo de expansão do ensino superior, principalmente com o movimento de interiorização das unidades de ensino – com todas as suas deficiências – , oportuniza-se o ingresso de indivíduos pertencentes às classes subalternas na educação superior, os quais pouco vislumbravam chances de evoluir em seus estudos, pelo fato de viverem em regiões que, historicamente, não possuem instituições públicas que ofertam aquele tipo de educação. É evidente, como já discutido, que esses profissionais fazem uma análise crítica do processo de expansão dos IF, considerando suas contradições e fragilidades e tendo a consciência de que esse processo ainda se apresenta comprometido, provocando perdas na qualidade do serviço prestado.

Considerando que um dos objetivos do processo de expansão da educação superior no Brasil é a ampliação das possibilidades de acesso e permanência dos indivíduos nesse nível de ensino, o governo passa a se preocupar em articular meios que propiciem o acesso¹⁹ e permanência dos estudantes até a conclusão do percurso formativo. Com esse intuito, observa-se o investimento em ações de assistência estudantil, as quais compõem o Programa Nacional de Assistência Estudantil, criado através do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, ainda no governo Lula. O referido Programa tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos sujeitos na educação superior pública federal e apresenta como objetivos:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Destarte, a partir dos elementos contidos na expansão da educação superior – inserida nela a educação profissional – e na organização do Programa de Assistência Estudantil é que se observa o alargamento da demanda por profissionais

¹⁹ É válido ressaltar que, nesta pesquisa, a categoria “acesso” está para além do ingresso na educação; refere-se também à permanência e qualidade na formação. Remete-se a “[...] bases materiais e subjetivas que favoreçam à apropriação do conhecimento crítico e à formação de sujeitos protagonistas no processo educacional. Ou que expresse o conhecimento como um modo de apropriação do mundo, de compreensão e recriação da realidade” (SILVA; VELOSO, 2013, p. 727).

de Serviço Social para planejar, elaborar, executar e avaliar as ações no âmbito da assistência estudantil. Desse modo, o número de assistentes sociais tem crescido a cada ano no interior das instituições federais de educação, notadamente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A ampliação das oportunidades de ingresso nos IF pelos jovens e adultos oriundos das camadas subalternas da sociedade, potencializa a contratação de assistentes sociais para lidar com as refrações da questão social, expressas de diversas formas por aqueles sujeitos no ambiente institucional. Conforme Silva (2012, p. 147),

A perspectiva de que é o assistente social o profissional responsável por enfrentar expressões da questão social representadas pelo fenômeno da pobreza, das desigualdades, das carências de toda a sorte, justifica a ação profissional no processo de ampliação de ofertas de ensino direcionadas a jovens e adultos de estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora.

Desse modo, reconhecido como profissional competente para interpretar as contradições inerentes à sociedade capitalista, o assistente social é considerado apto a desenvolver um trabalho intencionando minimizar as sequelas da questão social. Portanto, esse profissional é buscado pelos IF para compor equipes de assistência estudantil, cujo propósito é possibilitar as condições propícias para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na sua formação profissional, de acordo com as premissas do PNAES.

Assim sendo, a demanda pelo trabalho de assistentes sociais na educação profissional e superior na contemporaneidade não está descolada de todo o processo de reforma da educação no Brasil e do movimento de expansão do ensino superior. O chamamento a esses profissionais expressa o reconhecimento da necessidade da presença desses trabalhadores na política de educação, mostrando a urgência e importância de sua intervenção nas instituições educacionais como prerrogativa para consolidação da educação como um direito universal.

3 REFLEXÕES ACERCA DO SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: TRABALHO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Após a discussão acerca do contexto de inserção do Serviço Social na política de educação brasileira, a forma como essa política se desenvolve sob as condições impostas pela ideologia do capital, o qual determina os parâmetros em que ela deve se adaptar, bem como a sua subordinação a um projeto de Estado que secundariza as políticas sociais, parte-se, nesse momento, para a problematização do Serviço Social como profissão no contexto societário e institucional, cenário onde se efetiva a intervenção profissional dos assistentes sociais.

Como o foco dessa pesquisa se localiza no trabalho do assistente social, é pertinente fazer apontamentos e tecer interpretações acerca das particularidades da intervenção profissional do Serviço Social. Logo, torna-se pertinente retomar a discussão acerca do Serviço Social como trabalho, tendo por base os sentidos ontológico e sócio-histórico dessa categoria. Além disso, é preciso inserir o debate sobre a natureza da profissão, imersa nas contradições inerentes à sociedade de classes e ao ambiente institucional. Faz-se necessário, ainda, realizar apontamentos acerca do projeto ético-político profissional na conjuntura de aprofundamento das desigualdades sociais no País.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE DO SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO

Considerando-se que o núcleo dessa pesquisa se configura no trabalho do assistente social, é necessário tornar claro que, aqui, compreende-se a profissão de Serviço Social como trabalho, este tomado como categoria fundante do ser social e da sociabilidade. Categoria esta que traz ao homem a sua humanização, por meio de processos de criação, de ideação e de potencial de transformação. Assim, compreende-se o Serviço Social como um trabalho especializado, situado na divisão social e técnica do trabalho, cujo terreno de onde surge é a sociabilidade capitalista. Não se trata, portanto, de uma prática, de uma intervenção ou de uma ação que se encerra em si mesma, mas se trata de uma atividade dotada de intencionalidade e que tem como pressuposto a transformação de uma dada realidade.

Há entendimentos, entretanto, que apontam a identificação do Serviço Social com trabalho como sendo um equívoco. Porém, antes de iniciar esse debate,

é preciso ter uma compreensão acerca do sentido ontológico da categoria trabalho, fundamentando-se nas elaborações de Marx e Lukács. Com base nas interpretações dos referidos autores, compreende-se o trabalho como uma ação eminentemente humana, a qual diferencia os homens dos outros animais e que tem por finalidade a transformação da natureza para atender às suas necessidades. Ao realizar essa atividade de transformação da natureza, o homem, ao mesmo tempo, transforma a si próprio. Portanto, segundo Marx (2013, p. 255),

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Dessa maneira, há o entendimento de que é por meio do trabalho que os homens, no metabolismo com a natureza, tem a capacidade de transformá-la para suprir suas demandas. Nesse movimento, os homens desenvolvem suas potencialidades criativas e relacionais, num processo que faz daquela atividade, não mais uma ação puramente instintiva, mas, agora, preenchida de finalidade. Trata-se de uma atividade que tem um fim, que é dotada de intencionalidade. E qual é esse fim? A produção de bens úteis às necessidades humanas. Logo, o trabalho é condicionante da existência dos homens. Como ressalta Marx (2013, p. 120),

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Observa-se, assim, que no trabalho o homem se realiza como ser que projeta resultados. Ele exercita e desenvolve a capacidade de antecipar o resultado da sua ação antes de ela se concretizar. Com isso, a atividade humana se confirma como uma atividade consciente, que possui um objetivo, um fim a ser alcançado. Decorre desse fato, a dimensão teleológica do trabalho, em que a teleologia nada mais é do que o momento da prévia ideação, na qual o sujeito projeta, antecipadamente, na sua consciência o resultado da sua ação. Portanto, “[...] a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico

implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins” (LUKÁCS, 2013, p. 48).

Ao levar em consideração o sentido puramente ontológico do trabalho, amplia-se a margem para interpretações de que outras atividades humanas, que transcendem o metabolismo do homem com a natureza para produção de bens úteis às suas necessidades, não se configuram como trabalho.

Assim, é a partir desse viés que Lessa (2012) elabora sua compreensão de que o Serviço Social não se identifica como trabalho, mas sim como práxis social. Para o autor, o Serviço Social se apresenta como produto das relações sociais desenvolvidas pelo homem, mas que é diferente da relação metabólica entre o homem e a natureza para a satisfação de suas necessidades. O referido autor inicia sua abordagem apegando-se ao conceito de trabalho em Marx, afirmando que “para Marx o trabalho possui uma função social muito precisa: faz a mediação entre o homem e a natureza, de tal modo a produzir a base material indispensável para a reprodução das sociedades” (LESSA, 2012, p. 45). Portanto, o trabalho se configura na relação entre o homem e natureza para atender as suas necessidades de subsistência. A questão que Lessa enfatiza é que, fora dessa função social apontada acima, as demais atividades humanas são tidas como práxis sociais, e não como trabalho. Segundo ele, “o trabalho é a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função social do trabalho e é isto que o distingue das outras práxis sociais” (LESSA, 2012, p. 45). Dessa maneira, o autor evidencia que o Serviço Social não se configura como trabalho, mas como uma práxis social, cujo produto se expressa na transformação das relações sociais. Como a sua intervenção não incide sobre a natureza, transformando-a para atender as necessidades de subsistência do homem, o Serviço Social, para ele, não é trabalho, posto que a sua concepção está fundada somente no sentido ontológico da categoria de análise.

Para imprimir à profissão de Serviço Social o caráter de trabalho, entretanto, é necessário transpor o sentido ontológico dessa categoria, apegando-se também ao seu sentido sócio-histórico. É preciso compreender o trabalho para além da dimensão do metabolismo entre o homem e a natureza. Dessa maneira, o entendimento sobre a categoria trabalho deve se dar, também, ligada a um contexto histórico, social, econômico e cultural. Considerando a sociedade capitalista, percebe-se que o grau de desenvolvimento das forças produtivas tem atingido um

patamar que distancia, cada vez mais, o homem da relação direta com a natureza. Portanto o trabalho deve ser apreendido no seu sentido sócio-histórico, inserido num contexto que imprime nele caracteres que ultrapassam a conotação literal do metabolismo com a natureza.

Na sociabilidade capitalista o trabalho assume um novo caráter. Este, além de ser considerado como uma mercadoria é também concebido como uma atividade que tem por objetivo a geração de valores de troca. Nesse contexto o trabalho expressa uma face mercantil, afastando-se do seu verdadeiro significado.

O caráter mercantil assumido pelo trabalho no capitalismo fora apontado por Marx no século XIX, em que o mesmo deixa de ser percebido como atividade vital do ser humano, como componente da essência humana, para ser compreendido como uma mercadoria, como meio de troca utilizado pelos homens para garantir a sua sobrevivência. Portanto, na sociabilidade capitalista, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2010, p. 80).

Nesse movimento, o trabalho aparece como algo não pertencente à essência do homem, mas como coisa exterior a ele, que possui um existência independente, autônoma, estranha ao próprio homem. Na concepção de Marx,

O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se o trabalho não fosse seu próprio, mas de um outro, como se o trabalho não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (2010, p. 83).

Tal compreensão faz com que o trabalhador não se reconheça no produto do seu trabalho. Ele tanto não reconhece o trabalho como pertencente a si, como também o objeto que produz, mas pertencente a um outro. Nesse processo de estranhamento, a força de trabalho passa a permear as relações mercantis, assumindo a roupagem de mera mercadoria. O trabalho, desse modo, assume a roupagem de “trabalho alienado”, em que ele deixa de ser compreendido como uma atividade inerente à condição humana, como atividade criadora, e passa a ser tomado como meio de troca, dentro de uma relação de compra e venda da força de trabalho visando a produção de valores de troca e de mais-valia.

Destarte, Antunes (2009) assevera que a categoria trabalho deve ser tomada em seu sentido sócio-histórico, para além da sua dimensão ontológica. É necessário levar em consideração que o trabalho está envolvido na trama formada pela sociabilidade capitalista, de uma tal maneira que o subordina à relação de compra e venda. Portanto, para o autor,

Se o trabalho, sob o sistema de metabolismo social do capital assume uma forma necessariamente assalariada, abstrata, fetichizada e estranhada (dada a necessidade imperiosa de produzir valores de troca para a reprodução ampliada do capital), essa dimensão histórico-concreta do trabalho assalariado não pode, entretanto, ser eternizada e tomada a-historicamente (ANTUNES, 2009, p. 165).

Antunes (2015) observa que, na sociedade do capital, o trabalho é subordinado às necessidades de acumulação e de lucro. Entretanto, ele enfatiza que não se pode esquecer que o trabalho é, por essência, a atividade que dá respostas aos carecimentos e necessidades sociais. Segundo o autor,

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado. [...] a força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. [...] Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não "primeira necessidade" de realização humana (ANTUNES, 2015, p. 171).

O referido autor pretende chamar atenção para o fato de que o trabalho é o elemento que dá sentido à vida. Somente através dele é que o homem, como ser genérico, pode desenvolver todos os lados da sua existência.

Apesar de novos apontamentos acerca do trabalho afirmarem o seu desaparecimento na sociedade contemporânea, Antunes é incisivo ao afirmar que o trabalho, como condição para a existência do ser social e da sociabilidade, é ineliminável.

É nesse sentido que se considera essencial abordar a categoria trabalho, pois é necessário compreendê-la como fundamento da sociabilidade, como pressuposto de qualquer conduta social humana. Sua importância se assenta na explicação de que as ações humanas são sempre dotadas de finalidade, de intencionalidade. É preciso se atentar, entretanto, para o fato de que, dado o

desenvolvimento e a complexificação das relações sociais, a categoria trabalho pode empreender um entendimento mais amplo, para além do significado de metabolismo do homem com a natureza. Isso não significa a perda do sentido ontológico do trabalho, mas a compreensão de que as transformações na sociabilidade podem gerar uma ampliação do seu significado no bojo das relações sociais.

No capitalismo, o trabalho se encontra subordinado às intenções de expansão do capital. Antunes (2009) aponta que essa categoria já não aparece apenas como atividade cuja finalidade é a preservação da existência humana e societal. Segundo ele, na sociedade regida pelo capital, o trabalho é envolvido por um “sistema de mediações de segunda ordem”²⁰,

[...] o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais – das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte – ao imperativo absoluto de expansão do capital [...] (MÉSZÁROS *apud* ANTUNES, 2009, p. 23).

O que se pretende destacar aqui é o fato de que o trabalho adquire um outro significado, porém não perde a sua centralidade no processo de constituição das relações sociais. Ele continua sendo a condição para a existência humana e o fio condutor das relações construídas pelos indivíduos no conjunto da sociabilidade, entretanto, adquire um outro sentido inerente ao projeto societário do capital.

Trazer o Serviço Social para dentro dessa discussão não é algo dado imediatamente. Faz-se necessário, portanto, realizar algumas abstrações para poder situar a profissão como uma especialização do trabalho, mergulhada no contexto do capitalismo.

Primeiramente, é preciso compreender que, na sociabilidade regida pelo capital, à medida que as forças produtivas vão se desenvolvendo, em que o trabalho vai se tornando cada vez mais coletivo, observa-se a ampliação da divisão social do trabalho. Este vai ficando cada vez mais complexo, demandando a participação de uma gama de trabalhadores especializados para a realização de um produto (IAMAMOTO, 2009). Nesse movimento, o trabalhador, despossuído dos meios de

²⁰ Ao apontar a existência de um “sistema de mediações de segunda ordem”, Antunes (2009) identifica previamente, a existência de um “sistema de mediações de primeira ordem”, em que a principal finalidade é a preservação das funções vitais de reprodução do indivíduo e da sociedade. Refere-se ao intercâmbio entre o homem e a natureza como condição para a realização das necessidades de sobrevivência.

produção, põe em disponibilidade aquilo que é de sua propriedade e que pode lhe propiciar os meios de subsistência: a sua força de trabalho. Dentro dessa relação, o que se destaca é a capacidade que a força de trabalho possui de se transformar em algo alienável, que possa ser trocado ou vendido como uma mercadoria. Assim, no contexto do capitalismo, a realização de um determinado trabalho passa a ser mediada pela relação de compra e venda da força de trabalho, pondo o trabalhador numa condição de assalariamento, característica inerente ao trabalho abstrato. É nessa condição de trabalhador assalariado que se inclui o assistente social, o qual vende sua força de trabalho para os empregadores, em troca de uma retribuição monetária. No entanto, é somente sob tal condição que o Serviço Social pode se realizar como trabalho, visto que os assistentes sociais não detêm todos os meios de realização do seu exercício profissional. Ainda, é estando subjugado aos ditames do trabalho abstrato que o Serviço Social se realiza como trabalho concreto, cuja utilidade social se revela na produção e reprodução das relações sociais²¹.

É válido ressaltar que, estando imerso na relação de compra e venda da força de trabalho, o exercício profissional dos assistentes sociais encontra determinantes que limitam a liberdade e autonomia profissional. Como afirma lamamoto (2009, p. 348),

a mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

Posto isso, tem-se a noção de como o trabalho do assistente social se insere na divisão social e técnica do trabalho no contexto do capitalismo. A dinâmica daquele trabalho está atrelada aos ditames das relações mercantis, ainda que apresente certa autonomia no seu desenvolvimento, condição que lhe é dada pelo estatuto de profissão liberal. Portanto, entender o Serviço Social como trabalho exige, também, interpretar a sua imersão no contexto das relações capitalistas de produção, a fim de se ter clareza de que tal entendimento só é possível levando-se em consideração a dimensão sócio-histórica da profissão.

²¹ Trabalho concreto e trabalho abstrato são compreendidos tendo por base a acepção marxiana. O primeiro é entendido como trabalho útil, cujo produto é um valor de uso. O segundo, tomado como medida do valor das coisas, diz respeito ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias (MARX, 2013).

Na realidade social e histórica composta pelo capitalismo, é demandada ao Serviço Social a elaboração de respostas às necessidades de parcela significativa da população alijada do processo de produção e usufruto da riqueza. Nesse exercício, a ação realizada pelos sujeitos profissionais – os assistentes sociais – é dotada de consciência e intencionalidade. Isso significa que, a ação não é automática ou simples, ela carece de inúmeras mediações²², de interpretações das variáveis contidas no problema apresentado, para se chegar a um determinado fim. Nesse caminho, a finalidade da ação é projetada, porém tal projeção é resultado de um complexo processo de decomposição e reconstrução do objeto em questão, em que se observam os seus determinantes e as possibilidades de transformação. E, na sociabilidade capitalista, terreno de onde surge a profissão de Serviço Social, um desses determinantes é a contradição de classes, que exige a análise cuidadosa do que a produz, do que a mantém e do que se pode mudar. Nesse movimento, é preciso articular pensamento e ação, tecendo uma rede de interpretações para se chegar a uma intervenção deliberada. Assim, existe um longo percurso entre a demanda posta e a resposta elaborada, o qual envolve a atividade teórica/intelectual e a ação objetiva.

Iamamoto (2001) faz uma reflexão sobre o Serviço Social, remetendo-o à identificação como trabalho, como uma categoria imersa na rede de relações existentes na sociedade capitalista, reconhecendo e vivenciando as contradições entre as classes sociais. Para a autora,

[...] a abordagem do Serviço Social como trabalho supõe apreender a chamada “prática profissional” profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a Sociedade civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com a endogenia no Serviço Social (IAMAMOTO, 2001, p. 23).

De acordo com Iamamoto (2001), alguns elementos podem caracterizar a prática profissional do assistente social como trabalho. Primeiro, a autora identifica o cotidiano como o horizonte de atuação do assistente social, portanto é a realidade social e cultural, permeada de relações contraditórias entre os indivíduos e as

²² De acordo com Pontes (2008), no Serviço Social, “a mediação como categoria intelectual permite, mediante um impulso do real, à razão construir categorias para auxiliar a compreensão e ação profissionais” (PONTES, 2008, p.165). Segundo o autor, o apego à categoria de mediação no Serviço Social favorece uma acepção mais aproximada do movimento da totalidade social do objeto de intervenção profissional.

classes sociais, que instiga os profissionais a formularem respostas às demandas emergentes. Tal realidade possui história, identidade e movimento; dessa maneira, não se trata de uma realidade qualquer, trata-se da sociedade capitalista, construída sobre a base da apropriação do trabalho alheio excedente e na exploração de uma classe social sobre outra. Nesse sentido, um terreno preenchido de contradições onde se dá o trabalho do assistente social.

Segundo, a referida autora aponta a questão social como objeto de atuação do Serviço Social, cujas ações incidem sobre ela e suas refrações na sociedade capitalista. Objeto este fruto das desigualdades sociais produzidas no bojo das relações capitalistas, as quais, por sua vez, visam a concentração do lucro em detrimento do atendimento às necessidades da classe trabalhadora. Ainda, é o objeto sobre o qual incide o complexo processo de elaboração teórica e prática do Serviço Social.

Em terceiro lugar, lamamoto chama a atenção para o fato de que os meios de consecução da prática profissional, ou seja, os instrumentos de atuação, encontram-se no arcabouço teórico-metodológico, nos recursos técnicos-operativos e na dimensão ético-política que dão suporte para imprimir os fins da sua ação. Isto é, se no metabolismo com a natureza o homem necessita das ferramentas para objetivar seu trabalho, da mesma forma, o Serviço Social não prescinde do aporte instrumental e técnico para intervir sobre seu objeto.

Numa quarta observação, a autora identifica o produto do trabalho do assistente social como sendo a produção e reprodução das relações sociais, dotadas de potencial de transformação. Produto este que tem a característica de não ser acabado, porque não é estático, mas que corresponde a uma resposta a uma dada demanda, num determinado contexto social e histórico. Dessa forma, a partir desses quatro elementos (horizonte de atuação, objeto, instrumentos e produto), lamamoto diz encontrar subsídios para afirmar que a prática profissional do assistente social se configura como trabalho, ou seja, uma atividade teleológica, dotada de consciência e finalidade, e que possui uma utilidade social. Ela argumenta que:

Não resta dúvida de que o trabalho do assistente social tem um efeito nas condições materiais e sociais daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho. Em outros termos, tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho [...]. E o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos

quais se trabalha nas áreas da saúde, educação, condições habitacionais e outras. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora (IAMAMOTO, 2001, p. 67).

A referida autora deixa claro que o produto do trabalho do assistente social situa-se na reprodução da força de trabalho e das relações sociais, decorrendo daí a sua utilidade social. Para além dessa funcionalidade, é possível apontar que o trabalho do Serviço Social incide também no campo da produção de saberes, e é nesse ponto que José Paulo Netto discute o seu estatuto profissional. Como Netto expõe, a definição do estatuto do Serviço Social representa o fundamento para a eliminação de sua condição de subalternidade técnica, num processo de ruptura com concepções que colocam em xeque o seu aporte teórico. Dada a sua natureza intervencionista, observa-se que ainda existem concepções que o situam numa posição marginalizada. Para Netto (1992, p. 85),

[...] a afirmação e o desenvolvimento de um estatuto profissional (e dos papéis a ele vinculados) se opera mediante a intercorrência de um duplo dinamismo: de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhe são socialmente colocadas; de outra, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças (teórico e prático-sociais), aptos ou não para responder às requisições extrínsecas – e este é, enfim, o campo em que incide o seu sistema de saber.

Nesse sentido, percebe-se que o conteúdo desenvolvido pelo Serviço Social extrapola os limites da sua prática na concretude da realidade e desemboca também na produção de conhecimento. Assim, situar o Serviço Social nesse meio que exige o desenvolvimento de práticas que visam dar respostas às demandas do cotidiano, mas que também exige o desenvolvimento da capacidade de elaboração, teorização e planejamento, é necessário para entender o seu verdadeiro papel no interior da divisão sociotécnica do trabalho.

Considerando os elementos até então explicitados, compreende-se que o Serviço Social pode ser identificado como trabalho, tendo em vista que as atividades inerentes a ele se baseiam numa consciência e intencionalidade, num processo produtivo que tem uma finalidade. Um tipo de trabalho que possui um conteúdo sócio-histórico, que faz parte do processo de reprodução das relações sociais capitalistas. O Serviço Social se apresenta, assim, como uma forma de trabalho em que o seu produto não se revela num objeto material, mas na transformação e na reprodução das relações sociais, tão necessária quanto a produção de gêneros de

subsistência. Dessa forma, ele pode se localizar no campo teleológico secundário, onde a transformação se opera não sobre a natureza em si, mas no âmbito das relações sociais, de modo que

o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens (LUKÁCS, 2013, p. 84).

Assim, o Serviço Social como uma especialização do trabalho dentro da divisão sociotécnica do trabalho, fruto do desenvolvimento das relações de produção, opera sobre as relações sociais, sobre a consciência de um grupo humano. Portanto, compreender o Serviço Social como trabalho é pressuposto para entender o seu significado na sociabilidade regida pelo capital, o seu sentido e o fim da atividade desenvolvida pelos profissionais dessa área. É imprescindível compreendê-lo como produto e produtor das relações sociais, envolto nos processos desenvolvidos no cenário do capitalismo.

Compreender o Serviço Social como trabalho pressupõe, ainda, entender que os assistentes sociais participam do processo de compra e venda da sua força de trabalho, visto que não possuem todas as condições objetivas de realização da sua prática profissional. Nesse processo, os profissionais se subjugam aos ditames do mercado de trabalho, às formas de contratação, exploração e retribuição salarial. Não há como negar, então, que o Serviço Social, como trabalho, também se torna refém dos imperativos do capital, seja no conjunto das transformações das relações de trabalho, entre profissionais e empregadores; seja no desmonte do sistema de proteção social, local onde se origina e repousa a atividade profissional. Como pontua Iamamoto (2012, p. 416),

[...] o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem no Estado e nos organismos privados [...] os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional [...]. A mercantilização da força de trabalho do assistente social, [...], subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

A categoria de assistentes sociais experimenta, na contemporaneidade, as incertezas e inseguranças promovidas pelo mercado de trabalho. Como trabalhadores assalariados, não estão imunes às transformações ocorridas no mundo do trabalho, com seus aspectos de precarização e evidente degradação. Dessa maneira, terceirizações, remunerações por produção, trabalhos por projeto, trabalho por tempo determinado, são algumas das formas de contratação que inúmeros assistentes sociais vivenciam na atualidade. Aliado a isso, tem-se a baixa remuneração ofertada pelos serviços prestados, a qual repercute na desvalorização do trabalho executado pelos profissionais, dando a conotação de que é um trabalho de baixa complexidade e que pode ser substituído pelo de outro profissional não especializado. Observa-se, também, a crescente incompatibilidade do número de profissionais em relação aos postos de trabalho disponíveis, estes em menor quantidade do que aqueles, provocando uma realidade de desemprego na área de Serviço Social. Chega-se a falar na existência de um “exército assistencial de reserva” (IAMAMOTO, 2009, p. 42), dado o aumento do contingente de profissionais graduados a cada ano no País²³, cujo mercado de trabalho não consegue absorver a contento. Tal fato incide no fenômeno do “achatamento” salarial, em que a remuneração de assistentes sociais sofre uma considerável redução, isto porque a grande presença de profissionais sem colocação no mercado gera uma concorrência que empurra o valor das remunerações para baixo.

Além disso, percebe-se que os rebatimentos das transformações nas esferas econômica e política incidem no processo de precarização dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, principalmente naqueles em que o Estado é o empregador. Isto porque, no projeto de reforma do Estado, apontado linhas atrás, há a tendência em reduzir os investimentos nas políticas sociais, acarretando impedimentos ao exercício profissional, exatamente pela falta de recursos para planejar e executar as ações. Esse também se configura num componente da precarização do trabalho do assistente social, agudizado pela realidade de instabilidade no espaço de trabalho e pela redução, ou quase desaparecimento, dos concursos públicos para provimento de vagas de Serviço Social.

Diante dos fatos abordados, apreender o Serviço Social como trabalho requer o entendimento de que ele é parte do processo de constituição das relações

²³ De acordo com dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), até o ano de 2016, existem no País cerca de 171.000 assistentes sociais registrados nos seus respectivos Conselhos Regionais.

entre os homens, dentro do contexto social e histórico do sistema capitalista. Nisso ele apresenta suas particularidades, ou seja, possui um objeto que lhe é peculiar; um instrumental concreto/consistente, embora, às vezes, não seja palpável; e um produto, frequentemente imaterial. Ademais, tais particularidades não estão deslocadas no tempo e no espaço; ao contrário, elas têm vinculação com a dinâmica social e histórica da realidade em que se insere. E é isso que define o conteúdo do trabalho do Serviço Social. Portanto, para compreender-se o Serviço Social como trabalho, ou especialização do trabalho, é necessário considerar o sentido sócio-histórico da profissão e da própria categoria trabalho.

3.2 DEMANDAS POSTAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E O PROCESSO DE TRABALHO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

É preciso ter sempre em mente que a prática profissional do assistente social se encontra nas relações sociais tecidas no contexto do capitalismo. É na reprodução dessas relações que os assistentes sociais desenvolvem seu trabalho, condicionados por determinantes histórico-sociais, mas direcionados por um projeto profissional.

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam elas dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2001, p. 69).

Esse trabalho especializado se materializa, na grande maioria das vezes, no espaço institucional, local para onde as demandas da população se encaminham. A instituição, não resta dúvida, é o lugar privilegiado em que se dá o trabalho do assistente social e é permeada por particularidades que interferem no desenvolvimento da intervenção profissional. Dessa maneira, é necessário entender com profundidade a dinâmica institucional para poder empreender uma atuação profissional consciente e aproximada dos princípios expressos no Código de Ética

do Assistente Social, o qual reconhece a liberdade como valor ético central; que preza pela defesa intransigente dos direitos; que visa ampliar e consolidar a cidadania, num exercício de defesa e aprofundamento da democracia; que assume uma posição em favor da equidade e da justiça social; que zela pela eliminação de todas as formas de preconceito, com vistas à construção de uma nova ordem societária (BRASIL, 2012).

Faz-se necessário, também, compreender as instituições como parte e expressão das relações capitalistas de produção, como instrumentos que podem atuar para a manutenção da hegemonia capitalista, no que remete à formação de consensos e apassivamento das classes subalternas. Como aponta Faleiros (2015, p. 78), “as instituições, do ponto de vista marxista, garantem a reprodução da força de trabalho imediata ou mediata para o capital e sua subordinação política”. Nesse sentido, as instituições cumprem um papel ideológico junto às massas populacionais, de maneira a ratificar o projeto expansionista do capital. Isto porque, como se pode observar, é por meio das instituições que as políticas sociais são desenvolvidas, e essas políticas – que são respostas às demandas sociais da classe trabalhadora, mas também servem como mecanismo de apaziguamento dos conflitos gerados no bojo das contradições de classes – são essenciais para o preparo do terreno propício à expansão e ao domínio do capitalismo.

Segundo Faleiros (2015), as instituições sociais são organizações em que as políticas sociais se desenvolvem, e sua estrutura aparece como canal de articulação das relações entre o Estado e a sociedade civil. De acordo com o referido autor, elas se traduzem em aparelhos das classes dominantes para obter o consenso social necessário à manutenção da sua hegemonia e a direção sobre os processos sociais. Dessa maneira, o espaço institucional se apresenta como espaço de controle social, em que as políticas sociais exercem papel fundamental, não somente na reprodução da força de trabalho, mas também na inibição de conflitos e garantia da paz social, fecunda ao desenvolvimento capitalista. Para o autor acima citado, “a ordem social e a “paz social” propiciam as condições necessárias para que o processo de acumulação do capital não seja ameaçado pela perturbação das relações sociais de produção, para que a propriedade dos meios de produção não seja ameaçada” (FALEIROS, 2015, p. 49).

Nesse contexto, as instituições apresentam aspectos de autoritarismo, de coerção e de controle, de modo a dirimir um processo de moldagem dos

comportamentos dos indivíduos demandantes dos serviços sociais. Destarte, “a instituição é vista como o domínio do indivíduo para sua adequação às exigências do poder que sobre ele se estabelece [...]” (FALEIROS, 2015, p. 63). Portanto, de acordo com o autor, a instituição se apresenta como o lugar da disciplina.

Os espaços institucionais abrigam as possíveis respostas aos carecimentos da população usuária, os quais são oriundos da questão social, entretanto, chegam à instituição de forma fragmentada, emergencial e pontual. Tal fato implica na elaboração de respostas também fragmentadas, parciais e simbólicas às demandas dos usuários, que não são compreendidos como uma totalidade, mas como partes diferenciadas de acordo com os problemas que apresentam. Dessa forma, a estruturação das instituições ocorre em função das categorias especiais de “clientela”: pobres, idosos, mulheres, crianças, adolescentes, doentes etc.. De outro modo, observa-se que muitas das demandas dos usuários são forjadas pelas instituições e são apropriadas pelos usuários como suas, como por exemplo, determinadas políticas, projetos, programas e serviços que são elaborados para atender sequelas de expressões da questão social e que são implementadas de forma autoritária, “de cima para baixo”, sem a participação da população interessada. Como afirma Vasconcelos (2015, p. 512),

[...] as demandas espontâneas/explicitas dos usuários que *aparentemente* forçam o movimento institucional em determinada direção, na realidade, são demandas forjadas pelas instituições a partir dos bens e serviços que disponibilizam (ou anunciam disponibilizar) para os trabalhadores, através das políticas sociais, públicas ou privadas e que, nesse sentido, favorecem o obscurecimento das demandas substantivas que expressam as necessidades fundamentais e interesses históricos, individuais e coletivos, dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. É o oferecimento e a operacionalização dos serviços e recursos socioinstitucionais disponibilizados/anunciados que facilitam/estimulam/constrangem os trabalhadores/usuários a fragmentar e priorizar, “espontaneamente”, determinadas necessidades (individuais e coletivas), apresentadas através de demandas individuais, de forma fragmentada (grifos da autora).

Nesse sentido, pode-se pensar o espaço institucional como um espaço de rigidez, de controle e de autoritarismo, em que as demandas postas pelos usuários se subjugam aos interesses da instituição, e da política social a ela combinada, num processo que não responde substancialmente às necessidades individuais e coletivas da classe trabalhadora. No máximo, fornecem paliativos para o problema exposto emergencialmente, mas não chegam a atingir a raiz da problemática,

porque a sua apreensão é superficial, focada na aparência, e não na essência do que realmente provoca o aparecimento das necessidades sociais.

Assim, faz-se necessário ter clareza de que as instituições se revelam como um local contraditório, onde se expressam (e se chocam) os interesses de classes. Aos assistentes sociais é exigido o entendimento de que elas são locais nos quais se reproduzem as contradições oriundas das relações estabelecidas na sociedade de classes, em que os interesses e objetivos de cada estrato social são conflitantes. Desse modo, percebe-se que a “correlação de forças” (FALEIROS, 2015) é própria do espaço institucional, pois nele verifica-se o confronto entre os interesses institucionais, os interesses profissionais e os interesses dos usuários. A instituição é, ainda, o local onde se dão disputas de poderes e, nesse jogo, colocam-se em desvantagem aqueles indivíduos com menor capacidade de apreensão crítica da realidade, que não estão aptos a fazer uma leitura da dinâmica institucional e visualizar os interesses, contradições e possibilidades ali presentes. Assim,

o espaço institucional/cotidiano profissional, na sua complexidade, coloca em confronto diferentes objetivos. Dependendo da qualidade da sistematização do material, é possível confrontar os objetivos institucionais, os objetivos profissionais e os objetivos dos trabalhadores/usuários presentes nas necessidades e demandas manifestadas, que, apreendidos nas suas contradições, conexões e relações necessárias, enriquece e potencializa a análise (VASCONCELOS, 2015, p. 508).

É nesse movimento, então, que o “saber profissional” se sobressai como instrumento que viabiliza o trabalho do assistente social na consecução dos seus objetivos profissionais. Em tal processo, a análise da realidade social e institucional, articulada ao exercício profissional crítico e comprometido, é essencial para possibilitar a construção de uma nova “correlação de forças” e implementar mudanças na dinâmica institucional. Não se pode desprezar, entretanto, o fato de que as mudanças no âmbito institucional estão muito mais condicionadas pelas tendências do desenvolvimento das forças produtivas, do que pela força das relações intrainstitucionais. Porém, isso não quer dizer que se deva assumir uma postura fatalista, considerando que a transformação do espaço institucional independe do movimento das forças internas; pelo contrário, a disputa de ideias, a adoção de comportamentos críticos e a tomada de decisões na atuação profissional podem se mostrar eficientes para engendrar mudanças (às vezes tímidas, às vezes substanciais) no cotidiano da instituição. Tal processo pode, muitas vezes, refletir

nas relações para além das paredes institucionais, acarretando mudanças nas relações sociais mais gerais.

Note-se que a instituição exerce um poder sobre a forma de atuação das categorias profissionais. Assim, o trabalho dos assistentes sociais é permeado por imposições dos órgãos empregadores e imperativos institucionais, como, a organização hierárquica da gestão, a ideologia dominante, a burocracia excessiva, a infraestrutura institucional, a legislação, o orçamento disponível. Tudo isto interfere e/ou limita a prática profissional. Desse modo, os assistentes sociais se veem frente ao desafio de transpor a realização de um trabalho condicionado pelas requisições institucionais. Muitas vezes, atender as requisições da instituição, que são impositivas, significa afastar-se do real sentido da prática profissional de viabilização de direitos. Portanto, faz-se necessário estar sempre no campo de visão do profissional que o seu compromisso primordial é com a população usuária dos serviços. Como afirma Vasconcelos (2015, p. 436), “quanto mais afastados dos usuários, mais os assistentes sociais estarão submetidos e submissos às requisições institucionais e aos interesses específicos de gestores e demais profissionais [...]”.

É evidente que, para os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, o enfrentamento das normas e requisições institucionais, no intuito de atingir os objetivos do seu projeto profissional, não é uma tarefa simples. Muitas vezes as imposições se solidificam intensamente, ao ponto de a lógica do trabalho passar a ser o cumprimento das normas institucionais, e o objeto sobre o qual incide a ação profissional deixar de ser o problema social, para se tornar a perturbação da ordem institucional (FALEIROS, 2015). Nesse sentido, o dilema que se coloca para o assistente social é a subordinação às normas institucionais, como trabalhador assalariado, mas também a sua vinculação e compromisso com o público usuário. Nesse jogo de forças, Faleiros identifica uma possível e grave consequência:

O que mais se observa é a acomodação, os profissionais passam a acomodar-se às instituições, passam realmente a se identificar com os seus objetivos e assim perdem sua própria identidade: transformando-se em simples executores, sem nenhuma reação, acomodando-se totalmente às funções determinadas pelas normas institucionais (FALEIROS, 2015, p. 93).

Apesar dessa constatação do autor, não se pode tomá-la como uma verdade imutável, tampouco um fenômeno que venha a ser recorrente. Observa-se

que os assistentes sociais têm travado embates no interior das instituições em busca da realização de um trabalho comprometido com a viabilização dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora. Desse modo, a eficiência e a eficácia da prática profissional estão para além do cumprimento das normas institucionais. Isso se deve ao fato de que assistentes sociais devem ancorar sua atuação profissional no conhecimento teórico aprofundado da sociabilidade capitalista, no exercício de análise das contradições sociais e na capacidade de elaboração de estratégias de ação para responder às demandas geradas pela questão social. De acordo com Vasconcelos (2015, p. 432),

Se do conhecimento não se extraem diretamente indicativos para a ação, mas somente através de complexas mediações, não se terá uma prática eficiente, inovadora, radicalmente crítica, propositiva, criativa, se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes [...]. Conhecimentos que, mediando a atividade profissional, vão possibilitando revelar e identificar as estratégias, as alternativas e as ações necessárias, tendo em vista as finalidades e os objetivos que referenciam o planejamento e sua transformação em realidade no cotidiano profissional.

Assim, diante da conjuntura expansionista do capitalismo, com a exacerbação da exploração do trabalho e da acumulação do lucro, o acirramento da questão social, o corte de recursos para políticas sociais e a desresponsabilização do Estado perante o atendimento das necessidades sociais, eis que está posta a principal demanda para o trabalho dos assistentes sociais no cenário contemporâneo: a análise em profundidade do contexto social, com vistas à elaboração de estratégias de trabalho que correspondam aos princípios contidos no projeto ético-político profissional.

Nessa busca, é imprescindível lançar mão do conhecimento sobre a dinâmica social, fundamentado em teorias que dão conta do movimento da realidade, das suas contradições, dos seus determinantes, a fim de que se possam construir respostas para enfrentar os desafios que se colocam no cotidiano profissional. Desse modo, a prática profissional deve estar fundada em instrumentos teóricos, os quais podem apontar a direção em que se deve nortear a atuação profissional. São conhecimentos que auxiliam no estabelecimento de uma leitura crítica da realidade concreta, visando compreendê-la e nela intervir. Logo,

Trata-se de identificar na realidade e definir/priorizar/realizar estratégias e ações e atividades que se impõem e que são essenciais e indispensáveis,

não só ao acesso às políticas sociais como direito do cidadão e dever do Estado, mas também aos processos de formação, mobilização e organização das massas trabalhadoras, tendo em vista sua participação no controle social dos serviços prestados e na imposição de limites ao capital (VASCONCELOS, 2015, p. 432).

A partir desse perfil interpretativo da realidade social por parte dos assistentes sociais, tendo à mão a dimensão teórico-metodológica do seu trabalho, é que se pode imprimir qualidade à prática profissional e, por consequência qualificar os espaços institucionais. Assim, de acordo com a pesquisa realizada com os assistentes sociais do IFCE, percebe-se que a dimensão teórico-metodológica da profissão permeia o cotidiano de trabalho desses profissionais, de maneira a propiciar o entendimento dos fenômenos que se apresentam para além da imediatividade. Desse modo, os assistentes sociais pesquisados apontam como sendo a teoria social marxista, a perspectiva mais adotada na prática profissional. Embora as demandas imediatas se sobressaíam no dia a dia de trabalho, sobre as quais, muitas vezes, não há possibilidade de realização de uma reflexão aprofundada, os assistentes sociais consideram que a teoria crítica é aquela que permite uma apreensão das contradições sociais, dos conflitos de classes, a compreensão da realidade em sua totalidade e a possibilidade de transformação social. Compreendem, ainda, que o arcabouço teórico absorvido na formação profissional, bem como as legislações, articulados à teoria crítica são essenciais para instrumentalizar a atuação profissional. Destarte, quando perguntados sobre qual perspectiva teórico-metodológica que orienta o trabalho, os profissionais expressaram que:

É uma perspectiva de transformação, uma perspectiva de um Serviço Social crítico, que se posiciona politicamente, que tem posicionamentos em favor da classe trabalhadora, e para isso a gente lança mão do que vem sendo construído teoricamente pela nossa profissão. Mais no campo da teoria crítica (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Na minha concepção a perspectiva teórico-metodológica que norteia o meu trabalho é a do materialismo histórico dialético. Dessa percepção das contradições dentro do meu campo de trabalho, identificando esses atores, identificando quem eles são e as posições que eles estão, em que tipo de embates eles estão colocados. Então, o materialismo histórico dialético ele traz essa dimensão das contradições que são colocadas dentro do trabalho do assistente social (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Então assim, a gente também tem uma teoria, uma metodologia digamos, central do Serviço Social. Teoria social crítica, método dialético. Mas que

não é só assim. A gente sabe que desenvolver essa teoria social crítica e esse método dialético em nosso trabalho requer a gente ter uma formação pra isso, uma formação continuada. Desenvolver um trabalho teórico, se qualificar, tentar estar atualizado permanentemente seja com a legislação social em geral, seja com a temática da educação, com a temática do Serviço Social. [...] Para que você consiga produzir respostas qualificadas pra demandas que chegam pro seu trabalho. Eu saber para onde eu direciono o meu trabalho, quem é meu público-alvo, que não é so responder ao meu chefe, mas responder a uma demanda do estudante, que é para ele que serve meu trabalho, minha finalidade no meu trabalho. E nessa perspectiva de construir algo diferente (ASSISTENTE SOCIAL 11).

É possível identificar nas falas, ainda, que aqueles profissionais não desprezam perspectivas teórico-metodológicas que levam em consideração a subjetividade, a cultura, mas a perspectiva predominante é a do materialismo histórico dialético.

Aliadas à dimensão teórico-metodológica, as dimensões técnico-operativa e ético-política possibilitarão aos assistente sociais a construção de um trabalho crítico, criativo e propositivo, com capacidade de impulsionar novas ações e projetos, rompendo com atividades rotineiras e burocráticas e afastando-se do tradicionalismo do Serviço Social. Isso impõe ao exercício profissional maior qualidade na elaboração das ações e permite que a categoria se utilize de todos os recursos institucionais disponíveis, fazendo valer a sua “relativa autonomia”²⁴. Como observa Vasconcelos (2015, p. 533),

[...] é a prática qualificada que vai impondo no movimento institucional um novo modo de ser e estar dos assistentes sociais, o que vai trazer como consequência o reconhecimento por parte da instituição e dos usuários. Do mesmo modo que o grau de autonomia, essa é uma conquista que se dá continuamente através de ações e não de conversação.

É importante ressaltar que a efetivação de um trabalho qualificado requer um esforço coletivo de sistematização das ações, para que elas estejam em consonância com o projeto profissional almejado. No entanto, verifica-se que esse esforço ainda não é predominante nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes

²⁴ De acordo com Iamamoto, a condição de trabalhador assalariado, além de enquadrar o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, também molda a sua inserção socioinstitucional, pelo fato de este profissional não possuir todos os meios necessários à efetivação de um trabalho autônomo: financeiros, técnicos e humanos. Assim, o trabalho do assistente social se submete a um conjunto de condicionantes que impõem limites à consecução do seu projeto profissional, impondo à sua atuação uma autonomia relativa. Dessa maneira, “verifica-se pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho” (IAMAMOTO, 2012, p. 424).

sociais e no conjunto da sociedade. Fato que compromete a força da categoria profissional, estabelecendo um processo contínuo de desmobilização. Processo este que pode favorecer a constituição de um movimento que coloque em xeque a importância do Serviço Social como profissão e provoque a descartabilidade da categoria de assistentes sociais.

No entanto, a competência de fazer uma leitura apurada da sociabilidade capitalista e suas intenções, e a capacidade de elaborar estratégias de atuação que desviam/burlam os objetivos desse sistema em favor da efetivação dos direitos das classes subalternas e do enfrentamento da questão social, são caracteres peculiares e imprescindíveis para ratificar a permanência da categoria de assistentes sociais nos espaços de trabalho, marcando o caráter intelectual do perfil profissional. Caráter este que possibilita a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais, dentro de uma perspectiva da totalidade; que permite a análise da historicidade e da conjuntura da sociedade brasileira e suas particularidades; que proporciona a compreensão do significado social da profissão; e que permite a identificação das demandas presentes na sociedade e as possibilidades de ação contidas na realidade, de maneira a elaborar respostas profissionais àquelas demandas (VASCONCELOS, 2015, p. 442).

É esse perfil que torna o trabalho dos assistentes sociais diferenciado e faz com que este profissional seja requisitado nos diversos espaços sócio-ocupacionais, os quais possuem especificidades e apresentam diferentes processos de trabalho. Segundo Iamamoto (2001, p. 106) isto implica que,

[...] não se tem um único e idêntico processo de trabalho do assistente social, na esfera estatal, em empresas, nas Organizações Não-Governamentais (ONG) etc. – e internamente em cada um desses campos. Portanto, não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social e sim de processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais.

A referida autora ainda ressalta que um dos grandes desafios da profissão é apreender as particularidades dos processos de trabalho, as feições que assumem, as possibilidades e limites presentes nos diversos campos de atuação e, mesmo assim, não perder de vista sua identidade profissional. Dessa maneira, há de se considerar que as peculiaridades dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social interferem no exercício profissional, seja pela natureza da instituição (pública

ou privada), seja pelo tipo de demanda atendida, pelo tipo de política social desenvolvida, pela forma como o trabalho é estruturado (interdisciplinar ou não), ou seja, são minúcias que permeiam os diferentes processos de trabalho. O que não se pode perder de vista, entretanto, é a matéria sobre a qual incide o trabalho do assistente social, que é a questão social, complexa e heterogênea.

Destarte, quando se trata de empreender um estudo sobre o processo de trabalho dos assistentes sociais no âmbito da educação, faz-se necessário levar em consideração alguns aspectos muito particulares. É preciso entender como se dá o desenvolvimento da educação, a sua historicidade, a sua construção na sociedade brasileira, a que demandas ela corresponde, a quem ela é direcionada, e por quem ela é administrada. Entender a dinâmica do processo de trabalho na educação pressupõe compreender criticamente a relação entre os interesses do público demandante e os interesses dos ofertantes desse serviço. Pressupõe, sobretudo, entender as contradições de classes existentes na sociedade capitalista e os seus rebatimentos na estruturação da política educacional no País.

Quando se fala de processo de trabalho na educação, a pergunta é sobre o que o assistente social faz. Nesta pesquisa, a análise do trabalho do assistente social na educação detém-se ao âmbito da educação profissional e superior no contexto do IFCE. *A priori*, o que vem à mente, está relacionado à operacionalização de políticas e programas de assistência estudantil que visam permitir a permanência dos estudantes no sistema de ensino. Olhando com um pouco mais de profundidade, no entanto, percebe-se que a operacionalização de ações de assistência estudantil é (ou deve ser) apenas uma parte do trabalho.

Na verdade, é preciso compreender que o objeto de trabalho do assistente social na educação não é a assistência estudantil, mas sim a questão social e suas refrações, as quais inviabilizam o acesso e a permanência dos sujeitos no sistema educacional. Assim sendo, interpretando a questão social e elaborando meios de atuação para minimizar os seus rebatimentos no processo educacional, os assistentes sociais buscam viabilizar o acesso à política de educação como um direito social. Para tanto, a prática profissional nesse âmbito tem de transpor a mera execução de ações dispostas nas normas e orientações da legislação vigente. Portanto, é relevante que o profissional faça uma leitura crítica da sociabilidade, da realidade institucional, dos meios de trabalho à disposição, ou seja, das condições

objetivas de realização do exercício profissional, a fim de instrumentalizar o processo de trabalho.

Dessa forma, o acompanhamento do movimento da realidade social e institucional, num processo contínuo de investigação, não pode estar dissociado da prática profissional, visto que a pesquisa é essencial tanto para desvendar os problemas provocados pela questão social, e como estes se refletem no público estudantil, como para nortear as ações, no sentido de alcançar a meta de viabilização do direito à educação. Como aponta Iamamoto (2001, p. 101),

O que importa salientar é que o acompanhamento dos processos sociais e a pesquisa da realidade social passam a ser encarados como componentes indissociáveis do exercício profissional, e não como atividades “complementares”. [...] Isso porque o conhecimento da realidade social sobre a qual irá incidir a ação transformadora do trabalho, segundo propósitos preestabelecidos, é pressuposto daquela ação, no sentido de tornar possível guiá-la na consecução das metas definidas.

Para a interpretação de que o trabalho na assistência estudantil se configura como uma tarefa simples, pode-se dizer que há um engano nessa afirmação. Observa-se que, nessa área, o trabalho do assistente social se mostra complexo, e se realiza para além do repasse de recursos financeiros garantidores da presença de estudantes no espaço educacional. Eis que nesse espaço a questão social se apresenta de diversas formas, para as quais o simples repasse de uma quantia monetária não resolverá ou minimizará as problemáticas identificadas, requerendo dos profissionais formas de intervenção que envolvam outras categorias profissionais, bem como necessitam de suporte localizado em outras políticas sociais. Diante disso, pode-se dizer que é preciso realizar uma análise concreta do movimento da realidade em sua totalidade, a fim de construir respostas para as demandas emergentes. Isto é, as respostas às demandas educacionais (e sociais) estão dadas na realidade, porém, somente uma interpretação cuidadosa de tal realidade, que leve em consideração os diversos elementos que a compõem, suas múltiplas determinações e conexões, é que pode munir os assistentes sociais, associado aos recursos materiais disponíveis, de meios para elaborar estratégias de atuação. Como observa Vasconcelos (2015, p. 458), “as respostas estão na realidade, mas não se revelam por si mesmas, nem a partir do que está aparente no fazer profissional. Sistematização e análise substantivas são necessárias e essenciais nesse processo”.

Se a análise do contexto de inserção do trabalho do assistente social na área educação é indispensável, considera-se que o planejamento das ações é de fundamental importância para a consecução dos objetivos de efetivação da educação como um direito. Participando do planejamento, o assistente social tem a possibilidade de mobilizar os recursos materiais e humanos necessários à efetivação de um trabalho comprometido com os interesses dos usuários. Além disso tem a possibilidade de vislumbrar alternativas de atuação que superem a administração de benefícios pecuniários ao corpo estudantil. Isto porque, para além desses benefícios (bolsas e auxílios), outras ações de educação são também importantes para proporcionar a formação integral dos indivíduos, como campanhas socioeducativas, rodas de conversas temáticas, trabalhos com famílias, ações de extensão institucional e atividades de formação política. Destarte,

no planejamento, trata-se de pôr o profissional/equipe em condições de definir e atingir objetivos, a partir da definição de estratégias, das atividades, instrumentos, técnicas, meios e recursos necessários, da identificação de oportunidades e de pôr o espaço profissional em condições de ser utilizado, tendo em vista os objetivos propostos (VASCONCELOS, 2015, p. 489).

Participando integralmente do processo de planejamento, execução e avaliação das ações, os assistentes sociais assumem uma posição de sujeitos da ação profissional, superando a posição de executores terminais de políticas, projetos e programas institucionais. A participação do assistente social, entretanto, precisa ser ampliada, pois ainda se apresenta tímida em alguns espaços sócio-ocupacionais. Conforme argumenta um dos profissionais entrevistados para essa pesquisa, a ampliação da participação do assistente social nos espaços de planejamento e de decisões é fundamental para qualificar esses espaços, visto que o assistente social tem uma bagagem de conhecimento que pode ser explorada e pode trazer grandes contribuições. Segundo o sujeito pesquisado:

Eu acho que o assistente social ainda precisa participar melhor, a gente precisa sair de uma situação de, às vezes, “ai porque não me dão espaço”, de a gente procurar espaço, de ir e conquistar os espaços e ir para o embate. A gente vai ter conflito sim, porque o nosso pensar é muito mais reflexivo e crítico do que muitas formas de pensar, então a gente vai ter esses momentos de embate, e a gente não pode perder. Aí eu vou participar porque são esses espaços que a gente precisa garantir, o espaço da fala, o espaço da discussão, que é um espaço público. A gente não pode ficar sempre na salinha, no ambiente de conforto, ou na zona de conforto, fazendo o trabalho, mas a gente tem que ousar um pouco mais, a gente tem

que sair, tem que mostrar a cara e conquistar os espaços. Porque assim, de uma maneira que alguém possa um dia olhar e dizer assim: que falta faz uma assistente social aqui, aqui devia ter uma assistente social (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Esse aspecto é de fundamental importância para confrontar a herança da subalternidade da profissão, expressando a sua potencialidade propositiva e criativa, com respaldo teórico e técnico. Ademais, vivenciando o processo de planejamento das ações e tornando-o uma prática constante na instituição educacional, pode-se desenvolver uma atuação profissional que supere a superficialidade e a fragmentação, e que contribua com ampliação do acesso e efetivação da educação como um direito social. Além disso, possa contribuir também para o alargamento dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, mostrando a necessidade e importância desse profissional intervindo nas diferentes políticas sociais.

3.3 CONDICIONANTES À MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO CENÁRIO NEOLIBERAL

Discutir a materialização do projeto ético-político do Serviço Social se apresenta como uma necessidade urgente em tempos de desestruturação do sistema de proteção social e de retração dos direitos. Além disso, para esta pesquisa, a discussão acima suscitada se mostra como essencial para interpretar de que maneira a realidade de desmonte das políticas sociais, dentre elas a educação, interfere no cotidiano profissional dos assistentes sociais do IFCE, impondo limites a sua atuação e prejudicando a concretização do projeto ético-político da profissão. Dessa forma, é preciso ter clareza de como a nova configuração do sistema capitalista e a proposta neoliberal vem impetrando mudanças no contexto brasileiro, no que remete, principalmente, à redução da democratização das políticas públicas e à fragilização dos direitos sociais. Assim, é importante perceber que os elementos que compõem a nova ordem pautada pela ideologia neoliberal para a elaboração das políticas sociais colocam-se como desafios à efetivação do projeto ético-político do Serviço Social sob tais condições. Portanto, a análise aprofundada sobre o contexto societário vivenciado, realizada linhas atrás, permite ter uma compreensão mais apurada dos desafios a serem transpostos pelos profissionais e as estratégias coletivas de materialização do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Antes de tudo, é preciso compreender que o projeto ético-político de uma determinada profissão está imerso num contexto maior, isto é, ele está ligado a um determinado projeto societário. Sabendo-se disso, um projeto ético profissional pode estar alinhado ou contraposto ao projeto societário hegemônico na sociedade. Assim, o projeto profissional expressa a ideologia que impregna a profissão na condução da sua atividade; ele traduz a forma como os profissionais interpretam a realidade e a forma como orientam o seu trabalho numa dimensão política. Como afirma Netto ([200-], p. 4),

os projetos profissionais apresentam uma autoimagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Assim sendo, estando imersos num contexto histórico, social, econômico e político maior, os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários, os quais estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo. Teixeira e Braz (2009, p. 189) observam que um projeto profissional “[...] conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou perpetuação de uma ordem social”. Os autores acrescentam, ainda, que os projetos societários podem ser transformadores ou conservadores, e ressaltam que o projeto ético-político do Serviço Social se alinha a uma proposta transformadora da sociedade.

Observa-se que o projeto ético-político do Serviço Social, tal como se apresenta hoje, contrapõe-se às prerrogativas da sociabilidade do capital, de dominação e exploração de classe, de perpetuação das desigualdades sociais e das diversas formas de discriminação. No entanto, tal postura é fruto de um amadurecimento da profissão no Brasil, que tenta romper com o viés conservador impregnado na prática profissional desde a sua origem. Dessa maneira, o projeto do Serviço Social brasileiro – em constante processo de construção e atualização desde o final da década de 1970²⁵ e início de 1980 – expressa um amplo movimento

²⁵ O grande marco histórico desse processo foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado no ano de 1979, em São Paulo, o qual ficou conhecido como “o Congresso da virada”.

de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, articulado às lutas da classe trabalhadora e dos segmentos subalternizados contra a exploração e dominação capitalistas (IAMAMOTO, 2009).

A ruptura com o lastro conservador imprime no projeto profissional do Serviço Social a marca de uma prática profissional fundada na historicidade, na interpretação da realidade social, do seu movimento e de suas contradições. Desse modo, o rompimento com o conservadorismo, suscitado pelo projeto profissional, permite a análise teórico-crítica do exercício profissional e possibilita a superação de práticas autoritárias, fragmentadas e subalternizantes que sedimentam a ordem societária vigente. A leitura crítica da sociabilidade do capital expressa tanto o amadurecimento da profissão, como também mostra a qualificação teórica e política que o Serviço Social vem adquirindo ao longo dos tempos. Como pontua lamamoto (2012, p. 225),

o Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente, como o atesta a produção acumulada nas últimas duas décadas e o crescimento da pós-graduação.

Além disso, o projeto ético-político do Serviço Social reflete o compromisso da categoria de assistentes sociais com a ampliação e defesa dos direitos da classe trabalhadora, identificando-se com as demandas dessa classe. Nesse sentido, não se pode negar que, no momento de constituição do novo projeto profissional, a partir dos anos 1970, com a recusa do viés tradicional da profissão, os assistentes sociais mostram importante participação na construção e defesa dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais no País, onde a preservação dos direitos e o exercício da cidadania estavam reservados, historicamente, à elite dominante.

Esse novo projeto reflete a concepção de mundo e de sociedade que a categoria de assistentes sociais vem construindo, tendo por base a teoria crítica, que permite uma análise apurada da sociedade em sua totalidade. Ele revela o conteúdo ideológico defendido pela categoria e a direção política do exercício profissional. De acordo com Netto, um projeto profissional é preenchido de elementos éticos, os quais “[...] não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos

profissionais [...]” ([200-], p. 8). Dessa maneira, o projeto profissional, ao delimitar os princípios e objetivos, expressa em que direção a ação profissional se orienta, os compromissos sociais assumidos e a agenda política que se pretende concretizar. Assim sendo, o projeto profissional está para além de um conjunto normativo que molda o exercício profissional, ele demarca o próprio perfil da profissão. Como afirma Iamamoto (2012, p. 227),

[...] o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, voltada à autodefesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional centrado em si mesmo. Não está exclusivamente voltado para a obtenção da legitimidade e status da categoria na sociedade inclusiva – e no mercado de trabalho em particular – de modo a obter vantagens instrumentais (salários, prestígio, reconhecimento de poder no conceito das profissões). Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é *histórico e dotado de caráter ético-político*, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não embace a dimensão técnico-profissional (grifos da autora).

O núcleo do projeto ético-político do Serviço Social se encontra no reconhecimento da liberdade como valor central, decorrendo daí o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Dessa forma, esse projeto se vincula à construção de uma nova ordem societária, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. Expressa, ainda, a ampla defesa da democracia, a participação política dos sujeitos sociais, o compromisso com os interesses das classes trabalhadoras, a busca pela equidade social e pela minimização das injustiças sociais (BRASIL, 2012). Portanto, ao expressar esse conjunto de princípios e valores, percebe-se que o projeto ético-político do Serviço Social é incompatível com o projeto societário capitalista. Assim sendo, o referido projeto profissional coaduna com o processo de transformação social.

No contexto do capitalismo compreende-se que há um projeto assentado na preservação da sociedade de classes, permeada por antagonismos, em que, a cada dia, observa-se o acirramento das desigualdades sociais. Aliada a isso, observa-se a consolidação de um cenário pautado na precarização do trabalho e na negação dos direitos historicamente conquistados, por meio da estruturação do modelo neoliberal de gestão política, econômica e social. Como salienta Barroco (2009, p. 179),

Trata-se de um contexto de perda de direitos historicamente conquistados e de um processo de desumanização, no qual as condições para assegurar a manutenção da vida humana não estão sendo garantidas para grande parte da humanidade, em vários aspectos, materiais e subjetivos. O desemprego, a pobreza, a desregulamentação do trabalho e da proteção social, o aprofundamento da exclusão e da exploração, a violência, a degradação ambiental, a dependência político-econômica de centenas de países pobres em face da dívida externa, entre outros, evidenciam o abismo entre o desenvolvimento do gênero humano e a pobreza da maioria da humanidade.

A base de sustentação da sociedade do capital se encontra na exploração de uma classe sobre outra, no aprofundamento dos antagonismos entre ricos e pobres, na manutenção dos interesses das elites e no massacre impetrado contra a classe trabalhadora. Dessa forma, é contra esse modelo de sociedade que o Serviço Social – assim como outras categorias profissionais – se posiciona, expressando no seu projeto ético-político profissional o compromisso com a transformação social, por meio do enfrentamento das condições impostas pela sociabilidade capitalista. Tal projeto reflete as práticas e ideologias historicamente construídas no interior da categoria, as quais se identificam com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, contra toda forma de exploração e opressão dos segmentos mais fragilizados da sociedade. Portanto, o projeto ético-político do Serviço Social

[...] é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 193).

Desse modo, na pesquisa realizada com os assistentes sociais do IFCE, percebe-se que os profissionais têm como propósito, na realização do seu trabalho, a materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Com base nesse projeto, buscam nortear suas ações a partir dos princípios da equidade, da defesa dos direitos, da justiça social, da liberdade, da eliminação das diversas formas de preconceito, da construção e preservação da autonomia dos sujeitos; enfim, são ações cuja direção aponta para os princípios do Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 2012). Além disso, de acordo com as considerações dos interlocutores, percebe-se que a perspectiva societária para qual orientam o seu trabalho na instituição, é voltada para a transformação da sociedade, isto é, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem dominação/exploração de

classe e sem discriminações. Assim, entende-se que os profissionais orientam suas ações numa perspectiva de constituição de um projeto societário antagônico ao do capitalismo. Como declaram os entrevistados, acerca do direcionamento do seu trabalho:

Eu direciono para uma sociedade, que seja uma sociedade mais justa, uma sociedade que respeite a diversidade, que entenda que diferença não é desigualdade, que a gente pode ser diferente e que a gente é diferente, mas isso não significa que isso me torna mais importante do que você. A diferença apenas nos enriquece, não nos torna desiguais. Então eu trabalho nessa perspectiva de sociedade; e eu trabalho na desconstrução de uma ideia arraigada que as coisas tem que ser assim, porque sempre foram e sempre serão, então eu acho que não, que nem sempre foram e nem sempre serão, e minha ação diária é no sentido de desconstruir isso, é no sentido de fazer com que vejam que as coisas podem ser diferentes, que “se eu fiz isso”, mas eu posso fazer diferente (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Acredito que o meu trabalho, apesar de entender que tem várias contradições no interior dele, eu sei que o meu trabalho como assistente social, muitas vezes reforça a manutenção dessa sociedade, mas a minha perspectiva é de uma outra sociedade, uma sociedade em que não haja desigualdades, que não haja classes sociais, que não haja opressão. Sei que, muitas vezes, o nosso trabalho é demandado para reforçar isso que está ali, mas a minha perspectiva é de uma sociedade mais justa (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Como apontado anteriormente, o projeto ético-político expressa, também, um processo de amadurecimento profissional da categoria, em que observa-se um exame das práticas conservadoras a partir da aproximação com o pensamento crítico e da identificação com as lutas e demandas da classe trabalhadora. Nesse sentido, a defesa pela ampliação e consolidação dos direitos sociais compõem a agenda do Serviço Social no seu cotidiano de ação. Essa empreitada, entretanto, é tensionada pela conjuntura social contemporânea, erguida sobre a base do projeto neoliberal, em que se vê o encolhimento dos direitos, a precarização das políticas sociais, a desresponsabilização do Estado quanto à proteção social e o desmantelamento dos canais de participação popular. Dessa maneira, um dos maiores desafios postos para o Serviço Social brasileiro, como aponta Boschetti (2013, p. 64), é

[...] atuar no espaço contraditório da luta por (e concretização de) direitos e políticas sociais universais em uma sociedade profundamente desigual, assentada em relações sociais e econômicas que reiteram a barbárie, a violência, a exploração e opressões de gênero, etnia e orientação sexual.

Na atual conjuntura neoliberal, a materialização do projeto ético-político do Serviço Social está cada dia mais desafiadora, tendo em vista as tendências de privatização e/ou de precarização das políticas sociais, tais como educação, saúde, previdência, habitação e assistência social, com tendência a ações focalistas e fragmentadas. Desse modo, o dia a dia de trabalho dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais é fortemente tensionado pelas medidas de ajuste adotadas pelos governos, as quais reforçam o esfacelamento dos direitos sociais, impondo restrições à prática profissional e interferindo negativamente na consecução dos objetivos de ampliação e defesa dos direitos da classe trabalhadora. Destarte, mesmo os assistentes sociais apresentando um amadurecimento em relação às concepções que norteiam o seu trabalho, tendo a clareza tanto dos objetivos a que se propõe a sua ação, como dos princípios que orientam a profissão, deparam-se, ainda, com situações concretas que obstaculizam a efetivação do projeto ético-político profissional. A questão da universalização dos direitos e das políticas sociais é diariamente ameaçada pelas medidas apontadas pelos governos, como forma de superar a crise econômica pela qual passa o país. Para o Serviço Social, entretanto, a universalização dos direitos, a busca pela igualdade e justiça social são mais do que opções, são frentes de luta e de defesa.

Essa busca, entretanto, a cada dia, vem sendo sabotada, segundo os interlocutores desse estudo, pelas condições objetivas desfavoráveis existentes nos espaços sócio-ocupacionais, visto que tais condições concorrem muito mais para reforçar práticas excludentes e que comungam com os objetivos do capital, do que para a materialização do projeto ético-político do Serviço Social. “É como se você estivesse numa corda, aí a profissão lhe puxa de um lado e o cotidiano lhe puxa de outro”, descreve o Assistente Social 01. Os frequentes cortes orçamentários impetrados ao programa de assistência estudantil do IFCE é um exemplo dessa prática que potencializa os impedimentos ao acesso dos indivíduos à educação, impondo aos assistentes sociais condicionantes à realização de um trabalho voltado à efetivação da política de educação como um direito universal. Assim sendo, os assistentes sociais consideram, ainda, que a realidade mostra que a transformação social almejada está cada dia mais ameaçada, tendo em vista que o capitalismo vivencia crises, mas consegue superá-las, reinventando-se e tornando-se cada vez mais forte.

Ao reconhecerem as contradições sociais e lidarem com o seu enfrentamento, os assistentes sociais almejam a constituição de uma sociedade igualitária, sem dominação e exploração de classe, sendo, para tanto, necessário ter consciência dos limites e determinações que condicionam as suas ações no terreno do capitalismo. Nesse sentido, Boschetti (2013, p. 68) salienta que,

o sentido da defesa dos direitos, nos marcos da sociabilidade capitalista, portanto, é o de lutar para universalizar o acesso a bens e serviços, para redistribuir a riqueza socialmente produzida pela ampliação de acesso ao fundo público, para fortalecer as lutas políticas a fim de consolidar a emancipação política e democratizar os espaços públicos, para ampliar o acesso aos bens e serviços e gritar contra as diferentes formas de discriminação e opressão. Não se trata de confundir a luta por direitos com a luta pela emancipação humana, pois esta só será possível com a supressão da ordem burguesa e instauração da igualdade substantiva, a igualdade de condições.

Destarte, é preciso ter clareza de que a materialização do projeto ético-político do Serviço Social é limitada pelas cercas demarcadas na sociabilidade capitalista, logo o ideal de alcançar a emancipação humana se torna improvável enquanto esse tipo de sociabilidade subsistir. Assim, a efetivação do projeto ético-político esbarra nos limites à ação profissional existentes nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Isto porque, conforme assinala Almeida (2013), como trabalhadores assalariados, os assistentes sociais tem sua autonomia profissional limitada por determinações impostas pelas instituições que organizam os serviços sociais prestados. Porém, o mesmo autor ressalta que a existência dessas limitações expressa as condições de exercício da autonomia profissional, mas não a sua negação. Ademais, Almeida chama a atenção para o fato de que é nos espaços de intervenção profissional, preenchidos de contradições, que se abrem as possibilidades de se desenvolver um processo contra-hegemônico e de resistência ao projeto societário do capital.

Nesse sentido, observa-se que a realização do projeto ético-político do Serviço Social é cotidianamente tensionada pelo caráter da conjuntura social contemporânea, bem como pelas dinâmicas institucionais limitantes do exercício profissional. Dessa forma, a efetivação daquele projeto se configura como forma de resistência e frente de luta contra o sistema capitalista, que avança no seu objetivo de atingir superlucros por meio da exploração exacerbada da força de trabalho e da degradação da vida como um todo.

Se ter a consciência desse contexto é essencial, mais imprescindível ainda é poder extrair dele as estratégias que tornem possível a materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Como enfatizam Teixeira e Braz (2013, p. 197),

[...] diante do quadro atual – de continuidade da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e resistência dos movimentos organizados do trabalho –, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória [...]. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

Faz-se necessário compreender, também, que a materialização do referido projeto requer a ruptura com tendências profissionais que coadunam com a reatualização de práticas conservadoras. Talvez esteja aí o grande desafio a ser enfrentado na atualidade, para a efetivação desse projeto profissional. Isto porque o novo perfil assumido pelas políticas sociais no País se apresenta como um solo fértil para o desenvolvimento de práticas conservadoras, fragmentadas, residuais, ausentes de criticidade, fincadas no imediatismo. Desse modo, é possível identificar formas de atuação profissional que desprezam uma análise mais aprofundada da sociedade e da questão social em sua totalidade. Assim, formas de atuação pautadas no imediatismo, preenchidas de aspectos preconceituosos e, até mesmo, com viés religioso, as quais tomam como foco o indivíduo ou grupo e sugestionam o estabelecimento de uma reforma moral da sociedade, estão cada vez mais presentes no meio profissional. Portanto, o enfrentamento ao retorno do conservadorismo no exercício profissional do assistente social se coloca como mais um desafio à materialização do projeto ético-político do Serviço Social, visto que as práticas conservadoras contribuem para limitar o exercício da liberdade e para negação dos direitos da classe trabalhadora.

No contexto do IFCE, a presença de posturas conservadoras ainda persiste, embora essa tendência não seja a predominante entre os assistentes sociais. Observa-se, então, o desenvolvimento de práticas que remontam à realização de uma análise fragmentada da realidade dos indivíduos, não articulada ao seu contexto familiar e social, ou seja, uma análise desvinculada da totalidade;

outras, que desconsideram o diálogo e o debate acerca dos processos de trabalho na educação; e, ainda, existem práticas que pouco estimulam a participação dos sujeitos demandantes das ações de assistência estudantil, com vistas à superação da passividade e do não exercício da crítica à ordem vigente – seja em relação à instituição ou à sociedade. Para efetivar essa contraposição ao conservadorismo, entretanto, é preciso tornar constante no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, o exercício de análise profunda da conjuntura social, em seus aspectos econômico, político e cultural, ao mesmo tempo em que se faz necessária a contínua aproximação com os estudos em matéria de Serviço Social, a fim de estimular o aprofundamento teórico-metodológico dos profissionais.

Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa (NETTO, [200-], p. 16).

Como ainda assinala Netto, a recusa ao conservadorismo e a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social supõe uma nova relação com os usuários dos serviços sociais. Nesta relação cabe o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e o estímulo à participação dos usuários na gestão e controle dos recursos institucionais, como forma de ampliação da democracia. Além disso, a materialização desse projeto requer a aliança da luta coletiva da categoria de assistentes sociais com a luta dos trabalhadores organizados e movimentos sociais, através de ações coletivas concretas, com conteúdo político e combativo. Trata-se, portanto, de uma tentativa de construir, dadas as condições objetivas, canais de universalização dos direitos e minimização das desigualdades e injustiças sociais, tornando possível a materialização do projeto ético-político profissional.

É válido ressaltar que esse processo é fortemente tensionado pelo projeto neoliberal instaurado na realidade brasileira, o qual impõe à profissão o desafio à efetivação do seu projeto, num contexto de perda de direitos e aprofundamento das desigualdades sociais. Um cenário em que a jovem e frágil democracia nacional vem sendo, diariamente, golpeada por representantes de uma elite interessada na manutenção da sociedade de classes, na má distribuição da riqueza, na concentração do lucro e na exploração dos trabalhadores. Assim, no cotidiano profissional dos assistentes sociais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, as

ameaças à consecução do projeto ético-político são constantes, visto que as políticas sociais – área de concentração do trabalho dos assistentes sociais – experimentam um processo de retração de recursos e recortes na sua abrangência.

Tratando-se do campo da educação, pode-se notar dois aspectos que caracterizam um retrocesso na efetivação desse direito. Primeiro, observa-se que os investimentos na melhoria da qualidade da prestação desse serviço estão se reduzindo. Isto é, os recursos para otimização das estruturas físicas, para aumentar o número e qualificar os profissionais da área da educação, para incrementar programas e políticas de assistência estudantil estão sofrendo cortes a todo momento. Segundo, percebe-se o grande esforço para que os espaços educacionais se transformem em espaços propícios à expansão e consolidação da ideologia neoliberal capitalista. Observa-se que existe um esforço em adequar a política educacional às exigências do neoliberalismo, com a proposição e posterior aprovação de currículos escolares que não dão margem a uma formação crítica dos educandos, mas sim à formação tecnicista, esta útil ao capital²⁶. Nota-se, ainda, o empenho em transformar a educação numa espécie de “máquina” de adestramento dos indivíduos para realizar tarefas, mas sem fornecer a eles a possibilidade de realizar uma abstração e interpretação da realidade histórica e social.

Assim, tal processo aparece para o Serviço Social como mais um desafio a ser enfrentado – em conjunto com outras profissões inseridas no campo da educação – para a materialização do projeto ético-político profissional. Isto é, o desafio de efetivar a educação como um direito universal, que possibilite a formação de sujeitos críticos, com capacidade para a interpretação da sociedade e para intervir sobre ela, de modo a provocar uma transformação. Enfim, o desafio de concretizar a educação como instrumento libertador e não como elemento de aprisionamento dos indivíduos conforme os interesses do projeto capitalista.

²⁶ Faz-se referência à aprovação da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conhecida como “Lei da reforma do ensino médio”, em que se estabelece uma nova estrutura do sistema do ensino médio brasileiro, o qual terá um currículo norteado por uma Base Nacional Comum Curricular complementado por itinerários formativos nas áreas de conhecimento ou de atuação profissional.

4 OS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE)

Para se ter uma compreensão dos desafios postos ao trabalho do assistente social no IFCE, na contemporaneidade, é preciso entender a sua imersão na dinâmica dos processos pelos quais passaram a política de educação no Brasil, que culminaram na organização da atual rede federal de educação profissional e tecnológica, a qual ampliou o campo de atuação de assistentes sociais na educação. Desse modo, faz-se necessário contextualizar o surgimento e o desenvolvimento dessa rede de ensino no País, observando as motivações econômicas, políticas e sociais que impulsionaram as transformações na política educacional ao longo dos anos e que fundamentaram a criação dos Institutos Federais de Educação em todo o território brasileiro, expandindo, com isso, a inserção do Serviço Social na política de educação. Portanto, traçar um panorama do trabalho dos assistentes sociais no IFCE, seus desafios e possibilidades, requer o entendimento de como se deu a origem desse espaço sócio-ocupacional, o seu desenvolvimento e as finalidades às quais corresponde. Faz-se necessário compreender, ainda, o cenário no qual se manifesta a demanda pelo trabalho dos assistentes sociais, a fim de se ter clareza do porquê (ou dos porquês) do chamamento desses profissionais para atuar na política de assistência estudantil no IFCE.

4.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ELEMENTOS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO IFCE

Considerando que esta pesquisa tem como campo de investigação o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – instituição cuja origem remete à antiga Escola de Aprendizes Artífices e Escolas Técnicas Federais, e que tradicionalmente oferta ensino profissionalizante, mas que, no cenário contemporâneo também oferece ensino superior –, é necessário compreender como se estruturou a educação profissional no Brasil ao longo de sua história e a organização das instituições dela decorrentes.

Conhecer a gênese da educação profissional no Brasil e as motivações intrínsecas ao seu desenvolvimento muito explica o perfil com o qual ela se

apresenta na contemporaneidade. A implantação dessa modalidade de educação no território nacional revela a intenção de responder às exigências do modo de produção capitalista desde a sua emergência, tanto no âmbito econômico como no ideopolítico.

Numa primeira apreciação, pode-se pensar que o surgimento da educação profissional no contexto nacional esteve associado ao processo de desenvolvimento da industrialização no Brasil, porém ele data da própria constituição social e econômica do País. A educação profissional, entendida como educação para o trabalho, esteve presente no Brasil antes do movimento de industrialização, aparecendo nos primórdios da sociedade colonial escravocrata. Dessa forma, sua origem na realidade brasileira está relacionada ao ensino de ofícios e à formação de trabalhadores para atender às necessidades da produção, que não era, até então, a fabril.

De acordo com Manfredi (2002), a educação para o trabalho está presente desde o Brasil Colônia, no interior das propriedades rurais, onde a aprendizagem de ofícios se dava no próprio ambiente de trabalho. Dentre os aprendizes observavam-se escravos que precisavam ser treinados para atender às demandas de trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar, bem como homens livres que necessitavam de capacitação para tarefas que exigiam maior qualificação técnica.

Com o início do processo de urbanização da sociedade brasileira e desenvolvimento do comércio, ainda embrionário no período colonial, surgem novas necessidades em áreas específicas de trabalho, como a de carpinteiro, ferreiro, pedreiro e artesãos como um todo. Portanto, fez-se necessária a capacitação de mão-de-obra para atender essas novas exigências. Para tanto, “[...] os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as ‘escolas-oficinas’ de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial” (MANFREDI, 2002, p. 68).

No período do Império, segundo os estudos de Manfredi (2002), o sistema de educação vivencia uma nova configuração a partir da intervenção estatal nessa esfera. Evidencia-se que a preocupação gira em torno da organização do ensino superior e do ensino secundário voltado para a entrada na educação de nível superior. A intenção era formar pessoas para exercerem funções no exército e na

administração do Estado. Dessa forma, pode-se pressupor que o aparelho educacional estatal privilegia a elite do Império. Por outro lado,

Paralelamente à construção do sistema escolar público, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais (MANFREDI, 2002, p. 75).

Observa-se, nessa concepção, a nítida separação entre a educação para o trabalho e a educação de cunho científico e acadêmico, que começou a ser erguida na época. Com isso, a ideia da existência de um tipo de educação voltada para a formação de trabalhadores e de outra voltada para a formação intelectual foi se enraizando. Naturaliza-se, desde então, a noção de uma diferenciação nos processos educacionais para uma classe que posicionar-se-á sempre numa condição de comandada – a dos trabalhadores – e outra que estará na posição de dirigente. Nesse sentido,

Educação era aquela de base teórica, porém intelectualista, voltada para a formação das classes dirigentes, daqueles que iriam ocupar os cargos de comando, ou burocráticos, na sociedade; formação profissional era aquela de base prática, voltada para as classes populares, que iriam ocupar os postos de trabalho produtivo na sociedade (GOMES, 2006, p. 32).

Durante a Primeira República, até meados da década de 1930, a concepção sobre educação profissional não sofre modificação. A ideia de uma educação para formação de mão-de-obra para atender às exigências da urbanização crescente e da industrialização embrionária no Brasil persiste. Como assinala Manfredi,

Os novos empreendimentos industriais e o surgimento de grandes centros estimularam o incremento de serviços de infraestrutura urbana de transportes e edificações. A modernização tecnológica (ainda que no nível de adaptação e de manutenção da tecnologia importada) inerente a esses novos setores da economia brasileira gerou novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas, no campo da instrução básica e profissional popular (2002, p. 79).

Note-se que, nos primeiros anos da República, a economia brasileira é fortemente ligada à agricultura para a exportação, sendo o processo de industrialização bastante incipiente. Considerando esse fato, a educação para o

trabalho consiste mais em preparar trabalhadores para serviços artesanais ou, quando muito, manufactureiros. O ensino profissionalizante, então, adquire um caráter pejorativo, destinado à formação de pessoas para o trabalho simples, uma espécie de treino ou adestramento. Isso faz com que a educação profissional fique relegada a segundo plano, desprovida de investimentos, já que é direcionada à camada popular da sociedade.

De outra forma, o ensino de ofícios ganha certa importância a partir do momento em que passa a ser considerado como instrumento de manutenção da ordem social. Ao mesmo tempo, ele serve como uma ferramenta de incentivo ao trabalho, de combate ao ócio e à delinquência, e de amparo aos desvalidos e desafortunados da sociedade. Oportuniza, ainda, a contenção de ideias que contestassem a ordem social estabelecida.

Ora, não é de se estranhar, a partir de tais considerações, que o ensino profissionalizante tenha adquirido um caráter negativo. Isto é, um tipo de educação voltada para o trabalho simples, para a atividade prática, que atendia aos pobres, desvalidos, ex-escravos ou filhos destes, certamente seria concebido pela sociedade desse período como algo negativo, desqualificado. Assim sendo, esse estigma da subalternidade foi incorporado à educação profissional como uma marca difícil de ser apagada.

No contexto do início do século XX, destaca-se a iniciativa tomada pelo então presidente da República Nilo Peçanha, de criar, por meio do Decreto 7.566, no ano de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, organizadas em um único sistema, dando origem à rede federal de educação profissional no Brasil. Assim, foram constituídas 19 (dezenove) escolas, sendo uma em cada estado da federação, excetuando-se o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul. Conforme afirma Manfredi,

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contramestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da Federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais (2002, p. 83-84).

De início, a proposta das Escolas de Aprendizes Artífices era formar indivíduos por meio do ensino prático e de conhecimentos específicos necessários para o aprendizado de um ofício, em oficinas que fossem convenientes ao estado

onde se localizavam as escolas (GOMES, 2006). Aliado a isso, essas instituições tinham por finalidade qualificar e amparar os jovens desfavorecidos, prevenindo, com essa ação, a proliferação dos “desajustes” e da “desordem” que os “desocupados” poderiam provocar. Dessa forma, no interior dos espaços educacionais seria viável a formação de cidadãos úteis à nação, livrando-os do ócio, com vistas à manutenção da ordem e a propiciar o progresso. O teor repressor e assistencialista mostra-se predominante na perspectiva fundadora das Escolas de Aprendizes Artífices logo da sua inauguração.

Direcionada aos pobres e “desfortunados”, essas escolas não desfrutavam de grandes investimentos. A precariedade estava presente desde a estrutura física até a disponibilidade de professores e profissionais habilitados para o ensino industrial. Na realidade,

As escolas entram na década de 1920 muito aquém do que se poderia esperar. As condições ainda eram precárias, tanto no que se refere ao espaço físico quanto ao aparelhamento das oficinas. Os mestres não se mostravam à altura e tampouco havia unidade nos programas de ensino (GOMES, 2006, p. 38).

A essas vulnerabilidades acrescentavam-se outras: os baixos salários pagos aos empregados, a falta de mestres qualificados e o alto índice de evasão escolar dos alunos também eram problemas constatados nas escolas. Tais fragilidades, porém, talvez não se apresentassem como uma grande preocupação para o Estado, já que a oferta de uma educação de qualidade para a classe trabalhadora e seus descendentes não era interessante para a manutenção da ordem, pois poderia despertar uma consciência crítica contestadora da sociedade opressora e excludente.

Salienta-se que nesse período ocorrem outras iniciativas de ensino profissionalizante, desenvolvidas pelas escolas salesianas e pelos movimentos dos trabalhadores, por meio dos sindicatos. Estes últimos apontam uma novidade no processo educacional, pois concebem que a educação, além de capacitar profissionalmente os trabalhadores, é um importante núcleo de conscientização.

Nas décadas posteriores à Primeira República verificam-se poucas mudanças na concepção de educação profissional. No período do Estado-novo (1937-1945) há a legitimação da separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual: o primeiro é relegado aos trabalhadores; já o segundo se reserva às

camadas mais elitizadas da sociedade. Logo, decorrente dessa premissa, a educação profissional continua sendo direcionada às camadas populares, enquanto aos indivíduos de condição social mais elevada são destinados os ensinos secundário e superior. A confirmação dessa concepção é vislumbrada na Reforma Capanema, instituída em 1942 pelo então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, que vem consolidar a estrutura elitista e dual do ensino brasileiro. Na referida Reforma, “o ensino secundário, é destinado a preparar as individualidades condutoras e o profissional, a formar mão-de-obra qualificada para as necessidades do sistema produtivo” (ARAÚJO, 2006, p. 68).

Nesse mesmo período se dá a organização do sistema de educação profissionalizante, que até a contemporaneidade expressa importância: o sistema “S”, composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT), Serviço Social em Transportes (SEST), Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE) e Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços (SESCOOP).

Na sua fase inicial, o sistema “S” apresenta como primeiras estruturas o SENAI e o SENAC, sendo gerido por organismos sindicais patronais. Isso favorece a desmobilização dos movimentos de trabalhadores e a legitimação da ideologia dominante. A oferta de cursos profissionalizantes nessas instituições constitui também uma forma de manter o controle da população trabalhadora e de legitimação do modo de produção capitalista²⁷. Ainda de acordo com Manfredi,

Em sua origem, os projetos de construção do SENAI e SESI fazem, portanto, parte da estratégia empregada pelos industriais paulistas para disciplinar o trabalhador brasileiro e garantir a paz social, alicerçando-se nas premissas de colaboração entre capital e trabalho e na representação de que o desenvolvimento industrial conveniente aos empresários também interessa aos trabalhadores e a todos os brasileiros, independente da condição de classe (2002, p. 182).

²⁷ É relevante considerar a preocupação, a partir dos anos de 1940, que cercava o controle da classe trabalhadora, de modo a conter os movimentos reivindicatórios e as ideias revolucionárias, que se mostram como uma ameaça à expansão do capitalismo.

É a partir da década de 1940 que se observa um princípio de mudança na estruturação da educação profissional no Brasil, porém sem alteração na sua concepção. A própria conjuntura econômica exige a qualificação de trabalhadores aptos a responder às demandas da produção industrial que, a partir desse momento, começa a se expandir. Como se pode perceber, as intenções de mudanças no ensino profissional não se dirigem aos anseios dos trabalhadores, mas ao atendimento das demandas oriundas do desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

Assim, no ano de 1942 surge a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Lei 4.073, de 30 de janeiro), que fundamenta a organização de um sistema de ensino profissional para a indústria, “[...] transformando as Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, equiparando-as com as escolas de ensino médio e secundário” (GOMES, 2006, p. 53). Eis que surge a rede de Escolas Técnicas Federais, organizadas sobre a base das Escolas de Aprendizes Artífices.

Se, por um lado, a nova organização do ensino profissionalizante no País voltava-se majoritariamente para o atendimento das necessidades do mercado; por outro, não se pode desconsiderar a inicialmente tímida pressão das massas sobre o Estado por um sistema formal de educação. Como aponta Araújo,

[...] de acordo com o desenvolvimento do capitalismo no País, que cobrava um avanço das forças produtivas, e de acordo com os padrões de comportamento desejados pela organização da produção, o Estado assume uma outra posição passando a divulgar outras concepções e valores a respeito deste ensino. Na medida em que o sistema produtivo requer um número maior de pessoas qualificadas, que possam atuar como força de trabalho no setor, o Estado também é estimulado a modificar sua orientação, pela própria pressão que as massas populares passaram a exercer no sentido de maior acesso à educação formal (2006, p. 67).

Desse período em diante, o Estado passa a se mostrar mais interessado em investir na educação profissional, principalmente a partir dos anos 1950, quando a perspectiva desenvolvimentista é adotada pelo governo. Era imprescindível um cenário político, econômico e social propício à expansão e consolidação da industrialização e, para tal, era preciso desenvolver um programa de formação de pessoal técnico para responder às demandas do mercado capitalista. A tônica do momento era a modernização do País, mesmo que isso custasse o aumento da dependência em relação aos países centrais.

A concepção pautada acima também foi predominante na conjuntura da ditadura militar, a partir de 1964. Nesse contexto, as estratégias de desenvolvimento no Brasil estavam fundamentadas em políticas que viabilizavam a concentração de capital, através do fomento à industrialização, com a atração do investimento estrangeiro e internacionalização da economia. Mais uma vez, observa-se que é a estrutura política e econômica que dá o teor da educação profissional a ser implementada no País. De acordo com Araújo,

A partir de 1964, o ensino técnico e a educação brasileira em geral, como elementos componentes da superestrutura social, passaram a se reorganizar no sentido de atender às novas demandas criadas pelas mudanças de base econômica, quais sejam, as transformações operadas para dinamizar a economia na direção do avanço da (re)produção da acumulação capitalista, agora mais integrada a esse sistema, não só internamente como em nível mundial (2006, p. 72).

É importante destacar, ainda, que na época da ditadura militar um dos esforços empreendidos se assenta no controle ideológico, seja por meio da força policial ou por meio de estratégias ideológicas, como o forte controle exercido nas escolas, tidas como espaços privilegiados para moldar e disciplinar o indivíduo. Tudo isso, segundo seus ideólogos, em favor da segurança nacional, indispensável para atrair o capital estrangeiro (ARAÚJO, 2006).

O que se pode perceber nessa trajetória é que a característica nuclear do ensino profissionalizante permanece a mesma: continua endereçada à camada popular da sociedade, à classe trabalhadora. Isto significa que, novamente, a educação profissional se reserva aos pobres, enquanto os níveis mais altos de educação são privilégio das elites.

Desse momento histórico até a primeira metade da década de 1990, a educação profissional não sofre grandes mudanças. Permanece a dicotomia entre a educação geral (propedêutica) e a educação profissional, entre educação para a força produtiva e para a formação de intelectuais. A ótica da qualificação de trabalhadores para atender às necessidades empresariais não só persiste, mas torna-se crescente, imprimindo o ritmo de capacitação rápida e imediata desses sujeitos.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), o ensino profissionalizante passa por uma reforma, em que se tenta imprimir uma nova face para a educação profissional. Esta continua sendo concebida como um

tipo de educação voltada para a preparação de indivíduos para o trabalho, dicotomizada de uma formação integral que contemple vários âmbitos da vida, e que responda às exigências do mercado de trabalho.

Igualmente a Manfredi (2002), Cunha (2000)²⁸ considera que a gênese da educação profissional no Brasil está atrelada ao desenvolvimento da industrialização no País e à necessidade de formação de mão-de-obra para atender às demandas da economia industrial emergente. Dessa forma, a marca colocada na educação profissional nas suas origens remete a uma forma de educação voltada para a formação de trabalhadores competentes, separada de uma formação mais complexa do ponto de vista teórico e crítico. Nessa conjuntura, o trabalho manual era dicotomizado do trabalho intelectual, sendo relegado aos segmentos subalternos da sociedade. Já o trabalho intelectual estava restrito aos indivíduos pertencentes à classe social mais abastada, os quais se tornariam os detentores do conhecimento científico.

De acordo com Ferreti e Júnior (2002, p. 265), em considerações feitas sobre a obra de Cunha,

[...] dessa articulação de valores assentada no legado do Império à República, sobre a representação social do trabalho manual e intelectual nos primórdios da industrialização, foi produzida a dualidade entre o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante, reforçando as divisões sociais no início do século.

Destarte, observa-se que essa divisão aparece como pressuposto para a consolidação das diferenças entre classes sociais. Assim, a educação para o trabalho estaria voltada para os descendentes dos escravos e os socialmente excluídos, e a educação propedêutica seria direcionada aos brancos pertencentes às elites.

Nota-se que a gênese e o desenvolvimento da educação profissional estiveram muito mais assentados nas demandas do capitalismo industrial em consolidação, do que na necessidade e dever do Estado em ofertar educação para a grande massa de trabalhadores. Fato este que se perpetuou na educação profissional, separando-a de um tipo de educação que deveria fornecer uma formação integral do indivíduo, capacitando-o para exercer sua autonomia.

²⁸ Sobre a origem e desenvolvimento da educação profissional no Brasil é relevante consultar a obra de Luiz Antônio Cunha (2000).

Kuenzer e Grabowski (2006) trazem a discussão acerca dos desafios que se colocam para os rumos da educação profissional na atual conjuntura. Ambos apontam a necessidade de identificar estratégias de organização e gestão da educação profissional, tendo como base a democratização, na perspectiva da emancipação humana. Nesse sentido, os autores vislumbram um projeto de educação profissional que esteja integrada à educação básica, como direito de todos e dever do Estado. Segundo eles,

o estabelecimento de um projeto de educação profissional para os que vivem do trabalho a ser gerido de forma democrática implica em tomar como ponto de partida a sua concepção e as suas finalidades no âmbito da Educação Nacional, com base no pressuposto que o Estado no modo de produção capitalista sintetiza as contradições entre capital e trabalho e neste sentido constitui-se, ao mesmo tempo, em espaço de possibilidades e impossibilidades. (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 298).

Dessa maneira, o reconhecimento de que a educação profissional ocupa esse terreno de contradições, características do sistema capitalista, implica na articulação de formas de intervenção que não a tornem refém dos objetivos desse modo de produção, isto é, da exploração do trabalho e da acumulação de riqueza. O rompimento com a proposta do capitalismo se apresenta como pressuposto para o rompimento também com o caráter antidemocrático do desenvolvimento da educação e a construção de novos rumos para a Educação Nacional. Assim, “[...] a educação profissional a ser desenvolvida mediante ações intencionais e sistematizadas sobre uma sólida base de educação geral, científico-tecnológica e sócio-histórica, por concepção e por norma, é parte integrante e indissociável da Educação Nacional” (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 299).

Identifica-se que um dos maiores desafios para a educação profissional no País é consolidar a concepção de que a formação de trabalhadores supera a ideia de treinar indivíduos para a realização de tarefas. A educação profissional deve estar afinada com um projeto que capacite os seres para, também, desenvolverem uma leitura mais apurada da realidade, com potencial de crítica e proposição, a fim de que tais sujeitos saiam da posição de subordinação ao sistema vigente. De acordo com Kuenzer e Grabowski (2006, p. 311),

[...] um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo governo e pela sociedade civil é a construção de uma proposta de gestão da educação profissional que seja capaz de envolver todos os segmentos sociais e

organizar instâncias e espaços públicos de discussão e deliberação que superem a fragmentação existente e produzam resultados socialmente reconhecidos no que tange à qualificação dos que vivem do trabalho.

Nesse sentido, um projeto de educação dos trabalhadores emerge do processo de articulação entre políticas públicas, integrando dimensão básica e profissional na perspectiva de desenvolvimento do sujeito em sua integralidade.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), ao realizarem uma abordagem sobre a educação profissional nos anos 2000, demonstram que, apesar da intencionalidade em integrar a educação básica à específica, a educação profissional se processou mediante programas focais e contingentes. Tais autores apontam a urgência em constituir novas regulamentações que coadunem com a transformação da classe trabalhadora brasileira. No entanto, observa-se a reafirmação de propostas pontuais iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, e tendo continuidade nos governos de Lula e Dilma Rousseff, nos anos 2000. Propostas que, novamente, prezam pela profissionalização e certificação dos indivíduos, a exemplo dos programas Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Inclusão de Jovens (PROJOVEM)²⁹, em detrimento de uma formação ampla.

Além disso, observa-se a elaboração de legislações que dão sustentação às propostas educacionais dicotômicas e dualistas, tais como os Decretos 2.208/1997 e 5.154/2004³⁰. O primeiro considera que a educação profissional deve ser ofertada nos níveis de ensino básico e superior, podendo ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades de educação continuada, contemplando, mais uma vez, o viés dicotômico deste tipo de educação. Tal decreto, traz nos seus objetivos, a marca de uma concepção que confirma a educação profissional como sendo, realmente, aquela voltada para a capacitação, habilitação, aperfeiçoamento, qualificação, reprofissionalização de jovens e adultos trabalhadores para se tornarem aptos ao exercício de atividades produtivas, bem como para propiciar sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Já o Decreto 5.154/2004, o qual revoga o Decreto 2.208/1997, apesar de trazer como uma de suas premissas a indissociabilidade entre teoria e prática,

²⁹Para maior entendimento, ver Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005).

³⁰ Ambos Decretos versam sobre a organização da educação profissional brasileira, fundamentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.393/1996), mas deixam a desejar no que remete à superação da fragmentação do ensino profissionalizante.

pouco se diferencia na concepção sobre a educação profissional. Nesse novo Decreto, o ensino profissional continua subordinado às exigências da estrutura produtiva, tendo de estar alinhado com os objetivos de qualificar os indivíduos para o trabalho e de corresponder às necessidades da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica. Assim, observa-se que as legislações criadas para organizar a educação profissional ao longo dos anos, em sua essência, não oferecem uma mudança substancial da ideia acerca daquele tipo de educação. Pelo contrário, perpetua-se a ideia de que a educação profissional, seja ela de nível básico ou superior, deve ser voltada para a qualificação de trabalhadores, de acordo com as necessidades que a estrutura produtiva apresenta, em detrimento das necessidades demandadas pelos trabalhadores e em detrimento de uma formação integral, a qual envolva as diversas dimensões que compõem o indivíduo.

Evidentemente, urge a efetivação de um redimensionamento da perspectiva da educação profissional e superior no Brasil. Uma mudança não somente na concepção de educação, mas também na forma de oferta e estrutura de conteúdos formativos. Nesse processo, as reformas na educação brasileira, as quais deveriam estar pautadas na reestruturação e requalificação da política educacional como direito, no entanto, coadunam com a precarização e a subordinação dessa política às intenções do sistema político e econômico vigente, como já discutido neste estudo.

Trazer a contextualização histórica da educação profissional no Brasil, tal como visto acima, é necessário para se ter clareza das características que a mesma adquiriu ao longo dos anos, das práticas tradicionais que a acompanham e da dificuldade de rompimento com tais práticas. Conhecendo esse percurso, pode-se situar a base sobre a qual se constitui o IFCE, o qual, apesar de ofertar, na contemporaneidade, também a educação de nível superior, foi concebido a partir da proposta da educação profissional, idealizada na antiga Escola de Aprendizes Artífices, criada em 1909 por Nilo Peçanha para fornecer ensino profissionalizante aos sujeitos trabalhadores. Posteriormente transformada em Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), conforme a Lei do ensino industrial, sua perspectiva de educação profissional não sofre alterações, perdurando até a sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE), pelo Decreto 5.224/2004, momento em que passou a ofertar, também, a educação profissional tecnológica de nível superior. Finalmente, como Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), criado pela Lei 11.892/2008, no contexto da expansão do ensino superior brasileiro, identifica-se, na atualidade, como instituição que oferta ensino profissionalizante e ensino superior, ratificando sua característica híbrida e complexa.

É necessário compreender que o IFCE, tal como se apresenta hoje, é expressão de um longo processo de reformas na educação profissional e na educação superior brasileiras, e as práticas desenvolvidas pelos diversos profissionais nele inseridos são, de uma forma ou de outra, influenciadas pelas características incorporadas pela instituição desde a sua gênese. São aspectos conservadores bastante enraizados na concepção de educação voltada para o segmento dos trabalhadores, para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho e para a qualificação profissional. Concepção esta difícil de ser diluída e que permeia a atuação profissional dos diversos sujeitos ali presentes, inclusive os assistentes sociais.

Sabendo-se que a categoria de assistentes sociais teve sua entrada nesse espaço sócio-ocupacional alavancada por meio do processo de reforma do ensino superior nos anos 2000, em que se observa a expansão das ações referentes à assistência estudantil, salienta-se a necessidade de conhecer as raízes institucionais, a fim de entender a cultura educacional que persiste naquele espaço e que permeia o trabalho dos profissionais que compõem a instituição. Nesse exercício há a possibilidade de se entender processos desenvolvidos internamente, os quais ora tentam romper com o tradicionalismo, ora reafirmam o que há de mais conservador e arraigado na instituição: o pensamento elitista, a subordinação ao sistema de produção e o enaltecimento da formação para o mercado de trabalho, em detrimento da formação humanística e integral. Assim sendo, conhecer o caminho percorrido pela educação profissional no Brasil, o desenvolvimento das instituições educacionais, entendendo o surgimento do IFCE como produto desse percurso, são pressupostos para compreender não somente a abertura do campo de trabalho para os assistentes sociais na política de educação no cenário contemporâneo, mas, também, são pressupostos para interpretar como a bagagem histórica referente ao espaço sócio-ocupacional do IFCE pode influenciar e interferir no trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais.

4.2 ASPECTOS DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFCE

A assistência estudantil no Brasil, na contemporaneidade, como política de Estado, apresenta objetivos bem demarcados e ações bastante delineadas voltados para o segmento discente. Inserida no contexto da política de educação brasileira, a assistência estudantil visa viabilizar o acesso igualitário dos indivíduos ao processo educacional mediante ações que têm por objetivo promover a permanência dos estudantes no sistema educacional, com vistas à redução das desigualdades sociais e à inclusão social por meio da educação (BRASIL, 2010). Assim,

a assistência estudantil integra o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais (NASCIMENTO, 2014, p. 88)

É importante destacar que a assistência estudantil, tal como se apresenta hoje, é resultado de um processo fomentado ainda no final dos anos 1980 e nos anos 1990 pelos movimentos sociais da educação, que envolvem estudantes, intelectuais e trabalhadores da educação. Esses movimentos têm como pauta de reivindicação a reforma universitária e, dentro desse contexto, buscam a democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes nas universidades públicas, mediante a ampliação das ações de assistência estudantil. Além do movimento estudantil organizado, outro ator importante no debate e redimensionamento da assistência estudantil é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que faz uma crítica ao lugar marginal ocupado pela assistência aos estudantes universitários na agenda educacional do governo no País. A partir desse movimento, a assistência estudantil passa a ter legitimidade na agenda governamental, passando a permear as propostas de reestruturação do ensino superior nos anos 2000.

Desse modo, a assistência estudantil emerge como uma das diretrizes do REUNI, com a finalidade de ampliar as políticas de inclusão e assistência aos educandos, ampliando, assim, o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior público. Dessa maneira, a primeira manifestação acerca de um

redimensionamento da política de assistência estudantil na conjuntura da reforma do ensino superior nos anos 2000 ocorre com a estruturação do Plano Nacional de Assistência Estudantil em 2007, por meio da portaria nº 39, emitida pelo Ministério da Educação (MEC). A organização da assistência estudantil se dá, no entanto, em 2010, quando da publicação do Decreto 7.234, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tornando as ações nesse âmbito mais consistentes.

É válido ressaltar que a organização da assistência estudantil ocorre no interior do movimento de reforma da educação e, portanto, está subjugada aos interesses das elites e aos ideais neoliberais. Dessa forma, as ações inerentes à assistência estudantil não fogem ao aspecto residual e focalizado, cuja abrangência é limitada, não proporcionando o acesso universal aos estudantes. Além disso, tais ações exigem o cumprimento de condicionalidades e exigências de renda para o acesso dos estudantes, fato que, pode-se dizer, decorre do baixo orçamento dispensado para a realização daquelas ações. Assim, Leite (2012, p. 464) observa que “[...] é necessário não perder de vista que uma política de assistência ao estudante não pode se limitar a criar e executar mecanismos destinados à população de baixa renda; ela deve também, se preocupar com princípios de atendimento universal”.

Observa-se que a assistência estudantil está designada prioritariamente para o ensino superior no âmbito federal, e que somente vem a envolver o ensino de nível médio profissionalizante porque os Institutos Federais (IF) são também atingidos pelo processo de expansão do ensino superior nos anos 2000. Assim, devido à especificidade dos IF de tradicionalmente desenvolverem a educação técnica de nível médio, e devido ao projeto de expansão da educação superior no País ter abarcado aquelas instituições, a assistência estudantil abrange a comunidade discente pertencente aos níveis superior e médio nos órgãos de ensino federais.

A organização da assistência estudantil a partir do PNAES/2010, não se pode negar, representa um marco no avanço das ações previstas a dar suporte aos estudantes para a conclusão dos seus percursos formativos. Um desses avanços se refere à ampliação do rol de atividades a serem desenvolvidas junto aos estudantes, que visam contemplar diversas necessidades apresentadas pelos mesmos, as quais podem comprometer o processo educacional. Além disso, ao abarcar as diferentes demandas dos educandos, abre-se a oportunidade de envolvimento de profissionais

de diferentes categorias para dar andamento às ações de assistência estudantil. Com isso, tem-se a possibilidade de construção de um trabalho integrado e complexo, permeado por diferentes leituras da realidade e por diálogos de diferentes atores sociais, tendo em vista contemplar as várias dimensões da vida dos estudantes. É evidente, entretanto, que o atual programa de assistência estudantil ainda tem muito a melhorar, mas pode-se dizer que, comparado às concepções de controle, disciplina, ajuda, enquadramento e integração dos educandos que se tinha décadas atrás, a assistência estudantil, tal como se apresenta hoje, reflete consideráveis avanços.

Dessa forma, é importante conhecer como se estrutura hoje a assistência estudantil no IFCE e, especialmente, como se insere o trabalho dos assistentes no desenvolvimento das ações voltadas para o público discente.

4.2.1 O perfil dos sujeitos da pesquisa: quem são os assistentes sociais que atuam no programa de assistência estudantil no IFCE?

O IFCE, atualmente, conta com 43 (quarenta e três) assistentes sociais no seu quadro de pessoal efetivo³¹ em todo o estado do Ceará, os quais exercem as atividades referentes ao programa de assistência estudantil na Reitoria e em 25 (vinte e cinco) *campi* do referido Instituto³². Apesar de o número de assistentes sociais ser considerável, sabe-se que nem todos os *campi* do IFCE são contemplados com esse profissional, principalmente aqueles cuja implantação se deu mais recentemente. De acordo com questionário socioeconômico aplicado com todos aqueles sujeitos nesta pesquisa, observam-se aspectos mais gerais, como a faixa etária e sexo predominantes, assim como são observadas características mais particulares, como por exemplo o engajamento político de alguns dos profissionais.

Segundo a tabulação dos dados dos 43 (quarenta e três) questionários aplicados, nota-se que a faixa etária que concentra o maior número de assistentes sociais no IFCE é a que está entre 30 (trinta) e 39 (trinta e nove) anos de idade. O percentual de profissionais nessa faixa de idade é de 62,79%, ou seja, mais da metade do número de assistentes sociais se encontra dentro desse intervalo. A faixa

³¹ Nesse quantitativo incluo a mim como pesquisadora e participe da equipe de assistentes sociais do IFCE.

³² Ressalta-se que existem 30 (trinta) *campi* do IFCE em funcionamento em 2017, mas não há a presença de assistente social em todos os *campi* do estado.

etária que apresenta a segunda maior quantidade de assistentes sociais é a de 20 (vinte) a 29 (vinte e nove) anos de idade, representando 20,93% do total. Do total, 16,29% situam-se na faixa acima dos 40 (quarenta) anos de idade. Esses dados levam a considerar que há a presença de diferentes gerações, fato que pode se mostrar salutar à troca de experiências entre os profissionais, num exercício de diálogo constante, com vistas à construção de uma atuação profissional sólida, com propósitos convergentes e que correspondam, efetivamente, às necessidades emanadas dos usuários da assistência estudantil.

De acordo com a investigação realizada, constata-se que existe a predominância feminina no grupo de assistentes sociais do IFCE. Do total de 43 (quarenta e três) profissionais, apenas 2 (dois) são do sexo masculino, isto é, 95,35% dos assistentes sociais da instituição são mulheres, trazendo à tona a confirmação histórica sobre o Serviço Social como sendo uma profissão eminentemente feminina. Fato que traz consigo os aspectos de subalternidade e desvalorização característicos da sociedade brasileira, marcada pelos traços do machismo e do preconceito, e que se reproduz no espaço institucional. Como aponta Iamamoto (2001, p. 104),

com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho (com diferenciais de remuneração e renda em relação aos homens, de níveis de formação em relação às exigências tecnológicas, maior índice de desemprego, exercício de funções menos qualificadas etc.).

Apesar de os assistentes sociais assumirem um posicionamento mais protagonista e com traços de liderança, ainda percebem-se comportamentos direcionados à categoria carregados de preconceito e desconfiança, ora explícitos, ora velados. Observam-se, por exemplo, a ocorrência situações em que servidores de outras categorias infligem comentários machistas e misóginos para depreciar o trabalho dos assistentes sociais. São situações raras, mas existem e têm um caráter ofensivo.

Em relação à religião, 65% dos sujeitos identificam-se católicos, 9% evangélicos, 9% espíritas, 2% expressam ser seguidores do candomblé e outros 2% adeptos da umbanda. Além disso, 9% declaram-se sem religião e 2% indicam seguir outra religião ou doutrina. A questão da religião é outro aspecto que acompanha o Serviço Social desde sua origem, o qual, por bastante tempo, teve forte influência no

teor das práticas desenvolvidas por assistentes sociais. Prática estas, muitas vezes, preenchidas de um caráter repressor, punitivo, caritativo/assistencialista e conservador. Desse modo, trazer à tona a discussão sobre essa característica mostra que a associação da religião à atuação profissional pode interferir no sentido de abrir possibilidades para a reatualização de práticas conservadoras, por vezes centradas na culpabilização dos indivíduos por sua condição social vulnerável. Não se quer dizer, entretanto, que os assistentes sociais não podem ser praticantes de alguma religião; o que se pretende frisar é que há um limite entre a religião e a profissão, em que a primeira não deve comprometer o exercício da segunda.

Referente à questão da cor/etnia, 70% dos profissionais se declaram pardos, 14% se identificam brancos, 9% negros, 2% se declaram orientais/amarelos, outros 2% se expressam como indígenas e 2% não responderam ao questionamento.

Em relação ao estado civil, observa-se que 42% dos assistentes sociais são casados, outros 42% são solteiros, 9% são divorciados e 7% dos profissionais declaram ter contraído união estável. Na pesquisa aplicada constata-se, ainda, que 67% dos sujeitos não têm filhos. Já, aqueles que mencionam ter filhos, apresentam uma prole pequena, de no máximo 3 (três) filhos, que representam apenas 2% do total de pesquisados. Os que têm 2 (dois) filhos totalizam um percentual de 12% e os que tem 1 (um) filho representam 19% dos assistentes sociais.

A questão da capacitação permanente se apresenta como essencial para manter um trabalho atualizado e comprometido com os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social. Nesse sentido, a qualificação profissional propicia as condições adequadas para que o profissional, a partir dos conhecimentos adquiridos, possa fazer uma leitura crítica da realidade e, a partir disso, orientar seu trabalho no sentido do projeto ético-político do Serviço Social. Assim, percebe-se que existe uma preocupação dos assistentes sociais do IFCE em buscar maior qualificação profissional, tanto para imprimir à prática profissional maior qualidade, como para ascender no plano de cargos e carreiras da categoria de servidores federais. Dessa forma, observa-se que 72% dos assistentes sociais possuem

especialização em alguma área de atuação, 21% têm título de mestre e 7% possuem apenas a graduação em Serviço Social³³.

Em se tratando do número de vínculos empregatícios e da jornada semanal de trabalho, observa-se que a maior parte dos assistentes sociais do IFCE possuem apenas um vínculo, isto é, 93% do total; enquanto 7% possuem 2 (dois) contratos de trabalho. Em relação à jornada semanal de trabalho, nota-se que 58% dos profissionais cumprem uma carga horária semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas e 40% deles estão submetidos a 30 (trinta) horas semanais. Percebe-se, com isso, que a instituição não reconhece, para a maioria dos servidores da categoria de assistentes sociais, o direito legítimo à redução da carga horária de trabalho semanal para 30 (trinta) horas sem redução salarial, conquistado através da Lei 12.317/2010. Isto se deve ao fato de uma interpretação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) o qual argumenta que a aplicação daquela Lei deve favorecer apenas aos assistentes sociais que possuem “contrato de trabalho”³⁴, e como os servidores do IFCE são regidos por um regime jurídico único, não se enquadram no que reza a referida Lei. No entanto, os assistentes sociais (e outros profissionais) que gozam da jornada semanal de trabalho de 30 (trinta) horas são amparados por uma regulamentação interna, a qual permite o cumprimento dessa carga horária por servidores que desenvolvem suas atividades em setores que funcionam ininterruptamente por 12 (doze) horas diárias e que possuem mais de um servidor neles alocado. Isto é, os assistentes sociais que têm jornada de trabalho reduzida são beneficiados pela resolução institucional acima mencionada – que também beneficia profissionais técnico-administrativos de outras categorias –, e não pelo respeito à Lei que garante a redução da carga horária semanal de trabalho sem prejuízo no salário.

No que se refere à questão da remuneração, observa-se que a maioria dos assistentes sociais, 74%, têm salários que se situam dentro da faixa de 4 (quatro) a 6 (seis) salários mínimos. Parte da categoria, 23%, recebe remuneração que varia entre 7 (sete) e 9 (nove) salários mínimos e apenas 2% dos assistentes sociais do IFCE recebem salários superiores a 9 (nove) salários mínimos. Essa

³³ É válido ressaltar que no período de aplicação dos questionários, em meados de julho a setembro de 2016, não existia nenhum assistente social com título de doutor, porém já em 2017 constata-se a existência de uma assistente social com doutorado concluído.

³⁴ Para o referido Ministério, “contrato de trabalho” se remete a trabalhadores que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

diferença salarial é decorrente do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores técnico-administrativos da instituição, o qual estabelece a variação salarial de acordo com o tempo de serviço e a titulação dos servidores. Dessa forma, o que se pode interpretar a partir desses dados é que a condição de remuneração dos assistentes sociais ainda se apresenta incompatível com a complexidade do trabalho que realizam. Por outro lado, observa-se que esses profissionais se encontram numa melhor condição remuneratória do que grande parte de assistentes sociais que trabalham em outras instituições, e que vivenciam situações de péssima condição salarial. Situações estas provocadas pelo agressivo processo de precarização das relações contratuais de trabalho a que se submetem assistentes sociais, bem como a grande massa de trabalhadores na sociedade como um todo. Tal constatação vem a reforçar os traços de subalternidade da profissão, cujo valor não é merecidamente reconhecido. Sabe-se que, na contemporaneidade, uma grande parte da categoria de assistentes sociais vivencia situações de achatamento salarial cada vez mais intensas, em que a remuneração vem sendo reduzida, obrigando, algumas vezes, os profissionais a acumularem mais de um vínculo empregatício para complementar a renda.

Quando perguntados sobre a participação em alguma atividade política, 58% dos assistentes sociais apontam que não participam, enquanto 42% afirmam participação nesse tipo de atividade. Entre aqueles que confirmam envolvimento em ações políticas, 48% se identificam como participantes de movimento sindical, 28% atuam em movimentos da categoria profissional, tais como grupos de trabalho e estudos sobre Serviço Social, 16% estão envolvidos em movimentos sociais, 4% em movimentos partidários e outros 4% afirmam participar de outro tipo de movimento não especificado. É interessante perceber que, no grupo de assistentes sociais do IFCE, há um número considerável de profissionais que estão comprometidos com movimentos organizados que lutam pela ampliação e efetivação dos direitos sociais e de determinados segmentos da sociedade, bem como mostram compromisso com a defesa da democracia no País, materializando um dos princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social, qual seja, a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial da sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (BRASIL, 2012).

Quanto à questão da participação em conselhos de direitos e/ou de políticas sociais, observa-se uma baixa expressividade entre a categoria de

assistentes sociais, pois apenas 7% afirmam participar de algum conselho. Nesse processo, considera-se agravante o fato de que há poucos assistentes sociais envolvidos diretamente no controle e avaliação das políticas sociais por meio da participação em conselhos de direitos e/ou políticas setoriais.

Uma das questões relevantes a ser apontada refere-se à participação dos assistentes sociais em grupos de estudo e/ou pesquisa vinculados à universidade. Nesse ponto, observa-se que 28% dos profissionais afirmam desenvolver atividades em grupos de estudo e/ou pesquisa, enquanto 67% apontam a não participação nesses grupos. Tal fato vem a confirmar a tendência histórica do Serviço Social em não priorizar a produção científica. Desse modo, urge a necessidade de os assistentes sociais internalizarem, na sua prática profissional, a dimensão investigativa, realizando estudos e pesquisas acerca dos diversos fenômenos que se apresentam no cotidiano profissional. É preciso entender, ainda, que a pesquisa é, também, uma ferramenta de trabalho do assistente social, a qual deve ser uma constante na atuação profissional. Adotar uma postura investigativa, entretanto, não se dá imediatamente, principalmente quando se sabe que, historicamente, a pesquisa não permeou a profissão desde sua gênese. Segundo Yamamoto (2001, p. 106),

Os assistentes sociais, no Brasil, são “jovens intelectuais” quando comparados a outros ramos profissionais de maior tradição e acervo no campo da produção acadêmica. Mas esta “juventude”, condicionada pela trajetória histórica da própria profissão na sociedade brasileira, não significa hoje subalternidade intelectual: ao contrário, a tardia familiarização com os cânones e exigências do mundo científico tem sido assumida como desafio, no sentido de superar as limitações do passado com vigor, tenacidade e produtividade.

Dessa forma, a adoção de uma atitude investigativa se apresenta como um processo que aos poucos pode vir se tornando habitual, como parte indissociável da prática profissional. A introdução da pesquisa nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social é, portanto, viável e imprescindível para a realização de um trabalho afastado da superficialidade.

Em relação ao tempo de trabalho no IFCE, observa-se a seguinte realidade: 33% dos assistentes sociais têm entre 2 (dois) e 3 (três) anos de serviço na instituição; 19% relatam possuir de 1 (um) a 2 (dois) anos de trabalho; 12% têm de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos; outros 12% afirmam estar na instituição entre 6 (seis)

e 7 (sete) anos; 9% identificam o seu tempo de serviço entre 3 (três) e 4 (quatro) anos; 5% têm de 5 (cinco) a 6 (seis) anos de trabalho; 2% têm de 7 (sete) a 8 (anos); outros 2% trabalham no IFCE entre 8 (oito) e 9 (nove) anos; e, finalmente, 2% afirmam trabalhar nesse órgão há mais de 10 (dez) anos. Com base nas informações acima descritas, percebe-se que o contingente de assistentes sociais obteve acréscimo significativo nos últimos dez anos, ou seja, concomitante ao processo de reestruturação das universidades federais, com a expansão do ensino superior no País em meados dos anos 2000, em que se dá a demanda por assistentes sociais nas instituições de ensino superior, incluindo os institutos federais.

Dos assistentes sociais do IFCE apenas 30% relatam já ter outra experiência na área da educação, dos quais 31% ocuparam o cargo de assistente social, mas a maioria (46%) relata experiência no campo da educação como docentes. Já 8% declaram ter atuado como gestores em órgãos de educação e 15% dos profissionais afirmam ter trabalhado nesse campo, mas exercendo outra função não especificada.

Ao serem questionados sobre a experiência profissional em outra política social, atuando como assistente social, 81% dos sujeitos pesquisados confirmam tê-la, e 19% afirmam não ter outra experiência como assistente social. Destes que apresentam outras experiências profissionais, 63% atuaram junto à política de assistência social, 21% na saúde, 11% trabalharam no judiciário, 2% atuaram na área de direitos humanos, outros 2% na política de habitação e questão urbana, e mais 2% exerceram atividades junto à política para crianças e adolescentes. A partir desses dados, pode-se perceber que as áreas em que os assistentes sociais mais atuaram, antecedendo sua entrada no IFCE, são a saúde e a assistência social. Isso confirma a tendência de serem as áreas que concentram grande número de assistentes sociais ainda no cenário contemporâneo.

Os dados acima retratados refletem o perfil dos assistentes sociais do IFCE, e o seu conhecimento é imprescindível para saber quem são os sujeitos pesquisados, quais as suas experiências profissionais, a que condições de trabalho e salariais se submetem e em quais formas de engajamento político e social estão envolvidos. São aspectos importantes que podem contribuir para o entendimento das posturas adotadas na atuação profissional. Portanto, antes de se realizar uma análise dos desafios que são postos para os assistentes sociais no desenvolvimento

das ações de assistência estudantil no IFCE, faz-se necessário conhecer aqueles que, diariamente, lidam com as diversificadas demandas oriundas do segmento estudantil, e que exigem uma abordagem competente, com qualidade no encaminhamento dado e comprometida com a defesa dos direitos dos usuários.

4.2.2 Serviço Social e assistência estudantil no IFCE: história, estruturação e desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais na instituição

É no interior da dinâmica de desenvolvimento das ações de assistência estudantil que o Serviço Social se insere e ganha uma espécie de centralidade na organização daquelas ações. Sabe-se que a presença do Serviço Social na política de educação brasileira, envolvido no trabalho de assistência ao educando, remonta a meados do século XX, como está exposto no segundo capítulo desta dissertação. Dessa forma, a referência ao profissional de Serviço Social, quando se trata do trabalho na assistência estudantil, é quase que natural. A figura do assistente social, no âmbito da educação, está atrelada à assistência estudantil numa relação que remete a esse profissional praticamente toda a responsabilidade pela organização da assistência estudantil nos espaços educacionais. Isso, talvez, por ser esse o profissional que, durante muito tempo, esteve sozinho, à frente das ações de apoio aos estudantes.

No IFCE observa-se que essa concepção ainda permeia o espaço institucional, em que a assistência estudantil está ligada à imagem do assistente social, até mesmo porque esse profissional é o responsável pela estruturação da assistência estudantil ali dentro, ainda quando a instituição era Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), transitando para Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-CE) e, posteriormente, IFCE. Esse aspecto é muito claro para a categoria, como observa um dos interlocutores da pesquisa:

Inicialmente, eu vejo muito a figura do assistente social. Eu acho que não é só uma questão porque nós estamos dentro da categoria, mas porque inicialmente era o profissional que estava e ainda está à frente da assistência estudantil. Pelo menos eu faço essa leitura. Não em uma perspectiva de que os outros profissionais são menos importantes. Mas até pela característica da nossa profissão. Essa vinculação com a questão de auxílio, com a própria assistência social de uma maneira geral. Que as pessoas ainda vinculam muito né, o assistente social à política de assistência, seja ela onde ela tiver, na saúde, na educação, na previdência

[...] É o nosso metier, é próprio mesmo da gente (ASSISTENTE SOCIAL 11).

De fato, a figura do assistente social está associada ao trabalho na assistência estudantil no IFCE porque é ele que, em meados da década de 1980, inicia as ações de apoio aos educandos na ETFCE no município de Fortaleza, no Ceará, coordenadas pelo Serviço Social. Anterior a esse período, a assistência ao educando era realizada diretamente pelo gabinete da diretoria geral da instituição, dentro da perspectiva de ofertar subsídios mínimos para manter a permanência dos estudantes na escola, como a disponibilização de merenda escolar, fornecimento de material didático, concessão de bolsas de trabalho e auxílio transporte, e a realização de atendimento médico e odontológico. A partir de 1986, introduz-se o assistente social no quadro de recursos humanos da ETFCE, o qual passa a compor a Coordenadoria de Orientação Educacional (COE), desenvolvendo projetos voltados para a avaliação do rendimento escolar dos estudantes. Com base na pesquisa documental realizada, verifica-se que, nesse momento, o trabalho realizado pelo Serviço Social volta-se para o atendimento individualizado dos discentes, a fim de intervir sobre situações financeiras adversas que comprometem o aproveitamento escolar. Dentre as atividades realizadas destaca-se a concessão de benefícios, tais como óculos e ajuda financeira para transporte e para compra de remédios.

No início dos anos 1990, o Serviço Social aparece hierarquicamente subordinado à Coordenadoria Técnico Pedagógica (CTP), que, por sua vez, apresenta-se subordinada ao Departamento de Desenvolvimento do Ensino (DDE). Isto é, na época, o Serviço Social não se configura como um setor independente; ele se mostra mais como um serviço auxiliar ao trabalho pedagógico, principalmente no que remete à orientação educacional. De acordo com pesquisa documental que versa sobre informações gerais acerca do trabalho do assistente social nesse contexto, considera-se que este

presta serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando seus problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem, e aplicando métodos e processos básicos do Serviço Social, para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade (ETFCE, [198-?]).

Observa-se, assim, um conteúdo tradicional enraizado na prática profissional do assistente social, focado no ajustamento e integração dos indivíduos à ordem social vigente. Nota-se que a análise da questão social e o seu reflexo nas demandas apresentadas pelos usuários pouco permeia o trabalho dos assistentes sociais da instituição. Ainda, segundo o documento acima citado, no que se refere às atribuições principais, o assistente social

- 1 – aconselha e orienta indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseado no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando a técnica de Serviço Social de casos, para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e conseguir o seu ajustamento ao meio social;
- 2 – promove a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para permitir o progresso coletivo e a melhoria do comportamento individual;
- 3 – desenvolve a consciência social do indivíduo, aplicando a técnica do Serviço Social de grupo aliada à participação em atividades comunitárias, para atender às aspirações pessoais desse indivíduo e inter-relacioná-lo ao grupo;
- 4 – programa a ação básica de uma comunidade nos campos social, médico e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências socioeconômicas do indivíduo e da comunidade em estudo, para possibilitar a orientação adequada da clientela e o desenvolvimento harmônico da comunidade;
- 5 – colabora no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, atuando na remoção dos fatores psicossociais e econômicos que interferem no tratamento, para facilitar a recuperação da saúde;
- 6 – assiste às famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico e de outra natureza, para melhorar sua situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;
- 7 – dá assistência ao aluno carente, atendendo às suas necessidades primordiais, para assegurar-lhe o desenvolvimento sadio da personalidade e integração na vida comunitária;
- 8 – identifica problemas e fatores que perturbam ou impedem a utilização da potencialidade dos educandos, analisando as causas dessas perturbações, para permitir a eliminação dos mesmos com vistas a um maior rendimento escolar;
- 9 – articula-se com profissionais especializados em outras áreas relacionadas aos problemas humanos, intercambiando informações a fim de obter novos subsídios para elaboração de diretrizes, atos normativos e programas de ação social referentes a campos diversos de atuação (ETFCE, [198-?]).

A partir das atribuições acima elencadas, percebe-se a forte marca do conservadorismo atribuída à prática profissional do assistente social na assistência estudantil institucional – na época concebida como Serviço Social Escolar –, remetendo ao desenvolvimento de ações que visam ao ajustamento e à integração dos comportamentos dos indivíduos, famílias e comunidade à ordem social vigente.

São concepções alinhadas a matrizes teóricas idealizadoras de uma sociedade que deve estar alicerçada no progresso e na harmonia. É importante destacar, entretanto, que a presença desse viés conservador na condução da prática profissional do assistente social é produto das concepções que se tinham à mão, na época, acerca do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social. Desse modo, o apego a uma análise crítica da sociedade, considerando suas contradições e conflitos de classes, bem como a aproximação com o marxismo, aparenta ser incipiente nesse período em que se manifestam as primeiras ações relativas à assistência ao educando na instituição.

Em meados dos anos 1990, com o processo de organização e amadurecimento do Serviço Social na ETFCE, inicia-se um redimensionamento na forma de trabalho dos assistentes sociais e nas concepções que a norteiam. Os assistentes sociais ali presentes elaboram documentos que se apresentam como instrumentos para redefinir o Serviço Social dentro da instituição e estruturá-lo como um serviço autônomo, o qual tem um campo específico de atuação e que possui um saber próprio, dotando o profissional de competência para atuar sobre as situações que atingem os educandos, rompendo com o caráter subalterno da profissão. Esses documentos trazem no seu escopo as novas concepções que passam a direcionar o trabalho na assistência estudantil, aproximando-se de uma abordagem que realiza uma apreciação crítica da realidade, considerando os antagonismos de classes e as desigualdades produzidas pela sociedade capitalista. Expressam, ainda, a interpretação do espaço institucional como um espaço contraditório, onde observa-se o confronto de diferentes interesses. Assim, nesse novo contexto, os assistentes sociais vislumbram a elaboração de um trabalho que busca romper com práticas paternalistas e imediatistas, e que fortaleça o compromisso com o interesse das classes subalternas e com a transformação da sociedade. Além disso, nos documentos acessados na pesquisa, percebe-se que os assistentes sociais passam a ter uma visão de educação como meio de propiciar a formação crítica dos indivíduos, de forma integral, com vistas à construção de sua autonomia.

Pode-se dizer, com base nos dados documentais, que a década de 1990 foi um marco evolutivo do processo de redefinição das práticas desenvolvidas pelo Serviço Social, preparando o terreno para a constituição da assistência estudantil tal como se apresenta hoje no IFCE. É evidente que o incremento dado a essa prática na instituição, na contemporaneidade, deve-se muito ao processo de expansão do

ensino superior brasileiro, com a implementação do PNAES, o qual traz, de maneira sistematizada, as orientações para a realização da assistência estudantil. Tal movimento de expansão propicia, ainda, a considerável ampliação do quadro de assistentes sociais, fortalecendo, assim, as ações inerentes à assistência estudantil no espaço do IFCE. Porém, não se pode desconsiderar a importância do trabalho construído ao longo dos anos pelos assistentes sociais da instituição, desde a ETFCE, passando pelo CEFET-CE, até chegar ao IFCE. Ademais, é preciso ter clareza de que, dadas as dinâmicas societária e institucional, o processo de atualização do trabalho do assistente social se dá de maneira constante.

Embora haja todo esse processo histórico de construção do trabalho dos assistentes sociais no IFCE, quando aborda-se o tema da organização da assistência estudantil no referido espaço educacional, é levado em consideração, na maioria das vezes, o momento em que se institui o PNAES na política de educação brasileira. Assim, com base nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, existe o entendimento de que a estruturação da assistência estudantil no IFCE é recente e se dá a partir da regulamentação do PNAES, em 2010. É claro que o novo formato introduzido a partir do PNAES põe a assistência estudantil em evidência, tanto pela ampliação do número de profissionais e pelo delineamento das ações, como pela ampliação da sua abrangência, para além do *campus* Fortaleza, atingindo também as unidades do IFCE localizadas nas diversas regiões do estado do Ceará. Isso faz com que a compreensão sobre a organização da assistência estudantil se remeta a algo novo, datado da aprovação do PNAES. Dessa maneira, nas abordagens feitas junto aos profissionais, observa-se pouca referência à história da assistência estudantil e/ou do Serviço Social na instituição. Como aponta um dos profissionais,

no IFCE a assistência estudantil tá organizada de um forma geral sob o comando de uma diretoria de assistência estudantil, que foi criada recentemente, mas a história da assistência estudantil no IFCE remonta há tempos atrás, ainda quando era apenas o Serviço Social no *campus* Fortaleza, que eu não tenho domínio sobre a história do Serviço Social no *campus* Fortaleza. Eu sei que já havia algumas ações pontuais de assistência aos educandos, mas não sob a lógica do Programa Nacional de Assistência Estudantil que é o PNAES, a partir do decreto (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Percebe-se, com isso, que há um desconhecimento da trajetória do Serviço Social e da assistência estudantil no IFCE, fazendo com que os assistentes sociais não tenham propriedade sobre o processo de constituição e consolidação da

prática profissional naquele espaço sócio-ocupacional, bem como dos avanços conquistados. Pode-se verificar, entretanto, que esse desconhecimento se deve ao fato de não se investir em capacitação para os profissionais quando da sua entrada em efetivo exercício, que possa deixá-los a par da história do Serviço Social e da assistência estudantil na instituição, assim como os habilite para as atividades a serem desempenhadas no espaço de atuação profissional. Observa-se, repetidamente, a dúvida em relação às atividades a serem desempenhadas na assistência estudantil dos *campi*, quando do início do exercício profissional.

Só quando eu entrei pra prática profissional que eu fui entender melhor o que era, buscar ali o que era assistência estudantil. E aí me deparei com o decreto, e aí vários autores falavam da política de assistência estudantil, do plano. Então até eu entender, de fato, que eram várias ações para o acesso, para a permanência do estudante, foram algumas leituras que eu tive que fazer (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Quando eu cheguei aqui no instituto [...] ninguém falava de assistência estudantil. Eu até me lembrei de uma coisa: o que é que eu vou fazer aqui? O que o assistente social faz aqui? Eu não tinha essa noção, ninguém falava disso na faculdade, caí meio de paraquedas. E aí a gente buscava o *campus* Fortaleza porque era o *campus* mais antigo, era a referência, e lá já tinha assistente social há muito tempo e tinha o setor de Serviço Social. E assim, ninguém falava na palavra assistência estudantil não. O que é que a gente tem que fazer? (ASSISTENTE SOCIAL 10).

Essa constatação representa a necessidade de se estabelecer uma dinâmica de estudos e discussões acerca da assistência estudantil e do trabalho do assistente social nesse programa. De fato, a implementação do PNAES se apresenta como essencial na construção de parâmetros para melhor organizar a assistência estudantil no IFCE, porém é preciso estabelecer uma dinâmica de estudos constantes sobre a assistência estudantil e sobre o Serviço Social na educação, para qualificar a prática profissional nesse âmbito.

A base fornecida pelo PNAES dá suporte à construção de documentos mais elaborados e consistentes que norteiam a atuação dos assistentes sociais nos *campi*. Desse modo, o processo de construção coletiva dos documentos que direcionam as ações de assistência estudantil representa um avanço e uma conquista dos profissionais que compõem as equipes de assistência estudantil do IFCE. É válido ressaltar que, nesse processo, os assistentes sociais, muitas vezes, protagonizaram as discussões que fundamentaram a construção dos documentos institucionais. Ademais, parte-se da iniciativa dessa categoria mobilizada, o

despertar da necessidade de uma instância de gestão da assistência estudantil, a qual aglutinasse as funções de orientação e suporte às ações desenvolvidas pelos diferentes profissionais que compõem a equipe de assistência estudantil. Assim, a estrutura da assistência estudantil no IFCE, tal como se apresenta hoje, possui uma Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE)³⁵, ligada diretamente à reitoria do Instituto, e coordenadorias localizadas nos diversos *campi* no estado. Suas práticas são orientadas pelo Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE) e pela Política de Assistência Estudantil do IFCE³⁶ – que são documentos internos construídos coletivamente –, para além do PNAES e das legislações que versam sobre a política de educação do País. Isso, na visão dos assistentes sociais, representa um avanço na organização da assistência estudantil do IFCE, como se pode notar nos seguintes depoimentos:

Quando eu ingressei, eu lembro que eu sentia falta de um regulamento que norteasse melhor o nosso trabalho. Existia um documento orientador, mas ainda muito incipiente, muito simples, apesar de que já era uma introdução ao trabalho, mas, até porque com a minha entrada, entraram outros colegas, então a equipe cresceu e aí começaram a ter novos movimentos, havia encontros periódicos e esses encontros foram fortalecendo a nossa categoria enquanto assistente social, enquanto capacidade de reflexão do nosso trabalho. E aí isso nos levou a fazer um processo de rever aquele regulamento, de construir um novo regulamento a partir de novos desafios, a partir de novas perspectivas também para o educando, para o discente com o qual a gente trabalha. E eu acredito que isso foi um ganho. E em relação à organização da assistência estudantil eu acredito que nós melhoramos, isso não significa que não tenhamos muito a crescer, a melhorar (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Ingressei no IFCE em 2012, ainda não existia a Diretoria de Assuntos Estudantis, a assistência estudantil era desenvolvida no âmbito da pró-reitoria de extensão e percebia que ainda não tinha muito sistematizado o trabalho. Percebia também que era um trabalho realizado quase que exclusivamente pelos profissionais de Serviço Social. Até nos encontros realizados que eu participei, percebi que houve muito pouco a participação de outros profissionais e outros setores que não fosse o Serviço Social. Acredito que foi um a ganho a DAE, porque, apesar de tudo, eu entendo que a partir de então a assistência estudantil se tornou mais visível perante a instituição (ASSISTENTE SOCIAL 05).

³⁵ É importante destacar que a constituição da DAE representa uma conquista da categoria de assistentes sociais, através de um forte processo de articulação vivenciado durante a greve nacional de servidores das instituições federais de ensino, em 2012. É nesse contexto que os assistentes sociais reivindicam a estruturação de uma pró-reitoria de assuntos estudantis para gerir as ações dispostas no PNAES. No entanto, num exercício de negociação com a reitoria do instituto, têm como resposta à sua reivindicação, a implantação da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE).

³⁶ A versão mais recente do Regulamento de Auxílios Estudantis data de 2016, em que foi realizada a última atualização, pois o referido regulamento tem como pressuposto a sua revisão a cada 2 (dois) anos. Já a Política de Assistência Estudantil do IFCE foi aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP) da instituição no ano de 2015.

A partir das considerações dos entrevistados, percebe-se que há avanços na organização das atividades inerentes à assistência estudantil. Observa-se a ocorrência de um redimensionamento acerca da concepção de assistência estudantil, agregando à esta uma amplitude no desenvolvimento das ações, abarcando, também, práticas para além da concessão de benefícios pecuniários. Nesse contexto, a assistência estudantil passa a realizar um complexo de atividades que visam a atender às diversas demandas dos estudantes, não somente no que se refere às necessidades financeiras. Destarte, no cenário contemporâneo, a assistência estudantil do IFCE envolve o trabalho de diferentes profissionais – assistente social, psicólogo, médico, odontólogo, pedagogo, enfermeiro, nutricionista etc. – com o objetivo de atender às necessidades dos discentes na sua integralidade. Assim, um dos entrevistados destaca essa nova concepção da assistência estudantil:

Ninguém falava na assistência estudantil, ninguém via outros profissionais na assistência estudantil, a assistência estudantil era o assistente social. E a gente começou a mostrar que não, que a assistência estudantil não é simplesmente conceder um auxílio transporte, não é conceder simplesmente um auxílio óculos, inclusive o assistente social não tá aqui só pra conceder auxílio. Aí a gente começou a falar, a discutir sobre os outros profissionais, os outros serviços, porque a assistência estudantil tem os auxílios, mas tem os serviços. E aí a gente tem hoje uma assistência estudantil que tem o trabalho do psicólogo, do pedagogo, do enfermeiro, do nutricionista, tem uma série de profissionais (ASSISTENTE SOCIAL 10).

Com essa mudança de concepção, a assistência estudantil deixa ser sinônimo de Serviço Social e de auxílios financeiros, passando a ser entendida como um conjunto de ações que abarcam também os serviços de psicologia, de saúde e pedagógicos. Além disso, o Serviço Social deixa de ser considerado como uma profissão que realiza apenas tarefas na esfera da execução, passando a ser concebido como uma profissão que também realiza atividades de planejamento, de avaliação, de gestão e controle de recursos, de cunho socioeducativo, para além das ações de seleção e concessão de benefícios pecuniários. Desse modo, ao passo que essa nova interpretação acerca do Serviço Social na instituição vai se enraizando, vão se delineando mais claramente os objetivos da assistência estudantil. Para os assistentes sociais, esses objetivos envolvem a articulação de ações em diversas áreas que viabilizem a permanência e o êxito dos estudantes no processo de formação profissional. Além disso, esses sujeitos consideram que a

formação e a permanência dos discentes na instituição deve se dar de forma qualificada, em que os estudantes possam dispor de meios que proporcionem o seu desenvolvimento nas várias dimensões da vida. Aqueles profissionais consideram, ainda, que os objetivos da assistência estudantil comungam com a ideia de que a formação do discente ocorre, também, além da sala de aula, por meio da participação em múltiplas atividades que contribuem para a construção de um pensamento crítico, para o protagonismo político e para a formação da autonomia dos educandos. Assim, de acordo com as falas dos entrevistados:

Os objetivos da assistência estudantil estão muito ligados a garantir, de fato, o acesso pra além do ingresso do estudante, mas o acesso mesmo de poder ter uma vida acadêmica tranquila, poder passar o dia no IFCE se ele quiser, pra estudar. A permanência também e, lógico, a conclusão com êxito (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Os objetivos da assistência estudantil são, na minha opinião, democratizar o acesso dos alunos [...]. Reduzir as desigualdades [...]. É justamente isso, dar acesso aos estudantes, proporcionar que eles tenham condições de entrar e continuar, permanecer, fazendo o curso e que isso seja mais fácil pra eles [...] (ASSISTENTE SOCIAL 02).

Eu acho que a assistência estudantil tem o desafio de empoderar os alunos para que eles participem de forma qualitativa, para que eles se sintam sujeitos dessa história que nós construímos, não uma participação meramente decorativa, uma participação pontual, mas que a gente consiga fazer um trabalho, que eu acho que seria um passo a mais, além da retenção e da evasão, a permanência com qualidade desse aluno no Instituto durante o tempo que ele passar. Não basta passar quatro anos no Instituto, é importante usufruir dos seus direitos, e é importante saber o seu papel na sociedade (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Eu entendo que os objetivos, no geral, são promover a permanência, o desenvolvimento acadêmico do nosso estudante e também promover uma maior igualdade de permanência, de acesso dos estudantes, entendendo que a realidade social não é a mesma, é muito diversificada e que muitos alunos não conseguem permanecer ou se desenvolver como poderia por conta de outros fatores que não a vontade de aprender, a disponibilidade de aprender. Para além disso, eu acredito que esteja para contribuir com a formação do sujeito, e não somente aquela formação técnica, formação para o mercado de trabalho, mas também inserir discussões que muitas vezes não estão presentes na realidade dos estudantes. Discussões mais no âmbito político, de respeitar a diversidade, entre outras coisas, a questão da acessibilidade. Então eu acho que tudo isso são objetivos da assistência estudantil, promover essa formação mais geral ao estudante, e promover a permanência e desenvolvimento acadêmico dele (ASSISTENTE SOCIAL 05).

O objetivo da assistência estudantil é despertar nesse aluno, um conhecimento que seja para além da sala de aula, um conhecimento voltado pra questão da cidadania, de um aluno mais politizado, um aluno

consciente, um aluno que também busca uma melhoria na educação. Então assim, o objetivo principal da assistência, é esse trabalho educativo (ASSISTENTES SOCIAL 08).

Observa-se, portanto, que os assistentes sociais têm, em sua consciência, os objetivos da assistência estudantil bem demarcados. Para a consecução desses objetivos, entretanto, faz-se necessário o exercício constante de planejamento das atividades a serem realizadas pelas equipes nos *campi* do IFCE. Nesse exercício, há a possibilidade de identificar as demandas urgentes, de elaborar respostas para tais demandas, de realizar estudos e investigações, de traçar metodologias de trabalho e de estabelecer um diálogo com a equipe multiprofissional. Tudo isso com o intuito de realizar um trabalho eficaz, sintonizado com as necessidades dos usuários e com a realidade institucional. Vasconcelos (2015, p. 491) aponta que

o planejamento responde tanto pela apreensão das alternativas na realidade e pela elaboração das respostas necessárias, frente às demandas dos trabalhadores e às requisições institucionais, quanto pela indicação do que falta – teórica, metodológica e técnico-operativamente – ao profissional/equipe para a objetivação de suas finalidades e intenções.

Assim, como observa a autora, o planejamento é essencial à realização do trabalho do assistente social, a fim de que se possa identificar, na realidade institucional, as fragilidades e possibilidades existentes que interferem na consecução dos objetivos propostos pelas políticas, programas e serviços sociais. De acordo com os interlocutores da pesquisa, o processo de planejamento das ações de assistência estudantil no IFCE ainda é realizado de forma primária.

Lá no *campus* a gente planeja sim. A gente tem reuniões todas às terças à tarde em que a gente discute casos e planeja as ações. Então grande parte das nossas ações hoje, pra além dos auxílios, pra além do atendimento individual, cada profissional tá nesses eventos sócio-educativos. Por exemplo, setembro amarelo de prevenção do suicídio, a gente senta e planeja o que vai fazer. Outubro rosa, novembro azul. A gente sempre faz uma vez por mês aulas públicas, pra discutir assuntos que estão em evidência (ASSISTENTE SOCIAL 01).

A gente tem um planejamento anual no nosso *campus*. As categorias que constroem a assistência estudantil se reúnem, constroem esse planejamento, quais são os setores responsáveis, mas acaba que toda a equipe se envolve. E nós temos mostrado isso, que é um planejamento baseado num diagnóstico socioeconômico realizado no *campus*, a partir de um censo realizado com os estudantes que analisa questões de saúde, questão socioeconômica, questões relacionadas a saúde mental,

aprendizagem. A partir desse censo que a gente realizou e de outras avaliações, nós vamos construindo nosso planejamento de atividades e vamos efetivando esse planejamento e dando uma nova cara para a assistência estudantil (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Com base nas entrevistas, percebe-se que os assistentes sociais atribuem grande valor ao planejamento das ações, considerando-o ser de grande importância para dar validade às ações e para que estas realmente possam transpor a superficialidade. Acreditam, ainda, que o processo de planejamento deve se dar com a participação dos diversos atores envolvidos com as demandas dos estudantes, ou seja, com o envolvimento dos profissionais da assistência estudantil, gestores, docentes e, principalmente, com a participação dos próprios estudantes. Nota-se, também, que os assistentes sociais consideram o exercício de planejamento um tanto fragmentado, em que cada *campus* realiza o seu planejamento de forma particularizada. Isto é, em alguns *campi* do IFCE o planejamento ocorre apenas com a equipe de assistência estudantil; em outros, ocorre com os profissionais da assistência estudantil, professores, gestores e discentes; já em outros, algumas categorias profissionais que compõem a assistência estudantil preferem não se envolver nesse planejamento; e, em alguns, as ações já chegam prontas para serem executadas, sem prévio debate e sem participação no planejamento das mesmas.

Em relação às ações definidas em planejamento, observa-se que cada *campus* desenvolve atividades diferentes, mas que estão de acordo com as especificidades que os *campi* apresentam. Assim, é evidente que cada *campus* apresenta particularidades que influenciam no planejamento das ações de assistência estudantil, como: a estrutura do *campus*, a quantidade de profissionais existentes e o seu compromisso com a construção das atividades, o número de estudantes, os recursos financeiros disponíveis, a região em que está situado o *campus* e, principalmente, a diversidade de demandas apresentadas pelos discentes. Logo, tudo isso deve ser levado em consideração para a elaboração das ações de assistência estudantil nos *campi* do IFCE, a fim de que as ações não estejam desconectadas da realidade do *campus* e das demandas postas pelos usuários. Por esse motivo, há a possibilidade de que uma determinada atividade seja realizada num *campus* e em outro não, devido àquelas peculiaridades identificadas.

De acordo com os interlocutores, a atividade de planejamento é mais recorrente em nível local, no entanto, quando se fala da realização dessa atividade em nível institucional, os profissionais consideram que ainda é muito incipiente. Ressaltam, ainda, que a participação dos assistentes sociais nos planejamentos e nas decisões encontra maior respaldo nos *campi* do que na DAE. Muito embora os profissionais considerem que sua participação nas esferas de planejamento e decisão não esteja consolidada no IFCE, os mesmos reconhecem que, em nível de *campus*, muitos assistentes sociais participam efetivamente dos processos decisórios. Isto depende muito, como observam, da abertura que a gestão local apresenta aos profissionais para emitirem suas opiniões e terem uma participação consistente.

Dessa forma, os assistentes sociais observam que a articulação da DAE com as equipes de assistência estudantil, no que remete a dar apoio e orientação na construção das ações, ocorre de maneira superficial. Em alguns momentos, avaliam que a DAE apresenta uma postura impositiva e afastada das realidades que os diversos *campi* expressam. Isso é o que os profissionais identificam nas suas falas:

Eu acho que a DAE joga algumas atividades, algumas campanhas. Dá alguns direcionamentos, mas na verdade eu acho que cada *campus* caminha muito só. Constrói sua programação também muito só. Eu tenho algumas restrições com a direção. De algumas orientações que às vezes a gente solicita e não tem resposta, não tem direcionamento. É como se houvesse falta de informação. Então, às vezes, a gente tem dúvidas e aí a gente não tem esse retorno [...]. É uma série de coisas que fragilizam e faz com que a gente fique um pouco também sem direção mesmo. Cada *campus* desenvolve o seu trabalho da forma como acha que seja mais interessante fazer e vai caminhando. Eu acho que a DAE era pra dar um suporte maior. Acho que essa questão do planejamento de ações, do direcionamento, eu acho que era pra ser maior, pra tá mais presente, pra poder realmente ter uma clareza maior das ações que precisam ser desenvolvidas (ASSISTENTE SOCIAL 08).

Eu não percebo uma conexão mais próxima com os *campi*, da DAE. Muitas vezes a gente recebe *e-mail* dizendo: “ah vocês têm que fazer uma atividade referente ao dia da mulher, vocês têm que fazer uma atividade referente ao trânsito”. Então são atividades que não são demandas do *campus*, não são demandas dos alunos, não são demandas que foram identificadas pela equipe. Então, muitas vezes, a coisas são muito impostas, são pensadas na diretoria e são apenas repassadas pra gente. De fato, não tem esse planejamento articulado, em conjunto, não existe. As vezes até se ensaia umas reuniões, alguns encontros, mas eu percebo que não tem (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Não acho que a gente é chamado pra planejar não. Como é que tá acontecendo: como já aconteceu de simplesmente chegar atividades pra

gente executar no *campus*, por exemplo, que eles querem que a gente trabalhe todos os anos com determinada temática, por exemplo do trânsito. Do nada, todo mundo tinha que trabalhar sobre acidente de trânsito nos *campi*. Sim, a gente sabe que em algumas cidades do interior esse tema é bom para o conhecimento de qualquer pessoa, só que naquele período a gente estava planejado para outra coisa, aí não, a gente tem que mudar nosso planejamento porque a DAE mandou falar de trânsito (ASSISTENTE SOCIAL 10).

Percebe-se, nas falas acima, que os assistentes sociais sentem que inexistem um trabalho mais aproximado da DAE para com os *campi*. Nesse sentido, o planejamento das ações, em nível mais sistêmico, com um aspecto mais uniforme, fica prejudicado pela falta do diálogo e do trabalho realizado em conjunto. Além disso, considera-se que a participação dos assistentes sociais no processo de planejamento, nesse nível da gestão da assistência estudantil, ainda se apresenta muito aquém do ideal. Desse modo, os profissionais entendem que a participação da categoria nas instâncias de planejamento e de decisões é superficial, inexpressiva. Consideram, também, que os assistentes sociais são subaproveitados e desvalorizados, visto que muitas de suas contribuições não são levadas em consideração nessa dinâmica. De acordo com a percepção de um dos interlocutores,

Muitas vezes, já trazem propostas pré-prontas e sem abertura de intervenções nossas, e quando nós fazemos essas intervenções muitas delas não são levadas em consideração, são suprimidas. Então na minha opinião é como se não tivesse, nós estamos brincando de participar, mas, de fato, não nos é dada a oportunidade nem o direito de participar. É uma pseudoparticipação (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Assim, se, por um lado, a conquista da DAE é importante para a estruturação da assistência estudantil; por outro, a referida diretoria precisa avançar no diálogo com as equipes dos *campi*, de maneira a dar suporte às ações planejadas e a manter a sintonia entre o que a DAE requisita e o que o *campus* demanda. É válido ressaltar que a diretoria é bastante recente e ainda luta para consolidar-se dentro da instituição, visto que, em diferentes aspectos, ela é posta numa condição de subalternidade, como por exemplo: o baixo orçamento destinado à diretoria, a restrição do acesso às informações institucionais e à indisponibilidade de uma equipe completa para fornecer suporte de qualidade aos vários *campi* do IFCE.

A diretoria chega com esse viés de tentar melhorar os processos de trabalho na assistência estudantil, de tentar dar uma gestão a isso, embora perceba que a gestão ainda precisa avançar muito por não ter ainda processos de trabalho bem definidos, desde o processo de elaboração, do planejamento, de avaliação. Ainda é muito incipiente (ASSISTENTE SOCIAL 11).

Em verdade, a estruturação dos processos de trabalho não se dá imediatamente; eles são resultado de um movimento de idas e vindas para a construção de práticas democráticas, dotadas de conteúdo crítico e alinhadas com a realidade que as circunscreve. É preciso, entretanto, que os atores envolvidos na construção dos processos de trabalho na assistência estudantil agreguem esforços para que essa construção se efetive. Nesse movimento, observa-se a importância de realizar estudos, amplos debates e pesquisas, bem como é necessário prezar pela participação conjunta dos sujeitos que fazem a assistência estudantil no IFCE.

Ao se observar a forma de organização da assistência estudantil, a demarcação dos seus objetivos e a estruturação das dinâmicas de trabalho, percebe-se, na atual conjuntura, que a assistência estudantil no IFCE apresenta mais avanços do que recuos. Nessa nova realidade, o trabalho dos assistentes sociais experimenta um redimensionamento, ampliando e diversificando o seu campo de atuação – o qual precisa ter sua expansão consolidada – e, ao mesmo tempo, exige que os profissionais estejam atentos para interpretar as demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho. Desse modo, “[...] o cotidiano da prática [...] deve ser examinado e analisado criticamente e tudo aquilo que serve às forças conservadoras deve ser revelado, contestado, negado, conservando o que favorece processos de superação” (VASCONCELOS, 2015, p. 456). Tais processos devem ser viabilizados por estudos, por investigações, pela troca de conhecimentos e pela construção coletiva do trabalho na assistência estudantil.

4.2.3 Demandas, atribuições e competências inerentes ao trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do IFCE

A identificação das demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais no IFCE são o pressuposto para a elaboração das ações de enfrentamento das mesmas. Antes de tudo, é preciso compreender que

essas demandas são, fundamentalmente, oriundas das expressões da questão social. Esta é compreendida como

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

Questão social que, na contemporaneidade, vem se reatualizando e expondo grande parcela da população a situações de vulnerabilidade e à expropriação dos direitos e recursos necessários à manutenção da sobrevivência. Questão social que se acirra à medida que o sistema do capital avança sobre a exploração da classe trabalhadora e sobre a acumulação da riqueza socialmente produzida, apresentando novas facetas e aumentando o seu raio de incidência sobre a população. Como pontua Iamamoto (2009, p. 27), “suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. Assim, no contexto do capitalismo contemporâneo, a questão social ultrapassa a ideia de pobreza e de desigualdade; ela expressa, também, a banalização do humano, em que os direitos e as necessidades das grandes majorias são fragilizados ou, simplesmente, negados (IAMAMOTO, 2009).

A partir dessa compreensão, os assistentes sociais do IFCE identificam as diversas faces da questão social no dia a dia de trabalho na assistência estudantil. São inúmeras refrações que incidem sobre a realidade dos discentes, chegando a comprometer a permanência dos mesmos na instituição, assim como podem prejudicar os seus rendimentos acadêmicos. De acordo com as considerações dos interlocutores desta pesquisa, em algumas ocasiões, as expressões da questão social incidem severamente na vida dos estudantes, provocando situações extremas, como o abandono do curso e a interrupção da formação profissional³⁷. Desse modo, as várias facetas da questão social exigem formas de abordagem

³⁷ A evasão escolar é um dos graves problemas que se apresentam no IFCE. De acordo com os dados disponíveis na ferramenta de consulta “IFCE em números”, cuja atualização data de 08/03/2017, no período letivo de 2016.2 houve 1.217 (um mil, duzentos e dezessete) casos de abandono de curso, 1.395 (um mil, trezentos e noventa e cinco) casos de trancamento de cursos e 367 (trezentos e sessenta e sete) casos de cancelamento voluntário. (Disponível em: www.ifceemnumeros.ifce.edu.br). Acesso em 15/03/2017.

diversificadas, fazendo com que os profissionais utilizem seus conhecimentos, capacidade crítica e criatividade para a elaboração de respostas para as demandas que se apresentam.

Destarte, as expressões da questão social identificadas pelos assistentes sociais entrevistados são: a pobreza, a violação e/ou negação de direitos, as violências (doméstica, psicológica, de gênero), o acesso precário aos serviços de saúde e de habitação, a dificuldade de acesso à alimentação e ao lazer, a desigualdade social, as situações de desemprego e/ou de emprego precarizado e a fragmentação das relações familiares. Dentre estas, a mais recorrente é a pobreza, que expõe os estudantes a situações de vulnerabilidade extrema, sem acesso ao básico, ou seja, à alimentação, à moradia, ao vestuário e até à água. Isso não quer dizer, no entanto, que outras expressões não incidam na realidade dos discentes; elas podem até não ser tão recorrentes, mas são tão agressivas quanto as situações de pobreza. Como observam os assistentes sociais entrevistados,

[...] essencialmente eu vejo o seguinte: eu vejo a desigualdade social, que se expressa muito na pobreza, então é uma expressão da questão social. A gente não vê aparente, mas quando analisa, faz uma entrevista, faz uma visita domiciliar, vê isso de uma forma muito forte. Muitas vezes a dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde, [...] a questão do preconceito, da discriminação por orientação sexual, por cor, a gente percebe isso [...] (ASSISTENTE SOCIAL 03).

A pobreza, eu acho que seria a principal, que torna esses meninos ainda mais vulneráveis. Pelo menos, é a maioria da demanda que chega, da família que não tem condições de pagar o transporte pro aluno vir pra estudar, não tem condições de manter o filho o dia inteiro no *campus*, porque a gente tem curso integral, então não tem condições de manter o filho o dia todo aqui pra estudar pagando alimentação. Mas também existe a questão da violência, tanto a doméstica como a urbana. Ameaças de membros na família. Mas a maior demanda que chega no Serviço Social é por conta da pobreza, que seria a principal expressão da questão social (ASSISTENTE SOCIAL 04).

A multiplicidade de situações adversas provocadas pelas manifestações da questão social impõe ao Serviço Social a elaboração de respostas diferenciadas e dotadas de qualidade, o que, muitas vezes, extrapola a área de conhecimento do Serviço Social e exige a intervenção do trabalho de outras categorias profissionais. Suscita, ainda, um processo de capacitação continuada dos profissionais para lidar com a diversidade de situações que se colocam no espaço de trabalho, pois, segundo os mesmos, nem sempre estão aptos a trabalhar com questões tão

específicas. Além disso, os assistentes sociais observam que as inúmeras manifestações da questão social postas no cotidiano de trabalho da instituição não podem ser contempladas, em sua amplitude, pelo programa de assistência estudantil. Portanto, é necessária a articulação com outras políticas sociais para atender as demandas dos usuários.

Dentro dessa linha de compreensão, os assistentes sociais do IFCE identificam que a principal demanda que se apresenta no espaço institucional remonta à busca dos estudantes por auxílios financeiros³⁸. Isso se deve ao fato de que a pobreza é a expressão da questão social mais incidente na vida dos discentes, gerando condicionantes que impedem a conclusão dos percursos formativos. Como aponta o interlocutor abaixo:

A demanda principal é auxílio. Se eu não tiver enganada, dos dez alunos que baterem na minha porta lá no Serviço Social, nove estão em busca de auxílio, de algum tipo de auxílio, seja moradia, seja transporte, seja auxílio óculos, seja o próprio bolsa permanência. Mas todos eles que procuram o Serviço Social, eu posso dizer que quase 98% estão em busca de auxílio (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Outra demanda apontada pelos assistentes sociais, refere-se às ações socioeducativas, em que há frequentemente a cobrança da gestão institucional para que tais atividades aconteçam. Segundo um dos interlocutores, “outras demandas que me chegam são esses trabalhos com agenda social mesmo, esses trabalhos socioeducativos com os alunos [...]. E é muito cobrado pra que eu faça isso, porque eu, como assistente social, tenho que servir nisso” (ASSISTENTE SOCIAL 01). Assim, o depoimento mostra que o trabalho socioeducativo é tomado como uma responsabilidade exclusiva do assistente social, porém, sabe-se que o envolvimento de outras categorias profissionais é essencial.

Uma interessante questão levantada por dois dos entrevistados remete à demarcação das funções inerentes ao Serviço Social na instituição. Esses sujeitos consideram que há, por parte dos outros atores institucionais, uma limitação acerca da interpretação do que o assistente social faz, provocando, muitas vezes, o entendimento de que o seu trabalho se traduz em tudo aquilo que os demais

³⁸ De acordo com o Regulamento de Auxílios Estudantis (RAE) do IFCE, as modalidades de auxílios financeiros são: auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio óculos, auxílio didático-pedagógico, auxílio discentes mães/pais, auxílio formação, auxílio visitas/viagens técnicas, auxílio acadêmico, auxílio pré-embarque internacional e auxílio PROEJA.

profissionais não fazem, ou seja, o que sobra. É o que se pode notar nas falas dos assistentes sociais:

[...] uma das demandas que eu acho, nós precisamos dar maior clareza do que é que faz o assistente social na instituição IFCE, qual é o papel do assistente social. Porque, às vezes, existe um desconhecimento por parte dos colegas profissionais, professores, coordenadores ou mesmo profissionais de outras áreas sobre o que é que faz. Acho que dar visibilidade, a palavra é essa, dar visibilidade às nossas ações. É uma demanda que eu sinto que é colocada pra nós, pra não ficarmos como meros executores da política de assistência. Existe a política de assistência, que tem a ver com a concessão dos auxílios e relaciona então que o assistente social é aquela pessoa que dá auxílios. Não, primeiro a gente não dá nada, porque não somos os proprietários, nós fazemos essa intermediação do aluno com o acesso ao direito que ele tem. Então não tô dando, tô apenas intermediando o acesso dele ao direito, mas não é só isso que a gente sabe fazer, a gente sabe fazer muito mais do que isso, a gente tem preparo pra muito mais do que isso. E temos grandes profissionais assistentes sociais nos *campi* do IFCE. Então eu acho que uma das demandas seria dar maior visibilidade às nossas ações, obter o reconhecimento das gestões da importância do profissional assistente social nas equipes multidisciplinares e na educação (ASSISTENTE SOCIAL 03).

[..] há uma indefinição mesmo do nosso trabalho. Ah, o social, porque realmente o social é muito amplo. Assim, e dependendo da instituição as coisas podem ser até piores, porque tudo no mundo que não se resolve, manda pro serviço social, e à medida que o profissional vai acatando essas demandas, muitas vezes estranhas, isso no imaginário das pessoas acaba ficando, aquilo dali é demanda do Serviço Social. Então sugere uma indefinição mesmo do que é Serviço Social (ASSISTENTE SOCIAL 07).

Para atuar sobre as demandas identificadas, os assistentes sociais se fundamentam nas atribuições e competências inerentes à profissão, as quais são muito peculiares ao Serviço Social e que mostram o diferencial da sua prática profissional em relação às outras profissões. O Assistente Social 05 faz uma leitura mais geral e pertinente acerca dessa característica do Serviço Social, afirmando que:

Em relação às competências e atribuições, eu entendo que perpassa a questão do que é de natureza, que realmente nós temos essa competência de fazer, pelo nosso olhar, de fazer essa análise que talvez outros profissionais não tenham como nós. De fazer uma análise mais global, de ter realmente a visão de que a análise socioeconômica não é somente corte de renda. Nós temos possibilidade e estamos preparados para fazer intervenções, por exemplo, visitas domiciliares que vão ajudar nesse papel de fazer articulação com outras políticas públicas, outros serviços, de fazer articulação com movimentos, no caso, do movimento dos estudantes, não no sentido só de articular, mas de incentivar, de apoiar o movimento dos estudantes e outros movimentos sociais, da comunidade externa, e o próprio movimento dos profissionais do IFCE (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Dessa forma, quando se trata das atribuições e competências, os assistentes sociais apresentam um entendimento amplo, para além da execução de ações, mas, também, compreendem que o exercício de elaboração, reflexão, planejamento, articulação e investigação permeiam aquelas atribuições e competências.

Sabe-se que as atribuições e competências dos assistentes sociais estão bem demarcadas na lei de regulamentação da profissão de Serviço Social (Lei 8.662/1993), criando uma identidade profissional para a categoria e são reforçadas nos documentos que orientam a atuação dos profissionais nas diferentes políticas sociais. Desse modo, as atribuições e competências profissionais delimitam o âmbito de atuação e dão um formato ao trabalho dos assistentes sociais, com vistas a contemplar as requisições institucionais e as demandas dos usuários, ao mesmo tempo em que não abandonam as premissas dispostas no Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 2012).

A lei de regulamentação da profissão delimita bem o que são competências e o que são atribuições privativas do assistente social. Na sua leitura, observa-se que são conceitos que se aproximam e se completam, e são essenciais ao ato de construção dos processos de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais. Dessa maneira, muito embora os assistentes sociais entrevistados não tenham demarcado o que seja competência e o que seja atribuição privativa conforme o disposto na lei, percebe-se que as suas falas contemplam aqueles dois conceitos, considerados essenciais à elaboração das ações de assistência estudantil, à construção de estratégias, à definição de técnicas e de metodologias de atuação profissional.

A Política de Assistência Estudantil do IFCE estabelece o âmbito de atuação do Serviço Social e apresenta as ações que os assistentes podem desenvolver. Segundo a mesma,

Art. 8º O serviço social atua no âmbito das relações sociais junto a indivíduos, famílias, grupos, comunidade e movimentos sociais desenvolvendo ações de fortalecimento da autonomia, da participação e do exercício da cidadania. Tem como princípios a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da liberdade como valor ético central.

Parágrafo único – As ações desenvolvidas por esses profissionais são:

I – Incentivar a participação democrática do discente, como sujeito de direitos, no espaço educacional, favorecendo o seu acesso ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);

- II – Planejar, executar, monitorar e avaliar as ações relacionadas aos auxílios e à política de assistência estudantil;
- III – Realizar pesquisas de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população discente, contribuindo na identificação e intervenção dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam no processo ensino-aprendizagem, visando a permanência e o êxito dos estudantes;
- IV – Participar de equipes multidisciplinares para a elaboração e execução de programas e projetos sociais voltados a temas relevantes como saúde, violência, cultura, cidadania, direitos sociais e humanos (questão racial, de gênero, orientação sexual, deficiência, políticas afirmativas, dentre outros);
- V – Elaborar relatórios, pareceres e manifestações técnicas para subsidiar decisões institucionais e promover o acesso aos direitos sociais dos discentes;
- VI – Realizar parcerias e articular as instituições locais e/ou regionais contribuindo para a minimização das vulnerabilidades enfrentadas pelos alunos e famílias;
- VII – Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do discente, de forma a assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente e com qualidade;
- VIII – Orientar os discentes e seus familiares sobre os seus direitos, de modo a reforçar o seu poder reivindicatório junto às instituições responsáveis pela execução das políticas sociais;
- IX – Promover a atuação dos estudantes em suas entidades político-representativas, realizando atividades socioeducativas, estimulando o debate acerca das diversidades e da pluralidade;
- X – Assessorar a gestão dos campi em relação ao orçamento da Assistência Estudantil (IFCE, 2015).

Observa-se, assim, que são inúmeras ações requisitadas aos assistentes sociais, muito além do que deduz a visão reduzida que se tem sobre a prática do Serviço Social na instituição, por parte de alguns servidores. Desse modo, as ações engendradas para responder às demandas dos estudantes visam viabilizar a permanência com qualidade e o êxito dos mesmos na sua formação profissional.

No que se refere à demanda por auxílios financeiros, os assistentes sociais são responsáveis pelo planejamento e execução dos processos de seleção dos discentes a serem contemplados com os auxílios estudantis, desde a elaboração de editais, a realização de estudos socioeconômicos, a emissão de pareceres, até a divulgação dos resultados das seleções. Tal atividade é, sem dúvida alguma, a mais requisitada aos assistentes sociais na assistência estudantil, conforme indica o entrevistado abaixo:

Eu até tava dizendo um dia desses que a gente sai de uma seleção, quando a gente começa a acompanhar, o semestre já acabou e a gente já tá vendo se a gente tem dinheiro pra fazer a outra seleção. Que tem os meninos que estão ingressando no primeiro semestre, aí precisa ter acesso aos auxílios. Então essa demanda dos auxílios é uma demanda que toma conta do cotidiano da gente o tempo inteiro (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Nos processos de seleção, a realização de estudos socioeconômicos é o que vai pesar na hora de decidir pela inclusão ou não de um estudante no programa de auxílios. Dessa maneira, é a competência dos assistentes sociais para realizar o estudo socioeconômico que qualifica a ação de concessão de auxílios, pois esses profissionais apreendem o estudante na sua totalidade, para além da necessidade que ele expressa na imediatividade. Concebem o usuário como ser que possui história, que está imerso numa rede de relações, seja na família, seja na sociedade, as quais incidem sobre as condições materiais e emocionais dos estudantes. Destarte, a partir da adoção da perspectiva de totalidade nos estudos socioeconômicos, os assistentes sociais tem a oportunidade de observar e analisar os diferentes aspectos da vida social que provocam o aparecimento de situações singulares; com base nesses estudos há a possibilidade de conhecer, com profundidade e crítica, uma expressão da questão social (MIOTO, 2009). Segundo Mioto (2009, p. 488),

os estudos socioeconômicos/estudo social podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios. Essa finalidade é ampliada quando se incluem a obtenção e análise de dados sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da população atendida em programas ou serviços, a partir do conjunto dos estudos efetuados como procedimento necessário para subsidiar o planejamento e a gestão de serviços e programas, bem como a reformulação ou a formulação de políticas sociais.

Conforme o que indica a autora, o estudo socioeconômico subsidia o trabalho dos assistentes sociais não somente na elaboração de pareceres, mas também no processo de construção de ações e serviços que atinjam a coletividade. Sabe-se que, nem sempre, é dada importância para a realização da análise socioeconômica em profundidade; porém, os profissionais entrevistados consideram que é essa capacidade de fazer uma leitura das demandas postas e articular com o conteúdo teórico-metodológico apreendido na formação profissional, bem como com os princípios do Código de Ética profissional, que pode ampliar as condições para viabilização dos direitos dos usuários da assistência estudantil.

De acordo com Mioto (2009, p. 488), os estudos socioeconômicos “[...] devem contemplar o conhecimento da situação em que o sujeito demandante está implicado e de suas condições de vida”. Dessa forma, o sujeito deve ser apreendido

dentro de um contexto, preenchido de relações e determinações sociais, para que se possa ter o entendimento, de forma crítica, sobre os processos que o puseram numa situação de vulnerabilidade. Para tanto, os assistentes sociais se utilizam de instrumentos e técnicas para estabelecer a aproximação e o conhecimento da realidade dos discentes. São eles: a análise documental, a entrevista e a visita domiciliar.

No processo de seleção dos discentes para os auxílios estudantis, a análise documental fornece as informações gerais, como a identificação do estudante, a filiação, o endereço, a composição familiar, a forma de moradia, a informação sobre renda familiar, dentre outras que subsidiam a elaboração de um perfil geral do estudante. A entrevista é utilizada para a complementação das informações, o detalhamento de algumas situações vivenciadas pelos estudantes, sendo essencial para qualificar as informações que constam nos formulários socioeconômicos. A visita domiciliar é tomada pelos profissionais como o momento de mergulho na realidade familiar e social dos estudantes; é o momento máximo de aproximação com o discente, em que há a possibilidade concreta de reconhecimento das determinações e das expressões da questão social que incidem sobre suas vidas. Isso é o que se observa nas falas dos interlocutores:

É um conhecimento riquíssimo de você chegar até a casa do aluno, você conhecer a família e aí, muitas vezes, no formulário você não entende. Na entrevista, muitas vezes, ele tá acanhado, e aí quando você vai à casa do aluno você percebe de fato as carências (ASSISTENTE SOCIAL 01).

A gente conhece um pouco da realidade do aluno não só no ato da entrevista, mas quando a gente faz visita domiciliar, a gente consegue compreender um pouco mais daquele universo, onde mora [...]. E aí vai vendo as dificuldades econômicas, da família, vai vendo a situação de álcool, de drogas, de violência doméstica (ASSISTENTE SOCIAL 08).

Todo esse processo tem como pressuposto o conhecimento do estudante na sua totalidade, e não apenas como a parte que se apresenta no espaço institucional. Essa forma de atuação perpassa não somente a ação de seleção para auxílios, mas também integra, ou deve integrar, o processo de acompanhamento acadêmico dos estudantes, realizado pelos assistentes sociais, como indica um dos interlocutores da pesquisa:

Eu acho que a gente tem que ter o mínimo de conhecimento, aquele olhar além. Mas eu acredito que tem profissional que não tem nem essa competência, de o aluno chegar com uma determinada situação, e tu não olhar só pra essa situação, ter um olhar mais ampliado. Tudo bem, a princípio o nosso usuário é um aluno, mas antes de ele ser aluno, ele é um filho, ele é um pai, ele tem uma vida lá fora e que essa vida lá fora pode estar influenciando a vida dele aqui dentro (ASSISTENTE SOCIAL 10).

Como dito linhas acima, os estudos socioeconômicos também são importantes para subsidiar a formulação de ações que têm uma abrangência coletiva. Desse modo, a partir desses estudos e da observação de situações e de eventos relativos à violência (geral, doméstica, de gênero), à discriminação (étnico-racial, por identidade de gênero e/ou orientação sexual) ocorridos dentro dos *campi*, ou na sociedade como um todo, os assistentes sociais são chamados a organizar atividades socioeducativas para discutir diversas temáticas. Assim, a demanda pela realização desse tipo de atividade remete à competência do assistente social em dirimir ações voltadas à orientação e socialização de informações aos usuários, grupos e famílias, aproximando-os do entendimento sobre os seus direitos e sobre como exercê-los. Além disso, tais ações visam provocar uma reflexão acerca da realidade que envolve os discentes, instigando o desenvolvimento da criticidade e da capacidade de análise dos fatos que ocorrem na sociedade.

É válido salientar que a elaboração e execução de ações socioeducativas requer a disponibilização de recursos materiais e humanos, no entanto, nem sempre esses recursos estão disponíveis na instituição. Isto porque não há, em todos os *campi* do IFCE, equipe multiprofissional completa, assim como nem sempre há espaço físico ou equipamentos necessários à execução daquelas atividades. Além disso, mesmo tendo-se a compreensão de que as atividades socioeducativas envolvem diferentes profissionais, percebe-se que o assistente social se coloca mais à frente na organização das mesmas, porém, o trabalho referente à seleção de auxílios estudantis absorve grande parte do tempo daquele profissional, comprometendo a realização das ações socioeducativas na instituição.

A realização de ações e campanhas socioeducativas, abordando questões de saúde, educação, convivência, violência, política, ações afirmativas são fundamentais para despertar nos discentes a discussão sobre temas presentes no seu cotidiano e, além disso, contribuem para a formação crítica e integral desses sujeitos. Percebe-se, entretanto, que a introdução dessas atividades no contexto

educacional, às vezes, não é prontamente aceita e experimenta algumas resistências. Como relata um dos entrevistados:

A gente fez uma intervenção lá no 8 de março, que a gente levou uma pessoa pra fazer um grafite e fez também uma oficina onde se discutiu gênero o dia inteiro, e fez uns grafites na parede. Esses grafites falam várias coisas sobre a mulher, tipo “o corpo é meu, eu que decido”, “briga de marido e mulher a gente mete a colher sim”, várias frases e vários alunos se sentiram ofendidos com essas frases. Colocaram no *facebook* que agora o Instituto estava sendo pichado por feministas, sabe. Foi uma revolução [...]. Eram assim as coisas. E assim, nos chamou uma demanda. E aí traz a competência de você refletir também coisas de fora, trazer várias outras leituras pra dentro da escola que eles não tinham (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Chama a atenção na fala dos entrevistados a referência que eles fazem à competência do assistente social em realizar uma leitura crítica das demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho. A capacidade de ir além do que está posto na imediaticidade, de fazer uma abordagem das situações singulares considerando a sua relação com a totalidade, com vistas a atender às necessidades dos estudantes como sujeitos de direitos.

Ademais, os assistentes sociais identificam outras ações no âmbito da assistência estudantil que se localizam dentro das suas competências e atribuições, quais sejam: a elaboração de projetos, a operacionalização do Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE), o incentivo aos estudantes para participarem dos processos decisórios dentro dos *campi* e o apoio ao desenvolvimento das entidades estudantis. No âmbito da DAE, as atribuições e competências dos assistentes sociais são referentes a subsidiar a gestão, a dar suporte aos diversos *campi*, dirimindo dúvidas e orientando procedimentos, a organizar atividades de formação para os diferentes profissionais – processo este ainda muito embrionário – à produção de documentos, orientações normativas e à emissão de pareceres e de relatórios.

Assim, observa-se que são muitas e diversificadas as demandas presentes no trabalho do assistente social na assistência estudantil do IFCE, as quais exigem a clareza das atribuições e competências na construção de estratégias e planos de trabalho, bem como na demarcação do campo de atuação. Isto se faz necessário, por um lado, para delimitar o âmbito de atuação profissional, a fim de que não haja a imposição de outras atividades que fogem às competências e atribuições profissionais e geram uma sobrecarga de trabalho para os assistentes

sociais; e, por outro, serve para desmistificar, no contexto institucional, a ideia de que o assistente social não faz nada. Contribui, ainda, para explicitar a importância desse profissional na consolidação da assistência estudantil como um direito e como parte do processo de formação integral dos educandos.

4.3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFCE

Iniciar uma reflexão acerca dos desafios do trabalho do assistente social no programa de assistência estudantil do IFCE requer uma análise das diferentes dimensões que envolvem a prática profissional nesse âmbito. É preciso fazer uma leitura da dinâmica institucional que envolve os profissionais, as questões objetivas – a estrutura física disponível, as condições materiais necessárias à execução do trabalho – e as questões subjetivas – a compreensão sobre o que seja a atuação profissional na assistência estudantil – para poder identificar os desafios que são postos para o trabalho dos assistentes sociais. Considera-se, porém, que o primeiro desafio está na interpretação do que seja assistência estudantil, por parte dos assistentes sociais. A compreensão do que vem a ser a política de assistência estudantil, qual o seu propósito, a quem ela deve atender, a quais demandas tem que responder, quais as condições necessárias para sua materialização; tudo isso é pressuposto para identificar as questões e os desafios que impedem a sua plena efetivação.

Eis que na pesquisa realizada com os assistentes sociais do IFCE, a concepção de assistência estudantil aparece bastante elaborada, transpondo a mera compreensão de que seja, apenas, uma ação voltada para a garantia da permanência dos estudantes no ensino. Assim, para os sujeitos deste estudo, a assistência estudantil tem um caráter que vai muito além disso. Para eles, ela é, antes de tudo, um direito que deve ser universal, que por sua vez, deve propiciar a efetivação da educação como um direito. Além disso, observam que a sua concretização é fruto de conquistas obtidas a partir de movimentos sociais organizados da educação, os quais lutaram para a sua criação. Entendem, ainda, que é uma política cujo compromisso é com os discentes, sendo voltada para o atendimento das suas necessidades integralmente, apreendendo-os em sua totalidade e assistindo-os numa dimensão maior, integrada a outras políticas sociais.

Dessa forma, os profissionais entendem que a assistência estudantil não deve estar preocupada apenas em viabilizar a permanência dos estudantes na instituição, mas deve estar atenta, também para o desenvolvimento acadêmico dos mesmos, para a sua formação humana, social e política. Compreendem que essa política deve estar comprometida com o fortalecimento dos direitos dos educandos e com a ampliação da sua visão de mundo. Tudo isso é o que se pode perceber nas falas dos interlocutores:

A concepção que eu tenho é de uma assistência estudantil que, de fato, garanta o direito à educação pra todo mundo. Que a pessoa não tenha que ficar dentro daqueles critérios, ela não tenha que se travestir de pobre ainda mais pra poder ter acesso àquele direito. Então assim, é uma assistência estudantil meio que universal mesmo, que garanta o acesso pra todo mundo. Se não o acesso em forma de auxílio mas em outras coisas, em serviços, mas que de fato garanta pra todo mundo esse direito à educação (ASSISTENTE SOCIAL 01).

É essa concepção de uma assistência estudantil que tenha o compromisso primeiro com o discente, com o fortalecimento dos direitos deles, proporcionar a ele uma ampliação da visão de mundo dele, que ele possa ver outras perspectivas, que ele possa ver outras possibilidades (ASSISTENTE SOCIAL 03).

A ideia que eu tenho é dessa assistência estudantil ampliada. Uma assistência estudantil que conseguisse olhar para o estudante em sua macro-extensão, na sua integralidade. Vendo ele como um estudante que esta ali, óbvio, que quer aprender, que quer encontrar uma profissão, que quer atuar, mas que também é um ser humano que você precisa trabalhar a sua formação geral, que relação ele tem com a sociedade. Então essa visão de assistência estudantil ampliada, ela me norteia como algo mais geral mas que eu vejo que na prática, na atuação ela está longe de ter esse viés (ASSISTENTE SOCIAL 11).

Como aponta o Assistente Social 11, em sua fala acima, a efetivação da assistência estudantil nesse viés, ainda está longe de ser alcançada. Isto porque existem desafios e limitações à prática profissional que impedem o desenvolvimento de um trabalho compatível com uma assistência estudantil ampliada.

Na pesquisa realizada foram enumeradas diferentes situações que se colocam como desafios a serem superados no trabalho na assistência estudantil, os quais, muitas vezes, independem dos esforços individuais, visto que dependem da intervenção institucional para minimizar as limitações ao trabalho.

Uma das dificuldades elencadas pelos entrevistados refere-se à quantidade de assistentes sociais lotados nos *campi* do IFCE, pois observa-se que em algumas unidades existe apenas um profissional dessa categoria para atender

um número alto de estudantes. Número este que se eleva a cada semestre ou ano, quando do ingresso de novos discentes nos cursos ofertados pela instituição. Assim, a proporção entre o número de estudantes e o número de assistentes sociais atuando no *campus* é incompatível³⁹. Em alguns casos, por exemplo, há apenas um assistente social para uma unidade de ensino que tem 700 (setecentos) discentes matriculados. Dessa forma, aquele único profissional é responsável por dar conta das expressões da questão social que se apresentam no espaço institucional. Nesse caso, é evidente que haja prejuízos ao atendimento com qualidade e ocorra uma sobrecarga de trabalho para o profissional. Mesmo nas unidades de ensino onde há mais de um assistente social, percebe-se que o número de profissionais ainda é desproporcional em relação ao número de estudantes. Tal realidade se configura como uma dificuldade para a atuação profissional apontada por um dos entrevistados:

São dificuldades que perpassam vários âmbitos: a questão mesmo de eu ser a única profissional de Serviço Social, que nós já temos uma quantidade de matrículas que já tá na base de setecentos e alguma coisa, e eu entendo que pra desenvolver um trabalho de excelência do Serviço Social, de um acompanhamento aprofundado, seria interessante um outro profissional. E não só por isso, às vezes a gente se sente muito sozinha, quando você tá como único assistente social do *campus*, aparece uma demanda, você discutir e outros profissionais de outras categorias não vão ter condições de discutir a partir do olhar do Serviço Social, então é complicado (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Outro desafio identificado, o qual também está relacionado à questão de recursos humanos, diz respeito à inexistência de profissionais de outras categorias para compor a equipe de assistência estudantil. Isso faz com que o trabalho de acompanhamento acadêmico dos estudantes seja fragilizado, pois a falta de uma equipe multidisciplinar completa compromete o atendimento das necessidades dos educandos em sua integralidade. Dessa maneira, o trabalho adquire um caráter residual, incompleto, que não incide sobre os diferentes âmbitos da vida do estudante, devido à existência de equipes reduzidas em diversas unidades do IFCE.

Uma questão que envolve o trabalho da equipe de assistência estudantil é em relação à prática da interdisciplinaridade. A pesquisa mostra que o trabalho

³⁹ Até o presente momento não existem parâmetros oficiais acerca da proporção entre o número de estudantes e o número de assistentes sociais para atendê-los numa unidade de ensino. Nos debates realizados em encontros de assistência estudantil, entretanto, sugere-se a existência de, no mínimo, um assistente social para cada grupo de 500 (quinhentos) estudantes matriculados num *campus*.

interdisciplinar é um desafio, visto que é complexo, pois envolve diferentes olhares para uma determinada situação; envolve diferentes concepções e entendimentos, provocando debates e discussões até que se alcance um consenso na equipe. Então a interdisciplinaridade se apresenta como um processo, como um exercício a ser praticado diariamente, até que se torne rotina no espaço sócio-ocupacional. Como expressam os interlocutores abaixo:

Eu sempre digo que o trabalho interdisciplinar, ele é, teoricamente, belíssimo, mas, na prática, ele é muito desafiador, porque você lida com os desafios de cada colega, lida com os posicionamentos pessoais, surgem os conflitos que precisam ser trabalhados, [...] porque são pessoas de pontos de vistas diferentes, então precisava uma flexibilidade, precisava um respeito pela opinião do outro, que nem sempre é a sua, e essas coisas são as que nos desafiam todos os dias (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Eu entendo o trabalho interdisciplinar como aquele que é diferente do multidisciplinar, em que cada um fica fazendo suas atividades individualmente, e o interdisciplinar transpassa os saberes. Na minha opinião é você transcender o seu saber único e trazer todos os saberes de forma a culminar num saber interdisciplinar, diante da demanda que lhe é apresentada. Quando as categorias realmente se unem pra fazer nascer um outro conhecimento. Seria um conjunto que já não seria a soma das partes, mas sim uma nova perspectiva (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Observa-se que o trabalho interdisciplinar é uma prática que não acontece em todos os *campi* do IFCE: em alguns ocorre de maneira satisfatória, em outros não ocorre de jeito algum – seja pela falta de interação entre os profissionais, seja pela inexistência de profissionais – e, em outros, ocorre mais no desenvolvimento de ações socioeducativas do que no acompanhamento acadêmico dos discentes atendidos pelo programa de auxílios. De acordo com os depoimentos dos sujeitos do estudo, a inexistência ou a pouca prática da interdisciplinaridade faz com que o trabalho na assistência estudantil permaneça setorizado, fragmentado, distanciado das necessidades do discente em sua totalidade. Isso termina por fragmentar também o discente, atendendo às suas necessidades de forma isolada. Assim, percebe-se que em algumas unidades, os profissionais se detêm a realizar estritamente o que está designado como sua atribuição, sem se envolver num trabalho em conjunto.

É válido ressaltar que, nos lugares onde se identifica a presença de um trabalho interdisciplinar, há, ainda, muitas fragilidades para a sua consecução, principalmente quando as ações requerem a participação de outros profissionais que

não compõem a equipe de assistência estudantil. Isso acontece, por exemplo, quando uma atividade requer a interação dos professores, seja para participar ativamente da atividade, seja para dispensar os discentes para participarem das atividades socioeducativas, seja para disponibilizar espaço na aula para intervenções da equipe. Segundo os assistentes sociais, realizar um trabalho interdisciplinar, envolvendo a categoria docente, é um grande desafio. Tal fato deve-se, conforme os entrevistados, à supervalorização das atividades de ensino no IFCE, à ênfase na prática “conteúdistas”, em detrimento das atividades de cunho socioeducativo. Assim, essas atividades ficam relegadas a segundo plano. Então, o estabelecimento de um diálogo com o ensino e de uma articulação com os professores se apresenta como um obstáculo aos profissionais da assistência estudantil.

Uma das questões abordadas na pesquisa refere-se às condições éticas e técnicas para atuação dos assistentes sociais, conforme o que dispõe na Resolução nº 493 do CFESS, de 21 de agosto de 2006⁴⁰. Alguns dos entrevistados suscitaram a presença de fragilidades no que concerne à estrutura física e à disponibilidade de materiais e equipamentos necessários à realização do trabalho na assistência estudantil. Percebe-se, assim, que as condições éticas e técnicas não são completamente adequadas, e essa realidade varia de *campus* para *campus*. Em algumas unidades, segundo relatos dos interlocutores, não há sala específica para o Serviço Social, portanto, o assistente social tem de compartilhar o espaço com outras categorias profissionais; sendo que, às vezes, o tamanho da sala não comporta adequadamente os trabalhadores do setor. Já em outros *campi*, existe um setor específico onde funciona o Serviço Social.

Uma queixa recorrente, entretanto, refere-se à disponibilidade de sala de atendimento individual. Quando esta existe na unidade, não oferta condições adequadas para a sua utilização, porque são espaços que foram adaptados para tal função, cujas estruturas são feitas de divisórias de gesso ou madeira, que não resguardam o sigilo das abordagens realizadas; ou, em outros casos, a sala de atendimento individual se reserva a outras funções como arquivo, almoxarifado e até

⁴⁰ A referida resolução versa, dentre outras orientações, sobre a adequação dos espaços físicos destinados à realização das abordagens individuais e coletivas pelos assistentes sociais. Espaços que devem ter iluminação adequada, devem ofertar recursos que garantam a privacidade do usuário durante a intervenção profissional, bem como devem ter ventilação adequada e devem dispor de locais para colocação de arquivos e guarda de material técnico reservado ao manuseio dos profissionais.

copa. Há, ainda, *campus* que não possui sala de atendimento individualizado. Assim, a questão da deficiência na estrutura física aparece como elemento dificultador do trabalho do assistente social, limitando sua prática. Outro exemplo, em que a disponibilidade de uma estrutura física adequada se mostra como imprescindível à prática profissional, refere-se à realização de atividades em grupo, pois observa-se que os *campi* não destinam salas/espços para aquelas atividades. Pode-se pensar que as salas de aula podem exercer essa função, porém, nem sempre estão disponíveis e são priorizadas para as atividades de ensino.

Em relação à disponibilização de mobiliário (mesas, gaveteiros e armários com chaves) e equipamentos eletroeletrônicos (computador com acesso à internet, telefone, impressora, scanner etc.), os sujeitos da pesquisa afirmam ter acesso a contento. Foram constatadas, no entanto, duas situações atípicas. Na primeira, o entrevistado relata não ter acesso, dentro do setor onde trabalha, à realização de ligações telefônicas para fora do *campus*, tendo que se deslocar para outro setor para fazer as ligações. Na segunda situação, o assistente social relata que o telefone e a impressora são de uso coletivo e não permanecem na sala destinada ao Serviço Social. Desse modo, quando há necessidade de uso desses equipamentos, o profissional tem que se deslocar para outros setores para fazer ligações telefônicas e imprimir documentos. Ambas situações comprometem o sigilo das informações, visto que há possibilidade de acesso ao conteúdo das conversas ao telefone e dos documentos impressos num local onde há circulação de diversas pessoas.

Ora, é possível dizer que a questão da inadequação dos espaços físicos, bem como a indisponibilidade de recursos materiais e humanos necessários ao trabalho na assistência estudantil – e na política de educação – é um reflexo do precarizado, desorganizado e aligeirado processo de expansão do ensino superior no País, o qual vem acarretando o desenvolvimento de práticas fragmentadas e residuais. Não há como negar, entretanto, que, mesmo apresentando deficiências nas estruturas física e de equipamentos, os diversos *campi* do IFCE ofertam boas condições de funcionamento se comparado a outras instituições de ensino existentes no Brasil, porém, ainda se encontra distante do ideal.

Dentre as problemáticas apresentadas, uma aparece com destaque, sendo incidente em todos os *campi* onde os assistentes sociais entrevistados trabalham, qual seja, a questão orçamentária. De acordo com os depoimentos, o

orçamento destinado à assistência estudantil ainda se mostra inferior ao que é demandado. Sabe-se que muitas ações são inibidas pela falta de recursos financeiros para executá-las, seja para a concessão de auxílios estudantis, seja para a realização de atividades socioeducativas. Como exemplifica um dos interlocutores, às vezes, faz-se necessário a intervenção de pessoas especializadas em determinado assunto/tema numa atividade socioeducativa, no entanto, a contratação desse tipo de serviço é inviabilizada pela restrição de recurso financeiro. Diante dessa situação, os assistentes sociais tem de elaborar estratégias para responder àquela demanda, muitas vezes, recorrendo à rede de serviços sociais disponível nos municípios onde estão instalados os *campi* do IFCE. É verdade que nem sempre o município dispõe do serviço requisitado, como por exemplo, profissionais capacitados para realizar palestras/debates sobre questão étnica, drogas, transtornos mentais/emocionais etc., e, sem essa opção, o assistente social se depara com mais uma limitação ao seu exercício profissional. No que remete à concessão de auxílios pecuniários, os profissionais relatam que o orçamento é insuficiente para atender às solicitações de maneira satisfatória, ocorrendo casos de *campus* com demanda reprimida para auxílios.

Outro desafio apontado pelos interlocutores desta pesquisa está relacionado à falta de reconhecimento, à desvalorização e ao desrespeito ao trabalho do assistente social na instituição, por parte de gestores e servidores de outras categorias, principalmente aqueles que não compõem a equipe de assistência estudantil. É necessário esclarecer, no entanto, que essa prática não é unânime, mas apresenta recorrência na instituição em geral. Tal situação gera desconforto e desmotivação nos profissionais, chegando ao ponto de alguns deles iniciarem um processo de adoecimento. Segundo os entrevistados, a desvalorização do trabalho do assistente social, talvez, deva-se ao fato de os demais servidores o desconhecem e não entenderem o que o assistente social faz e/ou o que é capaz de fazer. Geralmente, de acordo com suas falas, os profissionais que expressam uma compreensão sobre o trabalho do assistente social são aqueles que estão mais próximos, que fazem parte da equipe de assistência estudantil. Já aqueles mais distantes, que não compõem a equipe, tais como docentes e profissionais da área administrativa/financeira, têm uma falsa ideia de que o assistente social é o profissional que “defende” os estudantes, que “passa a mão da cabeça” dos

discentes; acreditam que é o profissional da “ajuda”, que “dá” auxílios aos educandos. Isso é o que se pode perceber nos relatos dos entrevistados:

O trabalho dos assistentes sociais [...] é visto ainda como, o assistente social é aquele que dá os auxílios. Então é visto de forma equivocada, porque nós não damos nada, como eu já falei, e é visto de forma reducionista. É como se nós só soubéssemos fazer isso, então eu acho que nós ainda não somos valorizadas pelo que nós sabemos fazer como assistentes sociais, pelo que nós somos preparadas pra fazer e ainda temos um caminho de luta pela frente (ASSISTENTE SOCIAL 03).

Eu acho que o Serviço Social ainda hoje é visto como aquela profissão daquela boazinha, ainda tem esse olhar, aquela pessoa boazinha que passa a mão na cabeça do aluno, e que dá os auxílios pros alunos. É aquela menina dos auxílios (ASSISTENTE SOCIAL 08).

Nós não conseguimos ainda, de fato, estabelecer a nossa posição enquanto categoria profissional na educação. As pessoas confundem o que nós devemos fazer. Tá bem claro que nós cuidamos dos auxílios, mas fora os auxílios, eles não sabem que tipo de competência a gente tem (ASSISTENTE SOCIAL 09).

No imaginário geral a gente é muito colado na questão da concessão de auxílios. O assistente social é aquele que trabalha pra liberar auxílios, pra liberar bolsas, pra resolver o problema do menino pobre. Infelizmente o imaginário geral da instituição ainda é esse (ASSISTENTE SOCIAL 11).

Para além dessa ideia, existem outras concepções que consideram que a presença do assistente social na instituição é desnecessária, e que o seu trabalho pode ser feito por outro profissional não especializado. Aparecem, outras vezes, concepções carregadas de preconceito, machismo e misoginia, pelo fato de a maioria dos assistentes sociais ser do sexo feminino. É evidente, entretanto, que tais concepções não se configuram como uma unanimidade, pois, como dito acima, há servidores que expressam um entendimento sobre o trabalho que o assistente social realiza. Há, ainda, aqueles que compreendem o assistente social como um profissional “de luta”, o qual busca a efetivação dos direitos dos discentes e dos trabalhadores. Desse modo, o desafio posto é o de encampar uma ação de esclarecimento sobre o trabalho do assistente social, a sua importância e necessidade no espaço institucional. É preciso um esforço diário, minucioso e repetido para explicitar o papel do assistente social no IFCE; ação esta que pode contribuir para desmistificar a imagem pejorativa que se tem da categoria, ocasionando a sua valorização e o seu reconhecimento profissional.

Os assistentes sociais apontam, ainda, uma dificuldade presente na atuação profissional referente à capacitação continuada, para a qual o incentivo da instituição se mostra incipiente. Inicialmente, o incentivo identificado pelos profissionais refere-se à progressão salarial, quando o servidor comprova conclusão de curso de capacitação ou qualificação profissional. Essa progressão, entretanto, está prevista no plano de cargos, carreiras e salários do servidor público federal, dessa forma, não se trata de uma iniciativa da instituição em particular. Outra forma de incentivo por parte do IFCE, conforme identificado pelos interlocutores, está relacionada ao pagamento parcial ou integral de cursos em nível de pós-graduação para servidores, bem como ao pagamento de diárias e passagens para viabilizar a participação em eventos, congressos e atividades afins, porém o recurso financeiro disponível na instituição é insuficiente para atender toda a demanda.

Nessa questão do incentivo à capacitação continuada, o principal incômodo ocorre em relação ao fato de os profissionais, principalmente os técnicos administrativos em educação (TAE) – modalidade em que se enquadra o assistente social – não terem acesso à liberação integral ou à redução de carga horária de trabalho, para cursarem pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Desse modo, apesar de a Lei 8.112/1990⁴¹ prever o afastamento integral para estudos, são raras as situações de concessão de afastamento para TAE. Diante disso, os profissionais têm de “se virar”, ou seja, buscar estratégias para poder concluir seus cursos com êxito. Como observam os entrevistados:

A maioria dos programas de pós-graduação só estão na capital. Infelizmente é um jogo de cintura terrível pra conseguir, sabe? Infelizmente você consegue assim dando uns “jeitinhos”. Eu tentei agora um horário especial pra fazer 40 (quarenta) horas em 4 (quatro) dias e foi negado . [...] E aí meu mestrado já está finalizando o ano, mas assim, eu fiz colocando até hoje minhas férias, fazendo banco de horas dia de sábado e domingo [...]. Então assim, não tem incentivo mesmo, não, nenhum (ASSISTENTE SOCIAL 01).

A gente, às vezes, participa de um evento pontual, uma vez ao ano, ou uma vez a cada dois anos, mas isso é um evento, é um momento pontual, importante claro que é importante, mas é importante que a gente tenha oportunidade de ter uma capacitação mais contínua, de ter momentos de reunião mais sistemáticos (ASSISTENTE SOCIAL 03).

⁴¹ A Lei 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias – condição em que se enquadra o IFCE – e das fundações públicas federais.

Hoje, por exemplo, a possibilidade de afastamento pra participar de programa de pós-graduação é muito difícil, a instituição tem nos dado afastamentos parciais ao invés de afastamentos totais, ou de jeito nenhum. [...] E, ao mesmo tempo em que a instituição não concede um afastamento pra gente, também não concede programas, possibilidades de fazer capacitação e pós-graduação dentro da instituição (ASSISTENTE SOCIAL 05).

É interessante notar que o IFCE, como instituição de educação, deveria prezar pela qualificação dos seus servidores, apresentando oportunidades de capacitação continuada e viabilizando a participação dos mesmos em cursos, eventos, congressos e programas de pós-graduação. O que se observa, no entanto, é a prática corriqueira de dificultar a participação dos servidores, dentre eles, os assistentes sociais, em processo de qualificação profissional.

Como se pode observar, são inúmeros os elementos que dificultam/limitam o trabalho dos assistentes sociais no IFCE. Os desafios expressos nesta pesquisa, talvez não sejam todos com os quais os profissionais se deparam no cotidiano de trabalho, mas parecem ser os mais recorrentes. São desafios postos no dia a dia da atuação profissional, que suscitam a necessidade urgente de combatê-los. Dessa forma, a articulação de canais de enfrentamento das limitações institucionais ao exercício profissional, apresenta-se como necessária para superação das dificuldades elencadas pelos assistentes sociais.

Há quem considere que a elaboração de estratégias de combate àquelas limitações seja de difícil concretização, pois observa-se que, tanto dentro, como fora do *campus* é complicado encontrar meios para a realização do trabalho na assistência estudantil satisfatoriamente. De acordo com a observação de um assistente social, quando os recursos disponíveis na instituição se esgotam, não há como buscá-los na rede de serviços sociais existente nos municípios onde os *campi* do IFCE estão instalados, pois a mesma é bastante precária, e não dispõe de meios para dar suporte às demandas dos estudantes, as quais são ocasionadas pelo feroz avanço da questão social. Além disso, o momento que o País vivencia, com a implantação de uma política austera de desmonte dos direitos sociais, corrobora para aumentar os impedimentos ao exercício profissional.

Por outro lado, existem assistentes sociais que vislumbram a articulação de canais de enfrentamento aos desafios postos ao trabalho na assistência estudantil. Estes consideram que é necessário iniciar um processo de reforço das equipes de assistência estudantil, por meio do fortalecimento do trabalho

interdisciplinar – inclusive com outros atores institucionais não pertencentes à equipe de assistência estudantil – em que as diferentes categorias profissionais estabeleçam um diálogo construtivo entre si. O fortalecimento da equipe da DAE, com a inclusão de pelo menos um profissional de cada categoria que compõe a assistência estudantil e, com isso, agregar esforços, conhecimentos e elaborar estratégias para superação das dificuldades. Além disso, consideram que é preciso estabelecer, também, um diálogo com os estudantes, mostrando para eles que os assistentes sociais e a equipe de assistência estudantil são seus aliados. Então, é imprescindível incluir o discente no debate, trazê-lo para essa frente de luta, como público interessado ao funcionamento satisfatório do programa de assistência estudantil.

Os assistentes sociais entrevistados identificam que o enfrentamento das limitações ao exercício profissional deve ser coletivo. Mesmo reconhecendo que a categoria, atualmente, mostra-se desmobilizada, consideram que a construção de uma nova proposta de trabalho só pode ser viabilizada através de um esforço coletivo. Neste esforço, é preciso que se fomente um diálogo e uma aproximação com as gestões locais e geral do IFCE, com a finalidade de explicitar as deficiências e necessidades que geram entraves à realização do trabalho na assistência estudantil. É o que observa um dos entrevistados:

Eu tenho muito claro que esse enfrentamento é coletivo. Eu entendo que o coletivo de assistentes sociais tem que continuar se organizando e criando forças para o enfrentamento dessas situações diárias, e se articulando também com outras categorias, com o movimento estudantil, com outros sujeitos sociais que possam contribuir nesse processo (ASSISTENTE SOCIAL 05).

Há, ainda, quem considere que uma das formas de enfrentar as limitações institucionais se encontra na realização de um trabalho educativo, de esclarecimento à gestão e ao IFCE como um todo, sobre as especificidades do trabalho do assistente social na instituição, mostrando que há condições que são imprescindíveis ao exercício profissional, as quais, caso não sejam atendidas, inviabilizam o trabalho na assistência estudantil. Desse modo, é preciso trazer à gestão o conhecimento do que o assistente social faz, dos objetivos do seu trabalho, mediante relatórios, dados estatísticos e levantamentos, a fim de que haja uma compreensão de que as demandas são reais e trazem prejuízos aos estudantes.

Percebe-se que os assistentes sociais, em sua maioria, vislumbram formas de enfrentamento dos condicionantes à atuação profissional, porém existem aqueles não conseguem, de forma alguma, enxergar meios de estabelecer o combate. Consideram que, por mais que se articulem ações para transformar a realidade do trabalho na instituição, não se conseguem muitos avanços. Tal fato pode ser notado na fala de um dos sujeitos pesquisados:

[...] é como se todas as estratégias que a gente utiliza, é como se a gente tivesse nadando, nadando e não conseguisse chegar a lugar nenhum. O Serviço Social sempre teve uma posição de combate, e eu tenho visto que, nesta gestão, as condições econômicas e políticas do IFCE, e de gestão não estão funcionando. Então, quanto mais a gente bate, mais um muro se estabelece entre nós, ali, pra nos deixar isoladas. Então as articulações são muito pequenas, são muito falhas ainda, elas estão engatinhando. Assim, pelo menos lá no *campus* eu não consigo perceber, não consigo vislumbrar uma forma de a gente conseguir transcender isso. Não no aspecto de eu achar que isso não tem jeito, eu acredito que tenha, mas eu acredito que nós estamos errando em algum ponto e que eu não consigo identificar (ASSISTENTE SOCIAL 09).

É interessante notar a presença de um certo descontentamento em relação ao trabalho no IFCE, ao mesmo tempo em que há uma vontade de ir em busca de alternativas para melhorar o serviço, para desenvolver uma atuação de qualidade e excelência, reafirmando o compromisso com os demandantes do trabalho do assistente social na instituição. Assim, percebe-se, às vezes, que o fato de não se alcançar esse objetivo gera, nos profissionais, um sentimento de desmotivação, de cansaço, o qual compromete o exercício profissional. Como pontua o entrevistado abaixo:

[...] como eu tô muito desmotivada, meu trabalho acaba sendo muito mecânico. Eu estou num período em que eu realmente prefiro ficar na defensiva, eu não estou com a menor vontade de combater, porque eu tô cansada, eu tô realmente cansada. Faz alguns meses que eu estou indo trabalhar realmente à força mesmo, então o mínimo que eu fizer lá, pra mim, o mínimo é mais. E isso tem uma consequência, porque tudo que eu acho que eu poderia contribuir na formação dos alunos, na formação de um outro trabalho, de uma outra perspectiva, ela realmente tá indo por água abaixo. Porque eu estou indo lá apenas para analisar auxílios, que é o que eles exigem de mim. E quando a gente tenta fazer uma outra coisa de alguma outra forma, de realmente trabalhar a formação do aluno em outros aspectos, em outros campos, a gente também não tem apoio, então isso cansa. O que é exigido de mim é só analisar auxílio, então é isto que eu estou fazendo. Não é o correto, mas pra mim hoje, pra minha sanidade mental, pra minha saúde, porque eu estava adoecendo, o adoecimento ele é real, ele é uma coisa recorrente. Então quando você tá trabalhando num ambiente em que você está “remando contra a maré”, porque a instituição puxa o barco pra uma direção e você tá sempre querendo colocar o barco

em outra. Então nós estamos realmente cansadas. Eu estou cansada. E por conta disso o meu trabalho tem sido o mínimo do mínimo. E eu não considero, hoje, o meu trabalho como sendo um trabalho satisfatório (ASSISTENTE SOCIAL 09).

Diante dos desafios e dificuldades acima apontados, pergunta-se: quais as perspectivas para o trabalho do assistente social na assistência estudantil do IFCE? Após a expressão dos condicionantes ao exercício profissional, é importante que se tenha uma ideia sobre o que os assistentes sociais vislumbram para o futuro do seu trabalho.

A realidade, às vezes, é preenchida de tantas adversidades que impede os sujeitos de vislumbrarem perspectivas de melhoras à atuação profissional. Em meio a suspiros, silêncios e divagações, os assistentes sociais expressam seus anseios e sentimentos em relação ao que se espera para o trabalho no IFCE. Dessa forma, dentre os entrevistados, identificam-se alguns que relatam não ter boas perspectivas, principalmente enquanto não houver uma mudança de percepção acerca do trabalho realizado pelos assistentes sociais e acerca da imagem pejorativa que foi criada em torno do assistente social. Isso, talvez, pelo fato de estes profissionais empreenderem, na instituição, uma postura questionadora, combativa, que não se resigna diante das situações adversas, sobre as quais eles compreendem que há alternativas de intervenção. Assim, compreendem que, para avançar, é preciso que se construa uma nova concepção sobre o profissional de Serviço Social, para superar a discriminação e a subalternidade, e para que ele possa assumir uma posição de reconhecimento e de valorização dentro da instituição. Tal realidade, entretanto, segundo parte dos entrevistados, está longe de ser alcançada.

Observa-se que um dos motivos da falta de boas perspectivas para o trabalho do assistente social está associado à conjuntura econômica, social e política vivenciada no Brasil na contemporaneidade. Com a realidade de desmonte das políticas sociais e de fragilização dos direitos, os profissionais consideram que isso traz um impacto negativo sobre o exercício profissional, principalmente no que concerne ao incremento dos recursos financeiros essenciais à efetivação das ações de assistência estudantil. Desse modo, a perspectiva é de que o trabalho fique ainda mais limitado, estagnado ou sofra retrocessos, como se pode observar nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa:

Eu acho que próximo, eu não sei como vai estar a questão do orçamento e aí assim, a gente vai ter que reinventar o nosso trabalho. O pior é que a gente vai ter que reinventar o nosso trabalho não porque apareceram outras demandas, não é porque a gente fez outras releituras da realidade, a gente vai ter que reinventar o nosso trabalho por uma violação de direitos da educação (ASSISTENTE SOCIAL 01).

Eu tô pensando que daqui a pouco a gente vai tá tão limitado, tanto de recursos financeiros pra liberação de auxílios, como de outros recursos pra fazer acompanhamento, pra tentar viabilizar a permanência desse aluno aqui, que seria o foco principal da assistência estudantil, eu acho que vai ficar bem comprometido, pelo cenário político (ASSISTENTE SOCIAL 04).

A minha perspectiva é de que, se permanecer da mesma forma esse cenário atual político do IFCE, o trabalho do assistente social vai ser meramente mecânico, tecnicista que é como eles querem, como eles acreditam, que está ali para dar o sim ou o não pro auxílio, conceder auxílio, fazer folha de pagamento, nenhuma atividade que gere mais criticidade nos alunos. Eles não tem interesse nisso, então pra mim, eu não tenho boas perspectivas, principalmente diante do cenário atual do Brasil, onde a gente consegue vislumbrar um retrocesso imenso de pensamento. São pessoas que realmente [...]. É uma leva de políticos, de pessoas, e de uma onda mesmo surreal, de um neoconservadorismo muito grande, pensamentos fortíssimos de direita ganharam muita força e eu não vejo, diante desse cenário que se coloca, eu não vejo boas perspectivas de progresso no Serviço Social sem grandes embates (ASSISTENTE SOCIAL 09).

A preocupação encontra fundamento no que se vivencia no cenário atual do IFCE, pois observa-se que a cada ano há uma redução/corte do orçamento da assistência estudantil, fazendo com que o atendimento das necessidades dos discentes fique prejudicada. Dessa forma, ocorre que as ações nesse âmbito têm de ser revisadas e redirecionadas, porque o baixo orçamento tanto restringe a oferta de auxílios, como inviabiliza a realização de outras atividades.

Uma questão apontada por um dos entrevistados e que contribui para a ausência de boas perspectivas para o trabalho do Serviço Social na instituição, diz respeito a não identificação da instituição como um espaço democrático, onde haja, realmente, uma participação social, onde o debate seja privilegiado e onde as decisões sejam tomadas não de forma unilateral, mas de uma maneira em que toda a comunidade acadêmica tenha a oportunidade de participar dessas decisões.

Em outras falas, entretanto, é possível identificar perspectivas mais otimistas em relação à atuação profissional do assistente social no IFCE. Há, dessa maneira, ideias de que o Serviço Social pode avançar na sua prática a partir do estabelecimento de um diálogo com os diversos atores institucionais, atribuindo uma

nova “cara” à atuação profissional. Considera-se, assim, que há a possibilidade de consolidar a concepção de que a prática do assistente social na instituição está para além da concessão de benefícios. Com isso, alargar o espaço de trabalho do assistente social, fomentando a realização de trabalhos junto a comunidades, aproximando-se dos movimentos sociais, ampliando e qualificando a prática do debate e de discussões sobre questões étnico-raciais, de gênero, de homofobia, política, violência e acessibilidade, por exemplo. Como observa o profissional em seu comentário:

A perspectiva que eu vejo pro assistente social é avançar nesses caminhos mesmo de organização, de identificar relações com o ensino, com a pesquisa, com a extensão, pra gente sair dessa condição de vinculação, muitas vezes, extrema e única com os auxílios, com o programa de auxílios. Que a gente consiga definir, dar uma nova cara pra nossa atuação profissional sabe? Conseguir desenvolver projetos, conseguir desenvolver essa atuação com o estudante nesse aspecto mais político. De desenvolver projetos comunitários, com a sociedade, fazendo também essas outras ações que são próprias nossas, que são competências nossas. São atribuições, muitas vezes, privativas nossas que a gente não vai encontrar em outros profissionais, mas que a gente pode ter esses outros profissionais como aliados (ASSISTENTE SOCIAL 11).

Embora os assistentes sociais expressem olhares diferentes, perspectivas diferentes para o trabalho no IFCE, o fator que se apresenta mais marcante é a vinculação do seu trabalho ao contexto social mais amplo, ou seja, é a articulação que os profissionais fazem com a totalidade. São visões que não se voltam apenas para a realidade institucional particularizada, apesar de a vivência profissional cotidiana se desenvolver ali, naquele espaço isolado. É verdade que as fragilidades vividas no dia-a-dia da atuação profissional tendem a gerar interpretações de que os problemas estão entre os muros da instituição, porém a pesquisa mostra que os assistentes sociais têm uma compreensão mais elaborada, mais contextualizada sobre as questões que se apresentam no âmbito institucional, considerando que este é um reflexo da dinâmica societária, construída sobre um projeto que prioriza o enriquecimento de uma pequena parcela da sociedade em detrimento da liberdade e da igualdade de direitos para todos.

Os desafios são muitos; as perspectivas nem tanto. Os canais de enfrentamento das limitações ao trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do IFCE, alguns deles, são identificados. O que se impõe, nesse momento, é protagonizar as mudanças necessárias para trazer melhorias ao

exercício profissional, para consolidar a importância do Serviço Social na instituição, para adquirir respeito e valorização do/no trabalho. Sabe-se, entretanto, que essa empreitada não é simples e fácil; ela requer disposição, mobilização e comprometimento para que se possam abrir oportunidades de negociação, tendo em vista alcançar respostas positivas para as históricas reivindicações da categoria de assistentes sociais do IFCE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados nesta pesquisa expressam apenas uma aproximação com o fenômeno em estudo, visto que a sua complexidade é muito maior do que a capacidade do pesquisador em apreendê-la. Assim, por mais que a pesquisa ofereça subsídios para interpretar um fenômeno, problematizá-lo, conhecer suas particularidades, suas relações com a totalidade, ela jamais poderá esgotá-lo. Dessa forma, o conhecimento é sempre inacabado e é realizado através de sucessivas aproximações com o objeto. Além disso, “como uma mediação privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, a pesquisa resulta em um conhecimento sempre provisório, parcial, histórico (relativo a um tempo e espaço sociocultural e historicamente determinado)” (GUERRA, 2009, p. 705). Isto é, o conhecimento nunca pode ser dado como pronto, ele está sempre em construção, porque o objeto do conhecimento é dinâmico, tem movimento e história, e envolve leituras diferentes acerca do seu caráter. De acordo com Guerra (2009, p. 706),

o conhecimento pode partir do senso comum, mas tem que ir além dele. Há que se incorporar este conhecimento, porém, analisá-lo criticamente, negá-lo (o que significa dizer que há mais coisas sobre o objeto do que estamos supondo) e elevá-lo a um novo patamar, o que significa agregar conhecimentos novos, às vezes, abrir mão de velhos preconceitos.

Assim, essa pesquisa se desenvolve no sentido de buscar um entendimento mais elaborado acerca dos desafios postos para o trabalho do assistente social no IFCE, para além do seu aspecto imediato, tendo em vista trazer à tona os diversos fatores que limitam e comprometem a prática profissional na política de assistência estudantil da referida instituição de ensino.

Realizar um estudo sobre os desafios do trabalho do assistente social no IFCE requer, antes de tudo, fazer uma análise dos processos sociais que concorrem para a efetivação ou não da educação como um direito universal. Requer o entendimento de que os fatores limitantes ao exercício profissional são produto de uma dinâmica societária produzida a partir dos interesses das classes dominantes. Interesses que não comungam com a ampliação do acesso das classes subalternas aos direitos e à participação no usufruto da riqueza socialmente produzida.

Desse modo, compreende-se que os desafios do trabalho do assistente social na assistência estudantil têm a ver com a forma como vêm se estruturando as

políticas sociais no País sob o jugo da “contrarreforma” do Estado, com a posição que o Serviço Social ocupa, na contemporaneidade, na política de educação e com a importância que lhe é dada nesse contexto. É preciso ter clareza de que a proposta neoliberal de minimização da intervenção do Estado relativa à proteção social corrobora para a precarização das políticas sociais como um todo, reduzindo os investimentos nos serviços voltados ao enfrentamento das sequelas da questão social, incidindo, conseqüentemente, sobre a qualidade dos serviços prestados. Estes se tornam cada vez mais fragmentados, focalizados, pobres e com teor paliativo, que pouco efeito produzem sobre a vida dos indivíduos severamente atingidos pelas expressões da questão social. Assim, é de fundamental importância interpretar que muitos dos desafios que se expõem aos assistentes sociais no cotidiano de trabalho são expressões da conjuntura social, econômica e política que se ergue a partir dessa perspectiva neoliberal, a qual tende a se consolidar (ou já se encontra consolidada) na sociedade brasileira. Este, talvez, seja o primeiro desafio a ser identificado e o principal a ser enfrentado, porque ameaça o exercício dos direitos da classe trabalhadora e vai de encontro ao projeto ético-político do Serviço Social, que preza pela defesa e ampliação de tais direitos.

Outro importante desafio é ter o entendimento de que a educação tem – ou deve ter – como principal função, a formação de consciências críticas e com potencial para impetrar uma transformação na sociedade. Dessa forma, é preciso compreender que a educação desenvolvida sob os moldes do capital serve apenas para chancelar a subjugação dos sujeitos aos imperativos do sistema vigente. É necessário entender, também, que a educação ultrapassa a prática de repasse de conhecimentos instrumentais, de adestramento dos indivíduos para se tornarem úteis às exigências capitalistas. Urge, portanto, romper com a lógica da educação a serviço do capitalismo, com vistas à construção de uma nova hegemonia e, nesse movimento, reconhecer que o Serviço Social tem muito a contribuir para a construção de uma educação ampla, que contemple as várias dimensões do humano e que possibilite a estruturação de uma nova sociabilidade. Como aponta Mézáros (2008, p. 58),

dessa forma, os princípios orientadores da educação formal devem ser desatados do seu tegumento da lógica do capital, de imposição de conformidade, e em vez disso, mover-se em direção a um intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes. Eles (os princípios) precisam muito um do outro. Sem um progressivo e consciente intercâmbio

com processos de educação abrangentes como a “nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias *aspirações emancipadoras*. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo (grifo do autor).

É relevante destacar, também, que o processo de desmantelamento das políticas sociais incide na precarização dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, tanto pela redução dos postos de trabalho, quanto pela oferta deficitária das condições objetivas de realização do trabalho, fazendo com que este perca em qualidade e efetividade. São realidades que impõem aos assistentes sociais restrições à atuação profissional, por falta de estrutura física, por falta de equipamentos, por falta de instrumentos necessários à intervenção profissional. Tal realidade não escapa aos assistentes sociais do IFCE, mostrando-se como mais um desafio a ser superado. Como aponta a pesquisa, esses profissionais convivem em seu cotidiano de trabalho com situações de inadequação de espaço físico, insuficiência de recursos humanos e materiais, que limitam ainda mais a atuação profissional e comprometem o alcance dos objetivos da política de assistência estudantil. Assim, são situações que expõem tanto os profissionais como os usuários da assistência estudantil a condições inapropriadas e constrangedoras, repercutindo sobre a qualidade do atendimento prestado.

A partir disso, pode-se deduzir que outro desafio posto ao Serviço Social se refere ao lugar que ele ocupa na assistência estudantil no IFCE e na educação, por sua vez. Observa-se que a presença do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional, apesar de estar ganhando amplitude, ainda não está completamente consolidada. A posição do Serviço Social ainda é tida como acessória, auxiliar, subalterna, embora os assistentes sociais estejam à frente do processo de organização e desenvolvimento da assistência estudantil na instituição. Dessa forma, a pesquisa mostra que a importância do trabalho realizado pelos assistentes sociais não é, ainda, plenamente reconhecida, sugerindo-se, algumas vezes, que a presença da categoria na instituição é desnecessária. Isso reflete o desconhecimento sobre o que o assistente social faz no IFCE, bem como o desconhecimento das competências e atribuições profissionais, gerando

concepções equivocadas, as quais consideram que o seu trabalho pode ser feito por “qualquer” pessoa.

Essa condição, segundo aponta o estudo, reflete na falta de apoio à atuação profissional, em que as atividades construídas não recebem o suporte necessário à sua execução. São ações que, muitas vezes, não são priorizadas e não dispõem de recursos necessários à sua concretização, fazendo com que os seus resultados não sejam os almejados conforme o planejamento. Nesse sentido, ocorre que o trabalho se torna enfraquecido, residual, cujos objetivos não são atingidos. Destarte, são colocados mais dois desafios: o primeiro, de construir estratégias de divulgação e explicação sobre o trabalho do assistente social na instituição, seus aspectos, suas funções, suas rotinas, seu objeto de intervenção e suas peculiaridades para toda a comunidade acadêmica (discentes e familiares, docentes, técnicos administrativos de todos os níveis e gestores). Segundo, mobilizar a categoria de assistentes sociais para fortalecer o trabalho, a fim de que se possa iniciar um processo de valorização do mesmo, repercutindo no reconhecimento profissional e inibindo situações de desrespeito, discriminação e misoginia.

No que se refere a esse aspecto mencionado acima, o estudo aponta que a categoria de assistentes sociais no IFCE, apesar de ser numerosa, mostra-se desmobilizada. Pode-se pensar que um dos fatores que contribuem para tal desmobilização é a pulverização dos profissionais nas diversas regiões do estado, os quais ficam distantes uns dos outros e imbuídos nas suas rotinas nos *campi* de atuação, afastando-se, frequentemente, das discussões e interesses comuns. Eis que o desafio urgente é reorganizar a categoria e aglutinar forças para buscar melhores condições de trabalho e de reconhecimento dentro da instituição. Para além disso, urge o esforço para aproximar-se de discussões e estudos acerca da assistência estudantil e do Serviço Social na educação, colaborando para a consolidação da profissão nesse campo de atuação. Sabe-se, entretanto, que o cotidiano profissional, preenchido por dificuldades e frustrações, gera uma espécie de cansaço emocional, em que os profissionais adquirem um sentimento de desmotivação e desânimo, e isso contribui para desarticulação do grupo, pois gera uma apatia, uma sensação de que as coisas irão permanecer como estão, sem chance alguma de mudanças. É preciso ter em mente, entretanto, que à mudança

antecede a ação, logo, é necessário juntar esforços e tomar atitudes para tentar construir uma nova proposta para o Serviço Social dentro da instituição.

Ter a consciência dos desafios postos ao trabalho do assistente social no IFCE remete à responsabilidade de elaborar estratégias de enfrentamento das limitações impostas à intervenção. Tal constatação é imperativo para que o projeto ético-político profissional seja materializado. É, ainda, uma questão de compromisso com a efetivação da educação como um direito universal, sendo viabilizada pelas ações de assistência estudantil. Esta é entendida como uma proposta que busca não somente ampliar o acesso dos indivíduos à educação formal, mas, também, intenciona contribuir para a formação de consciências críticas com potencial de transformação.

Para tanto, a pesquisa aponta que é necessário iniciar um processo de redimensionamento da prática profissional na instituição. Como dito pelos sujeitos do estudo, é preciso “reinventar-se”, trazer “o novo” para dentro da profissão. Nesse movimento, é imprescindível aproximar-se da teoria, retomar os estudos, desenvolver a prática investigativa no exercício profissional, a qual nunca pode estar deste descolada. De acordo com Guerra (2009, p. 712),

a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente social para a elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita.

Dessa forma, é preciso compreender que a investigação faz parte da natureza do Serviço Social, sendo ela um dos elementos constitutivos da intervenção profissional e instrumento de revigoramento da profissão.

O estudo mostra que os desafios são reais e intensos, porém, passíveis de serem superados pela via coletiva. Para tanto, é preciso agregar olhares, fazer articulações dentro e fora da categoria e juntar esforços com o objetivo de tornar concretas as respostas para as reivindicações e problemas levantados. É evidente que a superação das dificuldades elencadas não dependem apenas do esforço coletivo da categoria de assistentes sociais; não é questão apenas de “força de vontade”, é uma questão de superação de um projeto de sociabilidade que subordina e explora indivíduos e rouba direitos. A empreitada é difícil, mas isso não quer dizer que não se possa tentar realizá-la.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 449-460.

ALVES, Giovanni. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlênia Sobral do; JÚNIOR, Natan Rodrigues (Orgs.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.101-125.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 100-111.

AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 411-427.

_____. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 429-447.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Judith Maria Daniel de. A direção e o sentido da educação profissionalizante industrial e o decreto 2.208/97. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios**. Rio de Janeiro: Essentia Editora, 2006.

ARAÚJO, Liana Brito de C. A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real. In: MENEZES, Ana Maria Dorta; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca (Org.). **Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: UFC, 2003.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas, SP: Papel Social, 2015.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 165-184.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. A equidade e justiça social podem ser alcançadas no capitalismo? In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 64-73.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vítor. Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 139-144.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 461-477.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Crise e golpe de Estado: o que está acontecendo com o Brasil? Movimento ético-político e social em defesa do SUAS**. Fortaleza, ago. 2016. Disponível em: <<https://maissuas.org/2016/08/16/crise-e-golpe-de-estado-o-que-esta-acontecendo-com-o-brasil/>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. [S.l:s.n.], [2012?].

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; SOUSA, Raquel de Brito. Tendências do capital e configurações da questão social na contemporaneidade. In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlênia Sobral do; JÚNIOR, Natan Rodrigues (Orgs.).

Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.157-178.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ (ETFCE). **Atualização de cargos.** [S.l:s.n.], [198-?].

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** 11.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FERRETI, C. J.; JÚNIOR, J. R. S. Resenhas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 18, n. 59, ago. 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007.

_____; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 92, Out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 11 set. 2014.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 45-59.

GOMES, Luiz Cláudio Gonçalves Gomes. Cem anos de ensino profissional técnico em Campos dos Goytacazes: a Escola de Aprendizizes Artífices. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios.** Rio de Janeiro: Essentia Editora, 2006.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-717.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375.

_____. O serviço social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 27-34.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Política de assistência estudantil**. [S.l:s.n.], 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun/. 2006. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 04 set. 2014.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 77-95.

LEITE, Janete Luzia. Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez/. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Serviço social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. 2.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (Org.). **Serviço Social e educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 1-26.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-67.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACÁRIO, Epitácio; JÚNIOR, Natan Rodrigues; SILVA, Reginaldo de Aguiar. Trabalho e questão social no Brasil contemporâneo: para uma crítica ao neodesenvolvimentismo. In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlênia Sobral do; JÚNIOR, Natan Rodrigues (Orgs.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. cap. 5, p. 127-153.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 12.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIOTO, Regina Célia. Estudos socioeconômicos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-496.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida. **Universidade e Sociedade,** Brasília, n. 53, p. 88-103, 2014.

NETTO, J.P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. de S.; UCHÔA, R. *et al* (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** 4.ed. São Paulo: Cortez., 2009. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>. Acesso em: 14/02/2017.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 377-391.

SAVIANI, Demerval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José

Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 13-24.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas, SP, v.18, n.3, p. 727-747, nov. 2013.

SILVA, Lucília Carvalho da. O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (Org.). **Serviço Social e educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 133-152.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social**: os princípios do código de ética articulados à atuação de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 55-63.

_____; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-199.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Para atingir os objetivos desta pesquisa, o roteiro de entrevista organiza-se em 3 (três) conjuntos de perguntas que buscam analisar o trabalho do assistente social no IFCE, caracterizar a instituição na qual se dá este trabalho e identificar as concepções que norteiam a atuação profissional.

Sobre o trabalho do assistente social no IFCE:

1. Fale um pouco sobre a organização da assistência estudantil no IFCE, da sua história, dos objetivos, da estrutura organizacional até o planejamento das ações a serem executadas. Sinta-se livre para explorar o tema.
2. Quais as principais demandas que são postas para a atuação profissional do assistente social no âmbito da assistência estudantil no IFCE? Que competências lhe são requisitadas? Quais as principais atribuições do assistente social na assistência estudantil do IFCE?
3. Quais as expressões da questão social que você identifica na vida dos demandantes de seu trabalho na assistência estudantil?
4. Como se dá a participação do assistente social nas instâncias de planejamento das ações a serem executadas no IFCE?
5. Descreva como ocorre o trabalho interdisciplinar no ambiente de trabalho.
6. Quais as dificuldades enfrentadas para a realização do seu trabalho no IFCE?
7. Como se dá a articulação dos canais de enfrentamento das limitações institucionais?
8. Quais as suas perspectivas para o trabalho do assistente social na assistência estudantil no IFCE?

Sobre a instituição:

9. Em seu local de trabalho, as condições éticas e técnicas são adequadas ao exercício profissional? Comente.
10. Existe uma política de incentivo da instituição para qualificação e capacitação continuada dos servidores? Fale a respeito.

11. De acordo com a sua visão, como os demais profissionais interpretam o trabalho do assistente social na assistência estudantil? Justifique.

Sobre as concepções que norteiam a atuação profissional

12. Qual a concepção de educação que norteia o seu trabalho? Quais suas perspectivas sobre educação profissional e superior?

13. Qual a concepção de “assistência estudantil” que orienta o seu trabalho?

14. Qual a sua opinião sobre os rumos que a política de educação tem tomado no Brasil e o processo de expansão da educação profissional e superior?

15. Para qual perspectiva societária você direciona o seu trabalho? Que valores e princípios embasam suas ações?

16. Qual a perspectiva teórico-metodológica que fundamenta o seu trabalho no IFCE? Comente.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Objetivo: elaborar o perfil socioeconômico dos Assistentes Sociais do IFCE, pertinente à realização da pesquisa de mestrado, cujo tema é “Os desafios do trabalho do Assistente Social no IFCE”.

Público-alvo: Assistentes Sociais do IFCE que trabalham no Programa de Assistência Estudantil da instituição.

Pesquisadora: Renata Maria Paiva da Costa. Aluna do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Professora orientadora: Dra. Mônica Duarte Cavaignac.

1. Idade: _____
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Religião: () Católica () Evangélica () Espírita () Candomblé
() Umbanda () Não possui () Outra
4. Cor/etnia: () Negra () Branca () Parda () Amarela/oriental
() Indígena
5. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () União estável
() Divorciado(a) () Viúvo(a) () Outro
6. Quantidade de filhos: () 1 () 2 () 3 () Mais de 3 () Nenhum
7. Titulação: () Graduação () Especialização () Mestrado ()
Doutorado () Pós-doutorado Área: _____
8. Possui mais de um vínculo empregatício? () Não () Sim. Se sim, quantos:

9. Jornada semanal de trabalho: () 30h () 40h
10. Remuneração (em salários mínimos): () 4 a 6 SM () 7 a 9 SM () mais
de 9 SM
11. Participa de alguma atividade política? () Não () Sim. Se sim, qual?
() Movimentos da categoria profissional
() Movimentos sociais
() Movimento partidário
() Movimento sindical
() Outro
12. Participa de algum Conselho de Direitos ou de Políticas Sociais?
() Não () Sim. Se sim, qual?
() Conselho de Assistência Social
() Conselho de Saúde
() Conselho de Educação
() Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente
() Conselho do Idoso

- Conselho da Mulher
 - Conselho da Pessoa com Deficiência
 - Outro
13. Participa de algum grupo de pesquisas ou estudos ligado à universidade? ()
Não () Sim
14. Há quanto tempo trabalha no IFCE? () menos de 1 ano () De 1 a 2 anos
() De 2 a 3 anos () De 3 a 4 anos () De 4 a 5 anos
() De 5 a 6 anos () De 6 a 7 anos () De 7 a 8 anos () De 8 a 9 anos
() De 9 a 10 anos () Mais de 10 anos
15. Antes de ingressar no IFCE, já possuía experiência na área da educação?
() Não () Sim. Se sim, exercendo qual cargo?
() Assistente Social
() Docente
() Gestor(a)
() Outro cargo na área da educação
16. Antes de ingressar no IFCE, já possuía experiência como Assistente Social em outra política setorial, exceto educação? () Não () Sim. Se sim, qual(ais)? (se for o caso, pode-se marcar mais de uma opção)
() Saúde
() Assistência Social
() Previdência Social
() Trabalho e emprego
() Justiça